

ESTUDO DA ERVA MATE NO PARANÁ: 1939-1967

MARISA CORREIA DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História
Curitiba, 1974

INTRODUÇÃO

A evolução do capitalismo industrial no século XIX conditionou a desagregação do antigo sistema colonial, mas o Brasil continuou caracterizado por uma economia periférica, fornecedor de matéria prima para centros industriais europeus e importador de artigos manufaturados e artigos alimentícios.

Quando o mercado do produto fundamental na sua exportação, por motivos vários, se deteriora, sua economia é atingida gerando crise nacional.

A economia paranaense segue até determinado ponto o mesmo esquema. Durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, baseou-se na produção e exportação da erva mate. A zona ervateira abrangia o oeste e o sul do Estado numa área que hoje é constituída por dezenas de municípios.

A decadência da exportação da erva mate se fez sentir sobretudo a partir de 1930, devido à diminuição das importações argentinas. A economia estadual, porém, não foi atingida porque seu nível de renda continuou aumentando com altos índices, ocasionados pela ascensão cafeeira que se processa contribuindo para o deslocamento do eixo econômico para o norte do Estado.

Embora se efetive o crescimento da renda estadual, devindo ao fator econômico acima exposto, verifica-se contudo a estagnação econômica das antigas regiões ervateiras. Ao que tudo indica não acompanharam o processo de renovação agrícola do Estado.

O presente trabalho objetiva determinar os fatores específicos que condicionaram esta estagnação e a defasagem que se verificou entre tais regiões e aquelas que surgiram no novo panorama econômico do Estado.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	ii
LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE GRÁFICOS	viii
Capítulo	
1. METODOLOGIA	1
1.1. Fontes	1
1.2. Tabelas e gráficos	2
2. PREPONDERÂNCIA DA ERVA MATE NA ECONOMIA PARANAENSE	3
2.1. Aspectos históricos	3
2.2. Forma de capitalização	10
3. A POLÍTICA ERVATEIRA PARANAENSE NA REPÚBLICA VELHA	12
3.1. A situação da erva mate no início do novo contexto	12
3.2. Prenúncios da crise ervateira	23
4. AS CONDIÇÕES DO SETOR AGRÁRIO EXPORTADOR DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1930	30
5. O COOPERATIVISMO	36
5.1. Aspectos gerais do cooperativismo contemporâneo	36
5.2. O cooperativismo no Brasil	37
5.3. O mate e as condições técnicas	40
5.4. Mecanismo comercial	41
5.5. Movimento cooperativista	42
6. A FUNCIONALIDADE DO INSTITUTO NACIONAL DO MATE	47
6.1. Atribuições e financiamentos	47
6.2. Finalidades da Divisão de Defesa da Produção	50
6.3. O Instituto Nacional do Mate e a exportação	52
6.4. Tópicos dos últimos anos do Instituto Nacional do Mate	56
6.5. A exportação da erva mate conforme os boletins estatísticos do INM	62
7. AS ANTIGAS REGIÕES ERVATEIRAS NO NOVO QUADRO ECONÔMICO DO PARANÁ	70

Capítulo	Página
7.1. Características da zona de Irati	73
7.1.1. Produção regional	78
7.1.2. Levantamento econômico dos municípios	95
7.1.2.1. Irati	95
7.1.2.1.1. Atividades econômicas	96
7.1.2.2. Imbituva	100
7.1.2.2.1. Atividades econômicas	101
7.1.2.3. Prudentópolis	103
7.1.2.3.1. Atividades econômicas	105
7.1.2.4. Teixeira Soares	107
7.1.2.4.1. Atividades econômicas	108
7.1.2.5. Rebouças	110
7.1.2.5.1. Atividades econômicas	111
7.1.2.6. Rio Azul	112
8. O SURTO CAFEEIRO E A TRANSFORMAÇÃO RADICAL DA ECONOMIA PARANAENSE	115
9. CONCLUSÃO	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126

LISTA DE QUADROS

Quadro	Página
1. Exportação paranaense de erva mate (total geral para fora do Império e para o Império)	7
2. Exportação da erva mate	8
3. Exportação da erva mate, 1865-1869	8
4. Registros de firmas vinculadas à erva mate - Junta Comercial do Paraná - 1892-1901	11
5. Exportação da erva mate do Paraná para os mercados do Rio da Prata e Valparaíso	14
6. Exportação pelos portos: Paranaguá, Pedro II, Antonina	16
7. Exportação da erva mate; 1899-1904	19
8. Exportação geral-valor	21
9. Exportação da erva mate	22
10. Exportação geral	23
11. Exportação da erva mate	23
12. Exportação paranaense	28
13. Exportação da erva mate - quantidade e valor - 1928-1930q.....	30
14. Exportação brasileira	32
15. Exportação geral	35
16. Cooperativas - Brasil e Paraná	39
17. Federação das Cooperativas de Mate Paraná Ltda..	46
18. I.N.M. - Controle de Mercado	51
19. Processo de distribuição de quotas de colheita , industrialização de exportação do mate	52
20. Produção argentina	58
21. Importação argentina	58
22. Exportação argentina	60
23. Exportação brasileira de erva mate; 1939-1957 ..	63
24. Exportação paranaense de erva mate para Argentina, Uruguai e Chile-1939-1957	63
25. Total de vendas de erva mate para: Argentina, Uruguai e Chile, 1939-1957	64
26. Comércio exterior de erva mate no Paraná	65
27. Brasil - produção de mate - 1920-1952	71
28. Produção - Paraná e Rio Grande do Sul - 1948-1952	72
29. Estrutura agrária da Zona de Irati	77
30. Produção de erva mate - regiões de Irati, Imbituva, Prudentópolis, Rebouças e Rio Azul	80

31.	Produção de madeira - regiões de Irati, Imbituva Prudentópolis, Rebouças e Rio Azul	81
32.	Cultura temporária - batata inglesa	82
33.	Cultura temporária - milho	83
34.	Cultura temporária - trigo	84
35.	Cultura temporária - feijão	85
36.	Cultura temporária - centeio	86
37.	Cultura temporária - cevada	87
38.	Cultura permanente - laranja	88
39.	Cultura permanente - pera	89
40.	Cultura permanente - uva-.....	90
41.	Cultura permanente - tangerina	91
42.	Evolução Populacional do município de Irati	96
43.	Estrutura agrária do município de Irati	97
44.	Situação das 3 principais culturas agrícolas ...	98
45.	Produção da erva mate do município de Irati	98
46.	Principais indústrias do município de Irati	99
47.	Evolução populacional do município de Imbituva .	100
48.	Estrutura agrária do município de Imbituva	102
49.	Produção da erva mate do município de Imbituva .	103
50.	Evolução populacional do município de Prudentópolis	104
51.	Estrutura agrária do município de Prudentópolis.	105
52.	Produção da erva mate do município de Prudentópolis	106
53.	Estabelecimentos industriais importantes do município de Prudentópolis	107
54.	Evolução populacional do município de Teixeira Soares	108
55.	Estrutura agrária do município de Teixeira Soares	109
56.	Produção da erva mate do município de Teixeira Soares	109
57.	Evolução populacional do município de Rebouças..	110
58.	Estrutura agrária do município de Rebouças	111
59.	Produção da erva mate do município de Rebouças .	112
60.	Evolução populacional do município de Rio Azul .	113
61.	Estrutura agrária do município de Rio Azul	114
62.	Produção da erva mate do município de Rio Azul .	115
63.	Exportação do café - Paraná	117

Quadro	Página
64. Produção - café	118
65. Paraná - Participação na renda nacional	119
66. Paraná - Posição percentual da produção cafeeira no conjunto do produto agrícola e da renda terri- torial	120
67. Incremento populacional por zona geográfica no Paraná	121
68. Censo populacional da zona de Irati	122
69. Censo populacional de alguns núcleos cafeeiros .	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico		Página
I	Exportação brasileira de erva mate - 1939-1957, toneladas	66
II	Exportação brasileira de erva mate - 1939-1957, valor	67
III	Exportação paranaense de erva mate para Argentina, Uruguai e Chile - 1939-1957 - toneladas ...	68
IV	Exportação paranaense de erva mate para Argentina, Uruguai e Chile - valor	68
V	Comércio exterior da erva mate no Paraná - 1939-1967	69
VI	Produção da madeira na região e no Estado-1947-1967	92
VII	Produção da erva mate na região e no Estado - 1947-1967	92
VIII	Valor da produção da madeira e erva mate -1947-1967	92
IX	Produção da zona de Irati das culturas Temporárias - toneladas - 1944-1967	93
X	Produção da zona de Irati das culturas temporárias - valor - 1944-1967	93
XI	Produção da zona de Irati das culturas permanentes - 1944-1967 toneladas	94
XII	Produção da zona de Irati das culturas permanentes - 1944-1967	94

1. METODOLOGIA

1.1. Fontes

O objetivo deste estudo é a análise do processo de decadência da economia da erva mate no Paraná e seus reflexos em algumas regiões, com intuito de verificar a situação dessas áreas tradicionais no novo contexto econômico do Estado. Essencialmente foram destacados os aspectos que compreendem os anos de 1939, em que se iniciam as atividades do Instituto Nacional do Mate, a 1967 quando a autarquia é transformada em departamento do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Na Introdução, que é uma retrospectiva histórica visando situar o problema, foram consultadas referências de autores paranaenses em sua maioria, bem como os relatórios e mensagens de Governadores e Secretários de Estado. As fontes primárias utilizadas foram aquelas dos arquivos da Junta Comercial do Paraná, que possibilitaram o levantamento das firmas envolvidas na exportação da erva mate, e comércio interno, desde 1892 a 1901.

Os dados referentes à exportação durante a Guerra do Paraguai foram coletados do Arquivo Público. Nos capítulos destinados à situação financeira do Estado, decorrente do comércio ervateiro foram também pesquisados relatórios e mensagens de Governadores e Secretários de Estado.

As consultas sobre o cooperativismo se efetuaram em obras especializadas, de autores nacionais e estrangeiros. A respeito do movimento cooperativista do mate no Paraná as informações obtidas são do relatório da Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores do Mate - 1943, pertencente ao arquivo particular do Dr. Ennio Marques Ferreira, e também dos Anais do Congresso das Cooperativas do Mate, 1945. Os demais dados foram coletados no Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura.

Os elementos relativos ao Instituto Nacional do Mate, pertencem aos Boletins Informativos, e aos documentos dos arquivos do já mencionado Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Os dados quantitativos referentes à exportação foram

coletados dos Boletins Estatísticos da autarquia que fazem parte dos arquivos do Sindicato dos Industriais do Mate do Paraná, e abrangem os anos 1939-1957. Como a intenção deste trabalho é atingir o ano de 1967, a complementação foi realizada através das indicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As regiões ervateiras pesquisadas seguem as normas de zoneamento do IBGE. O levantamento populacional obedece ao censo geral do referido órgão e ao censo agrícola, nos dados sobre a estrutura agrária.

Os dados referentes à produção da erva mate, madeira, culturas temporárias e permanentes, foram retirados dos arquivos da Delegacia Estatística do Paraná, cobrindo os anos de 1944-1967.

1.2. Tabelas e gráficos

Para exportação de erva mate do Brasil foram somados os valores anuais do referido produto e verificada a média percentual. No volume foi realizado o mesmo cálculo. Esta operação é demonstrada nos gráficos em colunas. No valor, a escala usada é de Cr\$ 40.000,00 por centímetro e no volume a escala é de 4.500 toneladas para cada centímetro. Na exportação paranaense destinada aos principais consumidores platinos, foram efetuados os mesmos cálculos para as tabelas; nos gráficos estão estabelecidas as escalas de 50.000 toneladas para cada centímetro, no volume e Cr\$ 150.000,00 para cada centímetro em valor.

Quanto ao comércio exterior do Paraná envolvendo os anos de 1939-1967 só foi elaborado o gráfico em colunas para o volume exportado, devido à carência de dados em valor. No referido gráfico foi utilizada a escala de 5.000 toneladas para cada centímetro.

Para a produção foram somadas as ocorrências do Estado e posteriormente foi feito o cálculo em regra de três, para ser transformado em graus. O mesmo cálculo foi efetuado com a região, a fim de conseguir valores para a comparação. Estas operações são apresentadas nos gráficos em setores, onde são destacadas as percentagens encontradas.

Os dados coletados em órgão oficiais deixam muito a de-

seja porque, normalmente, seguem um plano geral executando tarefas contínuas, periódicas ou ocasionais, não podendo atender a quantos a eles recorrem. Os Anuários Estatísticos do IBGE e os Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Mate mudam constantemente seus métodos de pesquisa, como também os critérios na elaboração de quadros e tabelas, dificultando o trabalho continuado do consulente que se baseia em seus padrões.

Os arquivos da Delegacia Estatística do Paraná, são bem organizados, e estão em relativo estado de conservação em virtude do manuseio constante. Quanto à falta de dados nos levantamentos, as observações aparecem nos próprios livros. Esta ausência de indicações, de um modo geral, é devida ao desaparecimento da produção que se transforma em agricultura de subsistência; ao cancelamento da produção; falta de condições para a obtenção de dados, como o caso da produção do mate em Rebouças que não aparece nos anos de 1949, 1950, 1952, ou o exemplo da madeira que, em algumas regiões, não foi extraída em determinado ano.

Outro problema a ser salientado, é a situação dos arquivos do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, cujo material anterior a 1960 foi destruído, impossibilitando um estudo mais profundo sobre as cooperativas.

Em suma, esta pesquisa foi realizada, baseada no método histórico, utilizando técnicas quantitativas, para a elaboração de tabelas e gráficos específicos.

2. PREPONDERÂNCIA DA ERVA MATE NA ECONOMIA PARANAENSE

2.1. Aspectos históricos

Foi durante o século XIX que começou efetivamente a importância da erva mate como esteio econômico do Paraná, conforme os padrões característicos da política colonial de exportação de um só produto de grande aceitação no mercado exterior.

Até 1808, a exportação paranaense se limitava aos portos brasileiros em especial ao do Rio de Janeiro que era distribuidor de artigos como arroz pilado e com casca, peças betas de embé e tabuado e alguma congonha.¹

¹WESTPHALEN, Cecilia Maria. Navios e mercadorias no Porto de Paranaguá, nos meados do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., Campinas, 1969. Anais; portos, rotas e comércio São Paulo, Universidade de São Paulo, 1971. 587 p. p. 451.

O impulso definitivo para a exportação do mate foi da do em decorrência da política do Dr. Francia no Paraguai. A luta pela consolidação da independência desse país fez com que o ditador adotasse uma política de isolamento contra as nações vizinhas, com exceção do Brasil. Os brasileiros que quisessem comerciar com o Paraguai deveriam fazê-lo diretamente. Não poderiam passar por outros territórios, porque toda a comunicação, comércio ou correspondência com Corrientes estava vedado, inclusive o trânsito pelas "Tranqueras de Loreto y San Miguel". Todo o correntino ou índio surpreendido nesse trajeto seria preso e teria seus bens apreendidos.²

Para os brasileiros, fomentou-se o comércio por Itapua. Para dar-lhe maior incremento, Francia tratou de assegurar a via de Misiones pela qual entravam e saíam os que vinham àquele porto negociar. Ocupando Misiones, para evitar o estabelecimento de correntinos que pretendiam beneficiar-se com a exploração da erva mate, Francia assegurou a comunicação por terra com o Rio Grande do Sul através do qual seria possível, pelo Uruguai atingir o Rio da Prata e entrar em contacto com o mercado mundial. As pretensões de Francia em relação à abertura para o mar, obstruindo o acesso dos correntinos a Misiones, viria então beneficiar o comércio da erva mate brasileira.³

A existência de numerosos ervaais e as possibilidades de mercado, atraíram especialistas tanto no comércio do produto como na técnica de beneficiamento como Alzagaray e Manuel Miró que se fixaram respectivamente em Paranaguá e Morretes a partir de 1820.⁴

Alzagaray, com estágios pelo Paraguai, onde aprendeu a técnica de preparo da erva, contribuiu para a inovação tecnológica do produto paranaense, cujo sabor não era aceito pelos argentinos seus principais consumidores. Em síntese, estes aspectos e ainda o isolacionismo econômico da política paraguaia viriam favorecer a erva mate paranaense. O Paraguai, fornece-

² RAMOS, R. Antonio. La política del Brasil em el Paraguay; bajo la dictadura del Dr. Francia. Buenos Aires, Nizza, 1959. 228 p. p. 46.

³ Ibid., p. 52.

⁴ LINHARES, Temístocles. História econômica do mate. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969. 522 p. p. 178.

dor dos principais mercados platinos, foi eliminado comercialmente face à conjuntura, abrindo perspectivas para a estruturação sócio-econômica do Paraná em função do produto.

Em 1826, através do Porto de Paranaguá, o Paraná importava artigos de consumo direto tais como manufaturas têxteis, vestuário e gêneros de primeira necessidade, e exportava produtos primários, como erva mate, bêtas e madeira.⁵

A erva mate exportada, destinava-se aos portos de Montevideu, Rio de Janeiro, Ilha de Santa Catarina, Santos, Chile e Buenos Aires. Este ano registra ainda a liderança da exportação da erva mate com "56% no primeiro trimestre, 65% no segundo, 82% no terceiro e 68% no quarto trimestre."⁶

Como o referido produto era a base econômica da 5a. Comarca de São Paulo, em 1827 surgiu uma provisão da Real Junta da Fazenda de São Paulo mandando criar em Paranaguá uma alfândega para despachos das Fazendas, e que foi instalada em 6 de agosto do mesmo ano.⁷

As condições econômicas do Paraná em função da erva mate já haviam conscientizado a classe política quanto à sua importância no mercado exterior, e sua valorização quanto à qualidade. Em 1829, há reclamos por parte dos vereadores de Curitiba e Paranaguá em relação ao problema de adulteração da erva pelos fabricantes.

O ofício dos vereadores de Paranaguá, pedindo providências à Câmara de Curitiba, termina com os seguintes termos: "... o que esperamos em V. Sas. a brevidade, prontidão e zelo para que não deixemos ficar totalmente desacreditado o melhor, e o mais forte ramo do Comércio desta Comarca".⁸

As proposições de inspeção para fabricantes, comissários e tropeiros partiram da Câmara de Curitiba e demonstraram

⁵ WESTPHALEN. Navios... p. 453.

⁶ WESTPHALEN, Cecilia Maria. O porto de Paranaguá no ano de 1826; estudo de microconjuntura. Boletim da Universidade do Paraná, Curitiba (2):36, dez. 1962.

⁷ VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município. Curitiba, Museu Paranaense, Seção de História, 1951. 2v. v.1, p. 249.

⁸ Ibid., p. 393.

ainda preocupação em nivelar, pelo preparo técnico, a pureza da erva mate paranaense com a paraguaia, considerada de qualidade superior. Desta questão resulta o Artigo de Postura:

Em poder de quem for achado porção de herva de matte adulterada por outra planta heterogênea ou seja por elle fabricada ou havido do fabricante fraudulento, sem o denunciar perderá a herva que será mandada lançar fora, e pagará huma multa de 4.000 réis metade para o denunciante e outra para despesas do Conselho".⁹

Paranaguá representava nessa época, a área dinâmica do comércio paranaense exportando erva mate vinda do planalto e beneficiada nos engenhos do litoral. Embora a exportação tivesse enfrentado fases negativas, porque foi atingida por questões da política internacional que prejudicou a penetração do produto nos mercados consumidores, assim como o bloqueio franco-britânico em portos argentinos e uruguaios na década de 1840, continuou beneficiada pela conjuntura do mercado platino.¹⁰

Com a morte do ditador Francia, o Paraguai retomou o seu lugar no mercado da erva mate, em detrimento da paranaense que era considerada de pior qualidade.

Em 1846, a política do Presidente Carlos Lopes, estabelecendo o monopólio estatal de exportação, que acarretou uma alta de preços, favoreceu novamente o produto paranaense. Segundo o historiador paraguaio R. Antonio Ramos, Francia como estadista demonstrou visão mais clara que Carlos Antonio Lopes. Este, pelo tratado de 15 de julho de 1852, cedeu à Confederação Argentina o território de Misiones, sem medir as consequências políticas e econômicas que acarretariam ao Paraguai, como país mediterrâneo, a perda de uma de suas únicas saídas para o mar.¹¹

Todas essas ocorrências apesar das fases negativas já mencionadas, no cômputo geral, propiciaram uma expansão significativa para o comércio ervateiro.

Os engenhos de mate do litoral que abrangiam Paranaguá, Antonina e Morretes, a partir de 1830 atingem Porto de Cima, São João da Graciosa, transferindo-se definitivamente para

⁹VIEIRA DOS SANTOS. Memória... p. 397

¹⁰WESTPHALEN. Navios... p. 453.

¹¹RAMOS, p. 52.

Curitiba.

É interessante destacar que o período citado abrange do is acontecimentos importantes: a emancipação política do Para nã e o início da Guerra do Paraguai que iriam facilitar o ex pansionismo do mate paranaense nos mercados platinos.

O desenvolvimento econômico foi fundamental para as transformações políticas.

Na década de 1840, quando houve o acordo entre os curi banos e o Barão de Monte Alegre, de não adesão aos movimentos revolucionários contra o poder central, em troca do projeto de emancipação, a luta política adquiriu um carácter objetivo. Es sa situação se apóia na evolução do movimento exportador que desde o período de 1842 a 1853 acusa um saldo positivo confor me assinala o quadro abaixo:

Quadro nº 1

Exportação paranaense de erva mate¹²
(Total geral para fora do Império e para o Império)

ANO	ARROBAS	VALOR (em contos de réis).
42-43	155.224	318:905
43-44	141.577	285:116
44-45	176.275	344:582
45-46	150.359	318:301
46-47	183.523	361:151
47-48	283.847	542:082
48-49	372.775	706:772
49-50	351.805	598:472
50-51	335.682	558:770
51-52	473.982	845:234
52-53	307.896	527:620
53-54	466.022	839:414

Os dados acima comprovam uma fase de euforia do comércio ervateiro que iria ser decisivo para a aprovação da Lei.. 704 de 29 de agosto de 1853, que fez surgir a Província do Pa raná.

O quadro seguinte demonstra dados relevantes, comparan do o nível de exportação paranaense com a exportação do Impé- rio Brasileiro:

¹²WESTPHALEN. Navios... p. 511.

Quadro nº 2

Exportação da erva mate¹³

Exportação total do Império			Exportação paranaense p/fora do Império	
ANO	ARROBAS	VALOR	ARROBAS	VALOR
42-43	168.651	346:409\$000	152.768	313:852\$000
43-44	161.404	317:581\$000	140.343	282:632\$000
44-45	202.022	381:448\$000	169.521	331:312\$000
45-46	173.885	362:283\$000	148.277	310:335\$000
46-47	204.009	397:629\$000	180.774	350:635\$000
47-48	311.238	590:223\$000	281.539	534:921\$000
48-49	381.251	719:376\$000	366.713	696:713\$000
49-50	380.808	651:071\$000	344.837	584:913\$000
50-51	347.099	570:740\$000	330.000	549:351\$000
51-52	497.929	890:930\$000	446.524	830:666\$000
52-53	322.582	554:344\$000	300.523	514:348\$000
53-54	472.320	851:292\$000	458.127	825:195\$000

A conjuntura internacional na década de 1860 provocou a Guerra do Paraguai, cuja tendência à autonomia econômica perturbava os interesses dos países vizinhos vinculados ao capital inglês.¹⁴ Este acontecimento se reflete na economia paranaense que, assentada na exportação da erva mate, tinha o Paraguai como principal concorrente. Perspectivas valiosas se abriram para a penetração do produto, nos países platinos, em especial na Argentina.

Quadro nº 3

Exportação da Erva Mate¹⁵

ANO	ARROBAS	VALOR
1865	602.451	1.250:008\$408
1866	710.692	1.631:924\$824
1867	211.565	763:070\$078
1868	267.224	1.043:592\$450
1869	843.756	3.171:793\$540

¹³WESTPHALEN. Navios... p. 510.

¹⁴FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino americano. In:___ et alii. Urbanização e desenvolvimento. Trad. de Duarte Lago Pacheco. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. 199 p. p. 35.

¹⁵BURLAMAQUE, Polidoro Cezar. Relatório do Presidente Polidoro Cezar Burlamaque à Assembléia Legislativa do Paraná. Curitiba, Typ. C. M. Lopes, 1867. p. 52.; CARVALHO, Antonio Luiz Afonso de. Relatório do Presidente Antonio Luiz Afonso de Carvalho à Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba, Typ. C. M. Lopes, 1870. p. 52-104.

Conforme o relatório, a Assembléia Legislativa do Paraná, o Presidente Dr. Antonio Luis Afonso de Carvalho afirma: "Se por tão imprevistos algarismos a Província conseguiu liquidar seus débitos e ter saldos nos balanços anuaes, deve lembrar-se que a guerra está a terminar e o Paraguay, seu competidor nos mercados do Prata, em breve abrirá seus portos".¹⁶

Apesar de tudo, o nível de exportação adquire um equilíbrio que vai perdurar até 1926, quando começa o recuo das importações argentinas, embora a fase da Primeira Guerra tenha proporcionado anos favoráveis. Esta ocorrência marca também o processo de decadência do comércio ervateiro do Paraná que iria atingir as regiões produtoras.

A fase de industrialização da erva mate, preconizada por Alzagaray e Miró, envolveria a desagregação do sistema escravista no Paraná. Durante o período em que prevaleceu o sistema do soque, a força do trabalho utilizada era o braço escravo. As características estruturais da economia paranaense não permitiam o investimento de capitais na compra de escravos, uma vez que contavam com mercado exportador limitado; a referida economia era gerada por capitais próprios. Consequentemente, as inovações tecnológicas viriam, não apenas solucionar o melhor preparo da erva, como também a questão da mão de obra.¹⁷ Primeiramente, foram usados manjolos e pilões mecânicos rudimentares com força hidráulica. Posteriormente a força hidráulica foi substituída pelos motores a vapor, cujos pioneiros na sua utilização foram Caetano José Munhoz e Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Cerro Azul.

O emprego do motor-vapor foi seguido de melhoramentos nos sistemas de seccadores, pilões, peneiras, misturadores, conductores etc. de toda a machinaria, enfim que constitue a indústria do beneficiamento da Herva Mate, no que foi considerável fatora a capacidade inventiva do engenheiro mechanical Dr. Francisco de Camargo Pinto.¹⁸

¹⁶ CARVALHO. Relatório... p.104.

¹⁷ IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. 312 p. p. 105.

¹⁸ MARTINS, Romário. Ilex Mate, chá sul americano. Curitiba, Empresa Graphica Paranaense, 1926. 315 p. p. 201.

Assim, o historiador Romário Martins considera esta fase de renovação tecnológica como fundamental para o desenvolvimento da indústria do mate no Paraná. Afirmando, ainda, que os industriais se preocupavam com a evolução do aparelhamento para conseguir uma melhora constante do produto: "O beneficiamento do mate nos engenhos é, pois, um procedimento industrial tão indispensável como os processos que o precedem nos ervais".¹⁹

2.2. Forma de Capitalização

A forma de capitalização no setor industrial, oferece critérios opostos aos da clássica econômica colonial. Embora esteja também voltada para o mercado exterior, não possui vínculos com investimentos estrangeiros. Seu capital é gerado pela própria rentabilidade do produto, ou desviado de outros setores econômicos.

As indústrias surgidas seguem, em sua maioria, o sistema de comanditas que caracteriza as pequenas e médias empresas, isto é, apresentam alguns sócios que contribuem com o capital e outros com o trabalho. Em alguns casos os capitalistas ou sócios comanditários respondem somente com o capital trazido e não participam da administração da empresa. Os sócios administradores têm responsabilidade ilimitada e respondem com todos os seus haveres.

Este tipo de sociedade, que caracteriza a empresa erva teira, destina-se a operações de pequena ou média escala. As firmas registradas na Junta Comercial do Paraná, no início da vida republicana até o começo do século XX são as seguintes:

¹⁹ MARTINS, Romário. Ilex Mate... 315 p. p. 201

Quadro nº 4

Registros de firmas vinculadas a erva mate - Junta Comercial do Paraná - 1892-1901²⁰

FIRMAS	CAPITAL
Paula Xavier & Macedo	30:000\$000
Suplicy Rocha	14:000\$000
Costa Lisboa & Loyola	180:000\$000
A. E. Leão Junior & Cia.	100:000\$000
David Carneiro & Cia.	150:000\$000
M. Miró & Cia.	250:000\$000
Correa de Lacerda & Cia.	120:000\$000
Silva & Polidoro	80:000\$000
A. L. Santos & Cia.	50:000\$000
Saboia, Ribas & Cia.	80:000\$000
Almeida Barros & Cia.	20:000\$000
Stoquero Bortolo & Filhos	15:000\$000
David Carneiro & Cia.	500:000\$000
Urlemann & Cia.	600:000\$000
Burmester Thon & Cia.	440:000\$000
J. Nery Fontaine & Cia.	448:000\$000
Lacerda & Cia.	120:000\$000
Oliveira, Bley & Cia.	100:000\$000
H. Burmester & Cia.	586:000\$000
Leão Correia & Cia.	200:000\$000
Guimarães & Cia.	800:000\$000
S. Lobo & Cia.	600:000\$000
David Carneiro & Cia.	500:000\$000
Armando Cunha & Lima	51:367\$750
Cunha & Paula	54:000\$000
B. R. de Azevedo & Cia.	350:000\$000
Pereira & Sibut	10:000\$000
Macedo & Filhos	100:000\$000
TOTAL.... 6.458:000\$000	

Verifica-se no período levantado a repetição de algumas firmas, como o caso de David Carneiro & Cia. Tal fato prende-se a mudanças de sócios ou reformulação de capital. Outro aspecto a destacar seria o da firma J. Néry, Fontaine & Cia., composta por sócios coletivos residentes no Brasil e sócios comanditários residentes em Bruxelas. A sede social se estabeleceu na capital belga e o objetivo da firma era a exploração das fábricas estabelecidas no Paraná para beneficiar erva mate. Estas firmas relacionadas, em sua maioria, dedicavam-se ao

²⁰ JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Livro de contratos; 1892 - 1901. s.n.t. 2 v.

comércio exportador e importador.

Este quadro corresponde em termos nacionais à fase da política de recuperação que o país estava vivendo devido à de pressão gerada pelo Encilhamento. Os capitais investidos são pouco significativos, porque todas as firmas se dedicavam à exportação, atividade esta pouco exigente de investimentos. A questão da exportação do café brasileiro é um exemplo porque marginalizou os investimentos industriais nas últimas décadas do século XIX, forçando uma reestruturação na economia nacional.²¹

3. A POLÍTICA ERVATEIRA PARANAENSE NA REPÚBLICA VELHA

3.1. A situação da erva mate no início do novo contexto político.

Embora a erva mate paranaense tivesse conseguido equilíbrio comercial, o Estado, no novo regime republicano, ainda enfrentou problemas decorrentes do Império.

Em 1867, o Rio Grande do Sul reagiu contra a erva de má qualidade, adulterada, que era ofertada aos mercados, proibindo o embarque e autorizando a queima do mate não legítimo. O Governo gaúcho estabeleceu estas medidas através do Decreto nº 256 de 19 de junho de 1867, exigindo rigorosa inspeção.²²

Este mesmo problema afligia o produto paranaense que es tava em crise desde 1858. É neste momento que as autoridades industriais ligadas ao produto se conscientizaram, procurando inovar seus métodos e preparos técnicos sob a orientação de Francisco Pinto de Camargo, ocasionando o aumento da exportação a partir de 1863.²³

Em fins do século XIX a Argentina, para proteger sua indústria, estabeleceu o acréscimo de 15% sobre a importação do produto beneficiado. Isto viria atingir fundamentalmente o Paraná nos setores de produção e indústria. Como represália

²¹ MONT'ALEGRE, Omer. Capital & capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972. 437 p. p. 318.

²² LINHARES, p. 175.

²³ Ibid., p. 172.

surge a Lei nº 810, aprovada em 22 de outubro de 1885 e sancionada pelo então Presidente da Província Taunay a 3 de novembro do mesmo ano, estabelêcendo que: a erva mate denominada cancheada, em ramo ou em bruto, exportada da Província, pagaria o imposto de 2\$000 por 15 kilos fosse qual fosse seu envoltório, excetuando desse imposto a erva em "folha" considerando-a beneficiada quando exportada para as Províncias do Império. A fim de evitar fraudes no despacho de erva em rama, o artigo 2º desta Lei determinou a nomeação, em cada porto, de uma comissão constituída de 3 negociantes de mate beneficiado, com o objetivo de fiscalização, sem excluir os agentes do fisco.²⁴

Esta Lei, como a outra sancionada em 1887 por Faria Sobrinho, sucessor de Taunay, que isentava de direitos provinciais de exportação o mate destinado à Europa e Estados Unidos, além das verbas para propaganda, não passavam de medidas paliativas segundo a interpretação de Temístocles Linhares.²⁵

As dificuldades criadas pelo governo argentino, a carência de capitais para ampliações de mercados e a política financeira de rotina, de taxaço de impostos sobre setores industriais e de produção, acarretaram uma posição estacionária na exportação, que vai prevalecer até o fim do século XIX.

Como a política governamental não era intervencionista, torna-se difícil controlar as crises que evoluíam gradativamente.

A Associação Propagadora da Erva Mate criada em 1887 se propunha a lutar contra o sistema de impostos considerados opressivos e que era o método tradicional utilizado pelo governo.

Para a Europa havia isenção de taxas de exportação, mas esta exportação era inexpressiva.

Quando a Associação se transformou em Centro dos Exportadores de Erva Mate, os ervateiros que eram acusados de causadores das crises, em virtude do seu individualismo e da sua desunião, decidiram unir esforços, e o quadro abaixo apresen-

²⁴ MARTINS, p. 285.

²⁵ LINHARES, p. 233.

ta um aumento relativo na exportação.²⁶

Quadro nº 5

Exportação da erva mate do Paraná para os mercados do Rio da Prata e Valparaíso

Anos	República Oriental kilogramas	República Argentina kilogramas	República do Chile kilogramas	TOTAL
1886	3.303.993	8.761.057	2.459.547	14.524.597
1887	5.051.491	10.813.518	3.693.892	19.558.901
1888	4.532.654	10.367.926	3.353.253	18.253.836
1889	5.368.607	10.466.885	2.494.194	18.329.686
1890	4.317.504	11.729.491	4.545.947	20.529.942
1891	4.718.573	12.533.831	1.120.419	18.372.823
1892	4.836.060	13.583.131	1.033.560	19.452.751
1893	7.164.424	12.613.192	990.379	20.767.995
1894	5.532.841	10.901.557	1.828.133	18.262.531

Fonte: Relatório do Secretário de Finanças Luis Antonio Xavier

Neste período de 1886-1894, os países consumidores estavam passando por boa fase quanto à colocação de seus produtos o que proporcionava a capacidade de importar. Os países latino-americanos nas três décadas que antecederam a primeira Guerra Mundial, passaram por um período de transformações econômicas e sociais.

A Argentina, principal consumidor do produto paranaense, desenvolvia o seu processo de integração na economia mundial através do movimento internacional de capitais, correntes migratórias e expansão comercial.²⁷

É preciso destacar que, os referidos mercados não se abasteciam apenas da erva paranaense, mas também do Paraguai, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apesar de ser responsável por 50% da exportação, aproximadamente, o despreparo e o quase abandono dos produtores paranaenses acarretam o problema da super produção. Esta seria a crise ameaçadora da última década do século XIX. O produto muitas vezes estagnava nos armazéns, ocorrendo uma baixa de preços de que se aproveitavam os comis

²⁶ PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Luís Antonio Xavier, exercício 1895-1896, ao Governador Xavier da Silva. Curitiba, Atelier Novo Mundo, 1897.

²⁷ FERRER, Aldo. La economía argentina; las etapas de su desarrollo y problemas actuales. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1971. 266 p. p. 95.

sários platínos para manobrar o mercado.²⁸

Os defeitos e as críticas da Lei nº 810 vêm à tona, como protetora dos interesses dos industriais.

Não se pode omitir um aspecto importante desta fase, como posterior à Revolução Federalista e conforme o relatório do Secretário de Finanças Luis Antonio Xavier ao então Presidente do Estado, sobre a situação financeira. Notificando que o referido relatório abrangia o primeiro semestre do exercício de 1894 diz que corresponde ao domínio do Governo revolucionário. Não oferece dados fidedignos para balanços, porque as repartições públicas sofreram ataques e os agentes fiscais se aproveitaram das circunstâncias, se assenhorando de livros e papéis da arrecadação que efetuavam e até de quantias provenientes de depósitos. A não prestação de contas de vários coletores perturbou o mecanismo do Estado. Os balancetes enviados à Secretaria de Finanças pelos agentes fiscais do governo revolucionário, a arrecadação propriamente dita, proveniente de impostos consignados no orçamento, apresenta a quantia de ... 311:649\$378, na qual está incluída a de 111:994\$294, recolhida à Secretaria depois de restabelecido o Governo Legal.

O Governo Revolucionário dispendeu do produto arrecadado a quantia de 199:655\$084.

A receita em relação à erva mate foi de 85:470\$150. Quando a situação política normalizou, a receita aumentou consideravelmente conforme o balanço definitivo do Estado no exercício de 1894, compreendido o período adicional. Os dados são apresentados em novo relatório do mesmo Secretário de Finanças, Luís Xavier, ao Presidente Xavier da Silva. Para a exportação da erva mate a receita foi orçada em 390:000\$000 e a arrecadação de 370:353\$169.²⁹

No exercício de 1895 o orçamento e a arrecadação foram respectivamente de 432:126\$000 e 411:657\$844. Em 1897, 500:000\$000 e 287:750\$638; em 1898, a receita em orçamento apresenta a quantia de 589:923\$874 e a arrecadação de

²⁸ LINHARES, p. 248.

²⁹ PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Luis Antonio Xavier ao Governo Xavier da Silva, exercício 1894. Curitiba, Atelier Novo Mundo, 1895. p. 15-16

770:727\$264. Em suas considerações relativas à situação financeiras do Estado, o Secretário de Finanças diz que "o produto do imposto da exportação da erva mate tem correspondido mais ou menos às verbas orçamentárias. Estas porém, consignadas em média dos exercícios anteriores não representam precisamente o valor real da exportação desse produto". Para justificar estes aspectos o Secretário Luis Xavier faz alusões ao problema do contrabando como consequência da deficiência do sistema de fiscalização: "Os meios de iludir a vigilância fiscal para reduzir o tributo desse ramo da indústria não são difíceis, e são postos em prática como se fossem legítimos e naturais". A questão é que as taxas exigidas pela legislação eram cobradas após o embarque da erva e a cobrança era feita pela nota em conferência fornecida pelo fiscal. Além disso, o limitado número de funcionários não conseguia controlar todos os pontos de embarque tanto no litoral como das áreas fluviais, em particular Foz do Iguaçu e Rio Negro.³⁰

No relatório de 1900, o Secretário de Finanças Carvalho Chaves afirma que "a despeito das oscilações nos mercados consumidores da erva mate, tem essa indústria paranaense mantido sua exportação regular" conforme o quadro demonstrativo:

Quadro nº 6

Exportação pelos portos: Paranaguá - Pedro II - Antonina³¹

ANOS	VOLUME			KILOS		
	BENEFICIADA	BRUTA	TOTAL	BENEFICIADA	BRUTA	TOTAL
1899	851.878	21.905	373.783	26.514.190	1.215.320	27.630.510
1900	318.162	17.911	336.073	23.989.140	1.001.800	24.990.940

O mesmo Secretário aborda no relatório de 1901, o pro-

³⁰ PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Luís Antonio Xavier, exercício 1895-1896, ao Governador Xavier da Silva. Curityba, Atelier Novo Mundo, 1897 p. 38-39.

³¹ PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Antonio Augusto de Carvalho Chaves ao Governador Xavier da Silva. Curityba, Atelier Novo Mundo, 1900 - p. 17.

blema de contrabando na então Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

A legislação militar isentava de impostos a referida Colônia e seus habitantes aproveitavam-se desta isenção na sua atividade exportadora. A interferência do Ministério da Fazenda esclarece "que as isenções das Colônias Militares e Agrícolas de que trata o Artigo 2589 da Consolidação da Legislação Militar não vão ao ponto de exonerar os respectivos habitantes das contribuições devidas, a título de impostos".³²

A solução deste problema foi o estabelecimento da cobrança de impostos pelo setor administrativo, apresentando resultados animadores e cifras favoráveis.

Como já foi citado, esta fase já prenunciava o fenômeno da super produção e como consequência as críticas à Lei nº 810 como medida paliativa e inócua, defensora apenas dos interesses dos industriais.

O ônus com que arcava a erva cancheada conforme a Lei, favorecia os concorrentes além de causar o desequilíbrio responsável pela super produção. O Centro dos Exportadores, desde 1899, já propunha o aumento da taxa de propaganda tentando minorar o problema, através da ampliação de mercados, no caso, o europeu. Esta pretensão era um tanto utópica, porque o chá da Índia e o café já haviam chegado aos mercados europeus e aos Estados Unidos.³³

O Centro de Exportadores não tinha condições, como se vê, de resolver objetivamente a questão. A interferência governamental praticamente não existia no sistema vigente do liberalismo econômico. Considerando esses aspectos, tudo leva a crer que a atitude do Centro de Exportadores "não era outra coisa senão a manutenção do statu quo quanto aos mercados tradicionais".³⁴

³² PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Antônio Augusto de Carvalho Chaves ao Governador Xavier da Silva. Curitiba, Atelier Novo Mundo, 1901. p. 8-13

³³ COSTA, Samuel Guimaraes da. Economia ervateira. s.l., Centro Nacional de Estudos Cooperativos, s.d. 33 p. p. 5.

³⁴ LINHARES, p. 250.

A posição mais lúcida desta fase foi a de Vicente Machado, que não era ervateiro, mas como político conhecia seus problemas, e enfrentando a oposição de grupos eminentes, defendeu o monopólio estatal e o dirigismo econômico. Ele percebeu que com o desenvolvimento dos engenhos argentinos, o país portenho não teria dificuldade em adquirir a matéria prima. O esforço para impor a erva mate cancheada paranaense teria que ser através de uma política econômica racional, considerando que na região de Misiones já começava a ser cultivado o produto. Concretamente, Vicente Machado lutava pela propaganda no mercado nacional, pelo monopólio estatal e pela equiparação dos direitos de exportação entre a erva cancheada e a beneficiada.³⁵

A primeira pretensão foi convertida na Lei nº 376, de 11 de abril de 1900, que autorizou o poder executivo a colocar em concorrência pública, com casa comercial ou empresa que se organizasse, o estabelecimento de uma exposição permanente de produtos industriais paranaenses no Rio de Janeiro. Para atender a estas atividades foram criados diversos impostos e entre eles o de 20 réis por quinze quilos de mate exportado. A última pretensão de Vicente Machado também resultou na Lei nº 449 de 22 de março de 1902 criando o imposto de 450 réis por 10 quilogramas de erva exportada, beneficiada ou não, e esta estabeleceu como formas únicas de embalagem para exportação, a barrica, a caixa de madeira, que seria uma maneira de fomentar a indústria madeireira; admitindo ainda o surrão de couro, que auxiliaria o desenvolvimento do artesanato regional.³⁶

Esta Lei se preocupou também em estabelecer um controle mais efetivo em Foz do Iguaçu, autorizando o Poder Executivo a criar Coletorias ou Agências Fiscais quantas fossem necessárias. Nessa região o imposto de exportação seria de 600 réis por 10 quilogramas. A Lei de equiparação seria também uma represália à Argentina que criou dificuldades para a entrada da erva beneficiada, a fim de proteger as suas indústrias, que atingiu o complexo produção-indústria do Paraná, pois a erva

³⁵ LINHARES, p. 253

³⁶ Ibid., p. 286.

cancheada teve também uma decidida oposição. O país portenho estabeleceu um tipo especial de erva e através das alfândegas controlava a sua grossura a fim de impedir a entrada daquela do Paraná.

No último relatório que precedeu à implantação da Lei, e que corresponde ao exercício de 1901-1902, o Secretário de Finanças, Antônio Augusto de Carvalho Chaves, acentua que o orçamento não cobriu as despesas, nem a exportação da erva mate foi suficiente, pois, além de tudo, o Paraná estava envolvido nas questões de limites com Santa Catarina o que exigiu uma despesa extra de 63:187\$579 contos de réis.³⁷

Os efeitos da Lei de equiparação começam a aparecer no relatório de Javert Madureira de 1904, que dá uma explicação das fontes de renda do Estado: os impostos indiretos sobre a produção constituem as grandes cifras da receita e incidem, de um lado, sobre a exportação da erva mate e, de outro, sobre mercadorias sujeitas a patente comercial. O relatório destaca o crescimento da exportação demonstrado no quadro seguinte:

Quadro nº 7

EXERCÍCIOS	EXPORTAÇÃO DA ERVA MATE ³⁸			
	BENEFICIADA		CANCHEADA	
	VOLUMES	PESOS	VOLUMES	PESOS
1899-1900	363.569	27.229.540	2.114	1.096.350
1900-1901	126.187	8.953.096		
1901-1902	371.594	25.722.360		
1902-1903	397.879	28.171.425	3.677	189.780
1903-1904	441.410	31.194.850	68.270	4.419.477

O aumento da exportação é considerado como consequência da equiparação de impostos. O produto entrou na receita com a

³⁷ PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Antonio Augusto Carvalho Chaves ao Governador Xavier da Silva. Curitiba, Typ. d'A Republica, 1903. p. 10.

³⁸ PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Javert Madureira ao Governador Vicente Machado. Curitiba, Atelier Novo Mundo, 1905. p. 14.

cota de 950:000\$000 contos de réis e produziu de imposto arrecadado a soma de 1.408:933\$730; houve, portanto, um acréscimo de 458:933\$730, excluindo o imposto de propaganda.

Conforme os dados apresentados no quadro acima, houve um aumento da exportação no exercício que findou maior que a do anterior em aproximadamente 2,5 milhões de quilos. A Argentina atingia nessa época, um grau significativo de desenvolvimento econômico e, como principal centro consumidor da erva mate, apesar dos entraves impostos, não poderia dispensar a importação do produto. Esta situação condiciona, portanto, o aumento crescente da exportação paranaense.

O relatório da Junta Comercial anexo ao do Secretário Chichorro Junior, em 1907, destaca o aumento de registro de marcas de fábricas de 88, isto é, 39 a mais que no ano anterior, ficando com 509 o número "do produto do qual o Estado auferre grande parte dos seus cabedades".³⁹

Os anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, proporcionaram a vários países da América Latina níveis favoráveis de exportação, e, portanto, a capacidade para importar. Este fenômeno cabe tanto à situação argentina como à brasileira, e o Paraná se colocava em terceiro lugar nas exportações nacionais.

Os planos otimistas de ampliação de mercado, tanto no setor interno como externo, aparecem no relatório de 1912 do Secretário da Agricultura, Ernesto Luís de Oliveira. Para a dilatação do mercado ervateiro seria utilizado como intermediária a Casa Comercial David Carneiro, prevendo ainda um contrato com a Casa Schomacker do Rio de Janeiro para a propaganda e introdução do produto nos Estados do norte.⁴⁰

Parece que as demais autoridades industriais não responderam ao apelo entusiasta do Secretário da Agricultura,

³⁹ JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Anexo. In: PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Chichorro Junior ao Governador Xavier da Silva. Curitiba, Typ. A República, 1908. p. 6.

⁴⁰ PARANÁ. Secretaria da Agricultura. Relatório do Secretário da Agricultura Ernesto Luiz Oliveira ao Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba, Typ. do Diário Oficial, 1913. p. 10.

porque já se percebe no relatório do ano seguinte, além de um pressentimento de crise, uma crítica sutil aos setores industriais cujo individualismo prejudicou as negociações do órgão. Alerta também o governo para maiores atenções com a principal fonte de renda do Estado, pois o Chile era um mercado quase perdido, criticando ainda o Decreto 410 que iguala a erva paranaense a catarinense.⁴¹

Os anos da Primeira Guerra Mundial foram positivos para a economia ervateira. Devido as ameaças de guerra, e a possível escassez de produtos, houve uma reação nos mercados e para qualquer eventualidade decidiram adotar um sistema de estocagem.⁴² Neste panorama as exportações brasileiras tiveram boa margem de lucros e o mate paranaense conseguiu manter-se em equilíbrio, como se constata através dos relatórios do Secretário de Finanças do Governo Afonso Alves de Camargo.

A receita arrecadada no exercício de 1916-1917 elevou-se a 6.912:070\$209. Com um montante de 7.386:450\$794 de previsão orçamentária, verifica-se uma diferença de 474:380\$585 para menos arrecadação efetuada. O imposto sobre a exportação da erva mate beneficiada foi de 340:463\$137, e sobre a cancheada 174:647\$871. Embora, a deficiência do transporte marítimo tenha influido nas previsões financeiras, diminuindo a arrecadação, a exportação da erva mate produziu 2.573:638\$992, isto é, apenas 58:624\$408 menos que no exercício anterior.

Quadro nº 8

EXPORTAÇÃO GERAL - VALOR	
ERVA MATE	18.451:529\$900
MADEIRA	4.455:880\$807
CAFÉ	2.442:180\$700
FÓSFOROS	1.614:680\$000
GADO	1.468:660\$000

Fonte: Relatório do Secretário de Finanças Caetano Munhoz da Rocha.

⁴¹ Ibid., p. 15.

⁴² LINHARES, p. 333.

O quadro mostra claramente que a erva mate era responsável por 60% do valor das principais exportações do Estado.

Foram exportados 730.748 volumes com o peso líquido de 44.202.499 quilos; sendo que, 469.693 volumes com 25.953.901 quilos de erva beneficiada e 261.055 volumes com 18.248.598 quilos de erva cancheada que se destinavam:

Quadro nº 9

Exportação de Erva Mate.

LOCAL	VOLUMES	QUILOS
REPÚBLICA ARGENTINA	455.431	28.989.796
URUGUAI	178.799	9.411.158
CHILE	13.819	1.079.607
SUL DO BRASIL	72.590	4.218.482
NORTE DO BRASIL	8.949	431.597
EUROPA	1.070	34.200
ESTADOS UNIDOS	99	7.659

Fonte: Relatório do Secretário de Finanças Caetano Munhoz da Rocha.

Aproximadamente 40% da exportação foi feita pelo Porto de Antonina e os 60% restantes foram distribuídos pelos portos de Paranaguá, Foz do Iguaçu, Rio Negro, União da Vitória e outros menos importantes.⁴³

O exercício de 1917-1918 corresponde ao último ano da Primeira Grande Guerra. O relatório de Caetano Munhoz da Rocha, apontando as deficiências do serviço estatístico diz que, embora as informações sejam incompletas, dão uma idéia da capacidade fabril do Estado.

A exportação geral do Estado, apresenta-se com o valor oficial de 34.556:254\$944 tendo concorrido para esta importância:

⁴³ PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Caetano Munhoz da Rocha, exercício 1916 - 1917, ao Presidente Afonso Alves de Camargo. Curitiba, Typ. A República, 1917. p. 4-117.

Quadro nº 10

Exportação Geral.

Erva Mate	18.585:188\$000
Madeira	5.512:747\$344
Café	2.851:380\$000
Fósforos	1.785:320\$000
Gado	1.840:970\$000
Diversos	3.980:649\$600
TOTAL	34.556:254\$944

Fonte: Relatório de Caetano Munhoz da Rocha.

Houve um aumento na exportação da erva beneficiada e diminuiu a da erva cancheada em relação ao ano anterior:

Quadro nº 11

Exportação de Erva Mate

ERVA BENEFICIADA (KILOS)	CANCHEADA
1917-1918 27.584.541	14.604.039
1916-1917 25.953.901	18.248.598

Fonte: Relatório de Caetano Munhoz da Rocha.

A exportação para a Argentina e o Uruguai dos dois tipos de erva perfazem 26.449 toneladas. Para o Chile, Europa e Estados Unidos, importadores de erva beneficiada, apresenta respectivamente a quantia de 1.116 toneladas, 24 toneladas e 8 toneladas; estes dados ainda são referentes ao exercício de 1917-1918.⁴⁴

3.2. Prenúncios da crise ervateira.

No exercício 1919-1920, início do Governo Caetano Munhoz da Rocha, a mensagem governamental expressa seu otimismo afirmando que é amplo e intenso o desenvolvimento econômico do Estado, de acordo com o valor crescente da exportação em

⁴⁴ PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Caetano Munhoz da Rocha, exercício 1917 - 1918, ao Presidente Afonso Alves de Camargo. Curitiba, Typ. A República, 1918. p. 119.

que a erva mate representava 60% da renda. Exaltando o referido produto como a riqueza primordial do Estado dentro das características tradicionais do país ou do Estado fornecedor de matéria prima, o Governador procura refutar as idéias contrárias à erva mate como único manancial de exportação, sob a alegação de que o mal não era o produto em si, mas a deficiência de mão de obra.⁴⁵

Tentando sanear o despreparo e carência de racionalização da produção, surge em 1920 o Decreto nº 1.201 que procura controlar o corte do mate para fins industriais no período de maio a outubro, estabelecendo multa para os infratores. Este Decreto reflete indubitavelmente, a situação de abandono técnico em que se encontrava o produtor, uma vez que este por falta de orientação, executava o trabalho de coleta muitas vezes fora de época apropriada, com prejuízo consequente da produção.⁴⁶

Outra providência tomada, dizia respeito a fiscalização do mate entregue a benefício ou já preparado para a exportação, exigindo a obrigatoriedade de análise, e para este fim deveriam ser criados laboratórios especializados ou ainda seriam utilizadas as instalações da Faculdade de Medicina, bem como as da Escola Agrônômica. Com o cumprimento das exigências específicas por determinação governamental, estaria instituído o selo de garantia criado pela Lei nº 1956 de 26 de março de 1920.⁴⁷

No que tange à propaganda, deveria ser realizada pela ação conjunta do Governo e do Centro de Industriais da Erva Mate, cabendo a este a iniciativa de tal publicidade e àquele cumprindo ampará-la, além da isenção de impostos, que já era feita com sua intervenção junto aos Poderes da União no sentido de ser facilitado o transporte e não ser dificultada a entrada do produto nos centros estrangeiros; porém uma das metas primordiais de divulgação seria o norte do país.⁴⁸

A despeito das crises mais ou menos frequentes e prolon

⁴⁵ MUNHOZ DA ROCHA, Caetano. Mensagem presidencial, 1919-1920, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p.44-45.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Ibid.

gadas que chegavam a prejudicar a exportação, elas não atingiam a situação econômica do Estado.

Para impulsionar e ao mesmo tempo evitar a deteriorização da economia ervateira, a temática constante dos projetos governamentais era a conquista e ampliação de novos mercados consumidores. Na mensagem governamental referente ao exercício 1920-1921, aparece o alerta de que "a cultura intensiva da erva mate na República Argentina deve a todos tornar apreensivos sobre o futuro da indústria paranaense".⁴⁹ Sugere então o Governador uma união de esforços entre Governo e industriais no sentido de realizar uma propaganda orientada e segura nos Estados Unidos e Europa, em especial Alemanha, Espanha e Itália, e no setor interno o campo que apresentava características favoráveis seria o norte do Brasil.⁵⁰

Os ervateiros não ignoram o problema conforme o texto do memorial enviado ao Governo pelo Centro de Industriais da Erva Mate. O referido memorial considera a perda provável do mercado argentino e o surgimento desse país como concorrente nos mercados do Uruguai e Chile. Em termos mais objetivos propõe a ampliação do mercado nacional porque além de estar mais próximo do centro de produção, o produto não ficaria onerado com os impostos aduaneiros, podendo ainda com vantagem fazer concorrência ao chá oriental "fortemente tributado em nossas alfândegas". Salienta também "que é o produto mais indicado para os climas quentes e águas más", e que o consumo interno é o melhor argumento para a conquista de mercados externos.⁵¹

O método de ação proposto seria o de entendimento com as companhias de navegação, para obter transporte regular e fretes razoáveis; divisão regional para efetuar a propaganda de forma eficiente, anúncios em jornais de grandes tiragens do Rio e São Paulo, bem como a utilização das primeiras páginas dos jornais paranaenses.⁵²

⁴⁹ MUNHOZ DA ROCHA, Caetano. Mensagem Presidencial, 1920-1921, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p. 44.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid.

Outros recursos seriam a proibição da exportação de ervas inferiores e o estabelecimento de prêmios em dinheiro aos exportadores que tivessem exportado mais de cem (100) toneladas para Santos e Rio, e trinta (30) toneladas para os portos constantes no zoneamento da propaganda; estendia também a exportação em conjunto para os mercados brasileiros do centro e norte do país com mais de 150 toneladas.⁵³

Além deste problema que se prenunciava, a vida econômica do Estado ressentia-se da "falta de certos fatores imprescindíveis para o progresso" como as dificuldades dos meios de transportes ferroviários, rodoviários, bem como as condições em que se encontrava o porto de Paranaguá. Esses aspectos se transformavam em verdadeiros entraves para a exportação não só da erva mate como também de outros produtos dificultando a conquista de novos mercados consumidores.⁵⁴

Os planos de ação do Governo e do Centro do Mate não conseguiram chegar a bom termo. Segundo o Governador Munhoz da Rocha, o Centro do Mate, através dos industriais "não entenderam ou não quiseram corresponder ao gesto do Governo para organizar e regulamentar o serviço"⁵⁵

Havia necessidade de criar agências de propaganda nas capitais do norte tornando-se imprescindível a interferência direta do Estado, no setor, para divulgação dentro do país. O Ministério do Exterior, por sua vez, através das Embaixadas na Europa, dos cônsules e delegados especiais, empenhou-se na propaganda, inclusive junto à França e Polônia, procurando obter redução das tarifas alfandegárias.⁵⁶

Estas medidas vinham, portanto, da execução da Lei Argentina que estabelecia tarifas vantajosas para o país em questão, relativas à importação da erva cancheada a razão de 60% os "aforos" e de 25% sobre os direitos específicos.⁵⁷

⁵³ Ibid.

⁵⁴ MUNHOZ DA ROCHA, Caetano. Mensagem presidencial, 1921 1922, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p. 38.

⁵⁵ MUNHOZ DA ROCHA, Caetano. Mensagem presidencial, 1922 1923, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p. 56.

⁵⁶ MUNHOZ DA ROCHA, Caetano. Mensagem presidencial, 1924 1925, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p. 71.

⁵⁷ Ibid.

O Governo do Paraná, tentando um trabalho mais efetivo a respeito do problema ervateiro bem como a ampliação de mercados, autoriza um convênio com Santa Catarina para uma ação conjunta."

Nos últimos anos do Governo em questão, ainda foi tentada uma investida no mercado dos Estados Unidos, por intermédio do capitão de corveta Didio Afonso da Costa que em Nova York se encarregaria de estudar as possibilidades de uma propaganda intensa naquele país. O financiamento seria decorrente dos impostos destinados para este fim.⁵⁸

Em sua última mensagem governamental, Munhoz da Rocha afirma que não foi possível levar a efeito os planos projetados relativos ao assunto porque "não encontrou o governo, pessoal capaz que tomasse a seu cargo a propaganda no país, nem contamos com a verba suficiente para atender um serviço dessa natureza, exigindo grande dispêndio principalmente na América do Norte".⁵⁹

Sua última sugestão aos industriais foi o barateamento e aperfeiçoamento do produto beneficiado em virtude da competição argentina; considerando ainda que apesar de todos os obstáculos, internos e externos, a erva mate paranaense sempre teve preferência.⁶⁰

O quadro demonstrativo corresponde ao período acima relatado, isto é, da fase da Primeira Grande Guerra e do Governo Munhoz da Rocha em que a exportação teve o seu momento de fustígio bem como bem como o início do processo de decadência da economia ervateira através da diminuição da importação argentina a partir de 1926.

⁵⁸ MUNHOZ DA ROCHA, Caetano. Mensagem presidencial, 1925 1926, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p. 81.

⁵⁹ MUNHOZ DA ROCHA, Caetano. Mensagem presidencial, 1926 1927, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p. 71.

⁶⁰ Ibid.

Exportação Paranaense

ANOS	EXPORTAÇÃO GERAL (VALOR)	EXPORTAÇÃO DA ERVA MATE (VALOR)
1916-1917	3.220:794\$847	18.451:529\$900
1917-1918	34.556:254\$944	18.585:188\$000
1918-1919	42.560:975\$160	20.872:201\$350
1919-1920	63.855:088\$100	40.876:000\$200
1920-1921	66.709:998\$500	41.020:584\$800
1921-1922	68.714:874\$800	44.579:521\$200
1922-1923	87.007:434\$000	56.182:664\$100
1923-1924	106.033:328\$200	67.990:160\$100
1924-1925	117.031:860\$770	72.267:954\$300
1925-1926	147.435:933\$517	70.441:902\$300
1926-1927	156.450:717\$050	98.225:546\$600

Fontes: Relatório e mensagens presidenciais.

Quanto à exportação geral, verifica-se que não houve u ma ascensão brusca nas arrecadações, mas um acréscimo constan te sempre equilibrado. Se for comparado o tempo de dez anos, isto é, a arrecadação de 1916-1917 com a de 1926-1927, consta ta-se que houve realmente um aumento significativo. Quanto à er va mate, repete-se o mesmo fenômeno porque este produto garan- tia aproximadamente 60% das exportações. Ressalta-se porém que, nos exercícios de 1923-1924 e 1924-1925, a madeira passa por uma valorização que determina a alta de preços; e a partir de 1925 o café também começa a influir nas arrecadações. No exer- cício 1925-1926 o valor, tanto da erva como da madeira, apresen- ta dados inferiores aos do ano anterior, com compensação o ca- fé atinge a quantia de 28.702:364\$500 e a madeira diminui para 18.273:189\$960. Voltando à análise do quadro demonstrativo, per cebe-se que a partir de 1921 a percentagem de aumento de ao para ano é maior que as diferenças dos anos anteriore. Este aspecto reflete a situação econômica do país que procurava adap- tar-se à fase pós-guerra e simultaneamente enfrentava o perío- do pré-revolucionário que constantemente abalava o país através do mo

⁶¹ Fontes: Relatórios e mensagens de Secretários de Fi- nanças e Presidentes do Estado.

vimento tenentista, Coluna Prestes, revoltas no Rio Grande do Sul, etc, que processavam a desagregação da República Velha.

Estes fatores viriam acarretar uma alta de preços e do custo de vida principalmente em gêneros alimentícios, e a desvalorização cambial.⁶²

A partir de 1928 já é patente a diminuição crescente da exportação erva mateira. Esta situação coincide com o retorno de Afonso Alves de Camargo ao governo do Estado, e também com o "crack" da Bolsa de Nova York, além da ebulição política que provocaria o advento de uma nova era republicana ao país. O comércio erva mateiro não seria atingido diretamente por estes fenômenos porque sua área de ação era limitada aos mercados platinos, embora se situasse em terceiro lugar nas exportações brasileiras.

Nos três últimos anos que precederam à Revolução de 30, a atuação governamental foi mais objetiva no que tange à propaganda da erva mate. Foram firmados contratos na França, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Suíça, Região dos Balcãs, Alemanha e Estados Unidos. É bem verdade que o consumo de chá brasileiro nestes mercados era insignificante, mesmo assim o Governo reafirmou a preocupação pela qualidade do produto exportado através da Lei nº 2559 que determinava a pureza da erva, evitando misturas e exigia condições higiênicas na produção e no beneficiamento. O Decreto 1997 de 28 de novembro de 1928, estabelecia a isenção dos impostos estaduais da exportação pelo prazo de três anos para erva transformada em chá destinada aos mercados nacionais, acondicionada nos tipos oficiais determinados pelo Instituto do Mate e aprovados pela Secretaria da Fazenda.⁶³ Esta medida visava o estímulo do mercado interno. Ao Instituto do Mate também cabia responsabilidade da propaganda na tentativa de ampliar tanto o mercado interno como o externo. O referido órgão fundou em Curitiba a Casa do Mate com a finalidade de tornar comum o uso da bebida. Criou também agências de propaganda no Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Buenos Aires, além

⁶² LUIZ, Nícia Vilêla. A década de 1920 e suas crises. São Paulo, s. ed., 1969. 75 p. p. 70 Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.

⁶³ CAMARGO, Afonso Alves de. Mensagem presidencial, 1927 1928, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p. 43-44

de firmar um convênio com o Instituto do Mate de Joinville para a unificação dos tipos e invólucros para os mercados nacionais, uniformização de leis reguladoras da extração e preparo, e, finalmente, a fusão dos dois Institutos. Os industriais exportadores teriam que aceitar os tipos estabelecidos pelo Instituto do Mate, para usufruir a isenção de impostos conforme o Decreto acima relatado ⁶⁴

Quadro nº 13
Exportação de Erva Mate

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (rs)
1928	73.137	88.954:811\$100
1929	42.927	50.201:342\$400
1930	50.922	59.933:245\$300

Fonte: Mensagens presidenciais.

Nas últimas luzes da Primeira República continua em evidência a decadência da exportação e neste âmbito o aumento da exportação da erva cancheada em detrimento da beneficiada, para a Argentina. Este fato se processava desde o início da década de 20; além de comprovar o desenvolvimento industrial argentino, o cultivo deste produto nesse país começa a refletir no Brasil por volta de 1933 com a queda vertiginosa da erva cancheada.

4. AS CONDIÇÕES DO SETOR AGRÁRIO EXPORTADOR DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1930

A preocupação mais acentuada dos governadores paranaenses, durante a primeira fase republicana, foi a questão erva-teira conforme o relato em capítulo anterior. O aspecto mais penoso era o problema da exportação para a Argentina que, realmente, consignava maior rentabilidade. Analisando as condições do mercado ervateiro, Magalhães Filho diz que:

O maior consumidor mundial de mate era, e ainda é, a Argentina. Esta havia sido sempre o principal mercado para a produção paranaense. O crescimento demográfico e econômico do

⁶⁴ CAMARGO, Afonso Alves de. Mensagem presidencial, 1928-1929, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p. 45-46.

país estimulava o crescimento do consumo, o que devido à rigidez da oferta (brasileira, paraguaia e interna) traduzia-se em elevação de preços. Essa rigidez decorrente da característica extrativa da produção, somente poderia ser rompida pelo cultivo em escala comercial.⁶⁵

A política ervateira argentina, no sentido do cultivo, praticamente foi iniciada na primeira década do século atual, logo após ter sido solucionada através de arbitramento internacional a questão de fronteira, onde já havia a produção nativa do mate, foi estimulado o plantio, através de crédito bancário. A região missioneira do atual território argentino, ocupada pelos jesuítas desde o início do século XVII, dependia das Províncias do Paraguai que abrangiam, entre outros, territórios da Argentina, Paraguai, Uruguai e parte da Bolívia. As Missões também se estendiam em territórios brasileiros. Estas comunidades que se dedicavam, em grande escala, à criação de gado, também exploravam a erva mate e algodão.⁶⁶

O Boletim Comercial de 1922 relata o surto da plantação missioneira através de um comunicado do cônsul brasileiro em Buenos Aires, A. Santos Silva, baseado em informações do Museu Agrícola da Sociedade Rural Argentina, de que estas plantações "abrange mais de 5.000 hectares com um total de 5.000.000 de plantas, prevendo a duplicação para os anos vindouros".⁶⁷

A Argentina transformou-se de país importador em exportador, para os mesmos mercados consumidores.

Se não houve uma paralização nas importações do mate brasileiro, foi devido ao volume de demanda e a mistura dos produtos dos dois países que tornava o paladar mais agradável,

⁶⁵ MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba (28): 31-52, jan./fev. 1972.

⁶⁶ ASSADOURIAN, C.S. et alii. História argentina; de la conquista a la independencia. Buenos Aires, Paidós, 1972. 382p. p.240.

⁶⁷ CORRÊA FILHO, Virgílio. Ervais do Brasil e ervateiros. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de informação Agrícola, 1957. 88 p. p. 73. (Documentário da Vida Rural, 12)

conforme as preferências dos consumidores.

A reação argentina aparece como resultado do seu cultivo em razão do aproveitamento da alta de preços.

Os frutos desta diretriz econômica são retratados nitidamente no quadro abaixo referente à exportação total do Brasil e à exportação destinada ao mais importante consumidor.⁶⁸

Quadro nº 14
Exportação Brasileira

Anos	Exp. Total do Brasil	Exp. para a Argentina	%
1927	91.092	68.878	75,6
1928	88.180	63.253	71,7
1929	85.972	62.018	72,1
1930	84.846	58.406	68,7
1931	76.760	53.184	69,1
1932	81.400	52.701	64,7
1933	59.222	33.706	56,9
1934	64.702	33.315	51,4
1935	61.500	31.609	51,3
1936	66.601	35.456	53,2
1937	65.519	29.380	44,8
1938	63.241	24.392	38,5
1939	63.508	29.035	45,7

Fonte: Boletim do Instituto Nacional do Mate.

Verifica-se, portanto, a queda crescente da exportação para o país portenho e como o Paraná era responsável pela maior percentagem desta exportação, sua situação econômica ficou abalada principalmente a partir de 1931, quando uma crise abateu os ervateiros argentinos que, procurando solucionar o problema, realizaram um levantamento da produção e concluíram que poderiam abastecer o país com o produto nacional.

Este decréscimo da exportação que se processava lentamente desde 1926 vai influir no governo provisório, conforme o relato do General Mario Tourinho, Interventor do Estado: "insuperáveis dificuldades de ordem financeira que assoberbaram o govêrno do Paraná, quer provenientes da crise econômica universal quer advindas sobretudo dos pesados ônus e encargos lega -

⁶⁸ O SIGNIFICADO do mercado argentino na nossa economia ervateira. Boletim do Instituto Nacional do Mate, Rio de Janeiro, 1(2):39, dez. 1940.

dos pelas administrações passadas". A mensagem acentua que a pós as transformações políticas e administrativas, o Paraná sofreu um retraimento do crédito quase parализando o comércio e indústria. Os prejuízos maiores foram decorrentes da proibição durante três meses de importação de erva mate pela Argentina.⁶⁹

Neste mesmo ano realizou-se o Congresso de Erva Mate e Madeira em Curitiba, no mês de março, sob a inspiração do Ministério do Trabalho e contou com a presença de delegados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraná. De acordo com as deliberações foi expedido o Decreto 746, de 26 de março que estabeleceu o preço mínimo de erva destinada aos países platinos e ao Chile, além de definir o processo de controle de exportação. Nesta ocasião também foi formada a Sociedade Geral da Erva Mate que concordou com os itens do referido decreto. Este decreto foi suspenso posteriormente, por não ter sido obedecido pelos Estados participantes apesar de seus delegados terem votado favoravelmente.

No mês de julho, novos delegados dos mesmos Estados se reuniram no Rio de Janeiro e assinaram um convênio visando a defesa de produção ervateira.

Novo decreto neste sentido foi expedido no Paraná, para a execução do convênio, mas também foi suspenso por motivos idênticos ao anterior.

Em decorrência da situação exposta, a receita, no primeiro semestre, não correspondeu à previsão orçamentária, sendo atingida essencialmente pelos três meses golpeados pela quase paralização do comércio do mate, devido à proibição argentina. A exportação da erva mate beneficiada foi orçada em..... 1.250:000\$000 e sua arrecadação somou 840.254.338, com uma diferença para menos de 409.745.662; a exportação de erva cancheada foi orçada em 1.000.000.000 e a quantia arrecadada foi de 851.399\$620, diferença para menos de 148.600\$380.⁷⁰

Quando assumiu o governo o Interventor Manoel Ribas, as dívidas internas e externas atingiam as quantias de..... 124.432.239\$317 e 82.608.713\$310 respectivamente e retratavam

⁶⁹ TOURINHO, Mario. Mensagem do Interventor General Mario Tourinho; 1931. s.n.t. p. 3.

⁷⁰ Ibid., p. 72-73.

a situação caótica das finanças estaduais responsável pela crise econômica e a conseqüente queda de arrecadação.

Nos exercícios financeiros que cobrem o período de 1932-1938, a arrecadação de rendas do Estado atingiu as cifras de 23.739.418\$100 e 60.102.095\$800. Para um espaço de seis anos houve um aumento de 36.362.677\$700. Para 1939 a previsão da receita foi de 62.000.000\$000, entretanto a arrecadação atingiu a cifra de 68.877.781\$200, com uma ascensão de 6.877.781\$200 sobre a receita prevista e a despesa orçada.⁷¹

Este aumento se verificou devido ao plano rodoviário que facilitou o escoamento da produção para os mercados consumidores e a diversificação desta mesma produção. Acrescentam-se também os trabalhos mais efetivos dos serviços de fiscalização e arrecadação.

A economia paranaense, assentada até os primeiros anos da década de 1930 na exportação da erva mate, passa a sentir o fluxo da madeira, do café, bem como da pecuária e do algodão.

A erva mate cede aos poucos a sua liderança, em especial à madeira e ao café, situando-se em terceiro lugar nas exportações paranaenses.

O relatório diz que estas novas diretrizes econômicas evitaram que o aumento da arrecadação se efetuasse pelos métodos tradicionais de "criação ou majoração de impostos".⁷²

A mensagem de Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado, datada de 1936, já afirmava que o aumento de valor das exportações deve-se à política adotada de diversificação da produção. Em 1935 a arrecadação foi de 139.557 contos de réis contra 118.141 contos de 1934, e os 80.470 contos de 1933. Em relação ao ano de 1933, houve um aumento de 59.087 contos e, em comparação a 1934, o excesso foi de 21.416 contos.

A exportação em valor não reflete com exatidão o aumento do volume, pois em 1935 todos os produtos baixaram de preços em relação a 1934. Se o aumento em valor foi grande, mais

⁷¹ RIBAS, Manoel. Relatório do Interventor Manoel Ribas, 1932-1939. s.n.t. p. 3.

⁷² RIBAS, Manoel. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1936. p. 84.

significativo o foi ainda em volume. Em 1935, a erva mate reto ma temporariamente o seu lugar tradicional conforme a relação dos produtos básicos de exportação:

Quadro nº 15
Exportação Geral.

Erva mate	-	34.831 contos de réis
Cafê	-	20.119 contos de réis
Madeira	-	15.334 contos de réis
Produtos de origem animal e c/ vegetal	-	52.159 contos de réis
Produtos diversos	-	8.925 contos de réis
Animais vivos	-	8.189 contos de réis
TOTAL	-	139.557 contos de réis

Fonte: Mensagem do Governador Manoel Ribas.

As exportações de café e erva mate em 1935, não alcança ram as cifras previstas, senão teria sido maior o montante es tadual. A erva mate que vinha sofrendo baixas constantes no seu preço e na exportação, experimentou uma sensível melhora no preço, desde que foi posto em execução o Decreto nº 200, de 18 de fevereiro de 1935, que limitou a produção e fixou os ti pos negociáveis com o objetivo de melhorar sua qualidade. Es tas medidas eram frutos do acordo Paraná-Santa Catarina, no sen tido de solucionar o problema ervateiro.⁷³

Nesta época já estava em estudos a criação do Instituto Nacional do Mate que, se por um lado vislumbra va melhores pers pectivas para a questão, por outro não eram muito animadores para o Brasil as vantagens que os argentinos vinham usufruindo do seu cultivo quase dispensando as importações do Paraná e de Santa Catarina.

Inclusive o Rio Grande do Sul mantendo a taxa bromatoló gica de 300 rs. por quilo obstaculizava o produto paranaense que, por sua vez, perdia mais um mercado consumidor.

A partir de 1940, o governo do Estado através de dados

⁷³ Ibid., p. 85.

apresentados em relatórios procurava acentuar que a economia paranaense não se assentava mais na erva mate e esta tinha sido, realmente, a política adotada pelo Interventor Manoel Ribas.

O relatório referente ao exercício de 1940-1941, mostra o volume dos produtos exportados pelo Porto de Paranaguá. A erva mate está situada em 3º lugar com 16.844.923 kg em contrapartida a madeira que representa o principal produto com 104.509.565 kg. Neste período o café já assume um papel significativo, colocando-se em 2º lugar com 39.782.660 quilos.⁷⁴

5. O COOPERATIVISMO

A crise da exportação da erva mate no início da década de 1930 incidiu com o governo de Getúlio Vargas que, por sua vez, tentou contornar a debacle do café com um programa de diversificação da agricultura, como também o controle e a racionalização das principais exportações brasileiras abaladas por inúmeros fatores exógenos.

O programa de reconstrução nacional previa, sobretudo, a reorganização do Ministério da Agricultura, intensificando a policultura e a adoção de uma política internacional de aproximação econômica facilitando o escoamento das sobras exportáveis.

De acordo com o novo esquema, para a economia ervateira são criadas as Cooperativas e posteriormente em 1938, o Instituto Nacional do Mate, como medidas defensivas do produto.

As cooperativas que surgiram no Brasil seguiram de um modo geral a orientação clássica dos Pioneiros de Rochdale, considerados os consolidadores do cooperativismo contemporâneo.⁷⁵

5.1. Aspectos gerais do Cooperativismo contemporâneo

O movimento operário reivindicando melhoria salarial, originado em uma fábrica da Inglaterra, em 1843, proporcionou o surgimento da Sociedade Rochdale dos Pioneiros da Equidade em

⁷⁴ Ibid., p. 87

⁷⁵ MOURA, Valdiki. Diretrizes cooperativistas; notas e comentários. São Paulo, Brasiliense, 1946. 349 p. p. 303.

1844.⁷⁶ Charles Howarth formulou os princípios da referida Sociedade, que estabeleceram as diretrizes clássicas do cooperativismo mundial.⁷⁷

Com a vitoriosa experiência dos Pioneiros, ainda há a colaboração para o desenvolvimento do cooperativismo, na França as idéias de Louis Blanc e a Escola de Nîmes, uma entidade doutrinária liderada por Charles Gide que estabeleceu as linhas gerais da doutrina. O pensamento de Gide tornou-se a temática oficial do cooperativismo, isto é, a condenação do regime assalariado, emancipação dos trabalhadores, supressão do intermediário e do lucro por meio das cooperativas.⁷⁸

O autor português Castro Caldas, analisando o significado social do cooperativismo, diz que "reveste-se de feição nitidamente anticapitalista, ao procurar suprimir certas atividades intermediárias e sobretudo combater o móbil do lucro individual."⁷⁹

5.2. O cooperativismo no Brasil

No Brasil o cooperativismo apareceu através dos contingentes imigratórios que adotaram o sistema na zona rural. A evolução da colonização na região Sul favoreceu o regime de pequena propriedade e a reunião dos produtores em cooperativas. No início do século, surgiram as primeiras experiências nas colônias germânicas no Rio Grande do Sul, com a fundação das cooperativas de crédito. Hoje este Estado ainda detém o maior número de cooperativas do Brasil. Em 1903, realizou-se no Rio de Janeiro, o primeiro congresso da Sociedade Nacional da Agricultura cujo tema principal foi a organização dos sindicatos e

⁷⁶ HOLYOAKE, G. J. Os 28 tecelões de Rochdale; história dos probos pioneiros de Rochdale. Trad. por Archimedes Taborda. Rio de Janeiro, F. Alves, 1933. 125 p. p. 11-23

⁷⁷ BOGARDUS, Emory S. Princípios de cooperação. Rio de Janeiro, Lيدador, 1964. 91 p. p. 22.

⁷⁸ PADILHA, Dráuzio Leme. Sociedades cooperativas; organização, contabilidade e legislação. São Paulo, Atlas, 1966. 285 p. p. 6-7.

⁷⁹ CASTRO CALDAS, Eugenio. Formas de exploração da propriedade rústica. Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1947. 365 p. p.125.

cooperativas.⁸⁰

Entre os anos 1925-1926-1927 verifica-se nas publicações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma série de relatórios e artigos que acentuam uma preocupação pelo sistema cooperativista e pelo sindicalismo como soluções para a produção e consequentemente para o comércio de exportação.⁸¹

O cooperativismo sistematizado se estabelece no Brasil a partir de 1932 com o Decreto nº 22.239, regulamentando a organização e funcionamento das cooperativas, a qual se completou em 1938 com o decreto-lei nº 581.⁸²

Foram criadas, nos Estados, as primeiras instituições de assistência e propaganda.

Fundou-se a Caixa de Crédito Cooperativa e organizou-se o Serviço de Economia Rural.

Aparecem também entidades particulares como a União das Cooperativas e Escola Livre do Cooperativismo, em S. Paulo.

O cooperativismo se desenvolveu melhor no Rio Grande do Sul, onde tradicionalmente a experiência já tinha sido adotada com imigrantes, no meio dos madeireiros e dos viticultores, com suas cooperativas de consumo, de produção e de crédito, modalidades essas, que mais proliferaram pelas demais regiões brasileiras.⁸³

O artigo 2, do decreto nº 22.239, estabeleceu o conceito cooperativista: "as sociedades cooperativas, qualquer que seja a sua natureza, civil ou mercantil, são sociedades de pessoas e não de capitais, de forma jurídica "sui generis", e de objetivos econômicos comuns".⁸⁴

Procura dar uma ênfase anti-capitalista que se revela

⁸⁰ MOURA, p. 303.

⁸¹ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao Dr. Geminiano de Lyra Castro, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, por Arthur Torres Filho, Diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, 1927-1928. Rio de Janeiro, H. Ribeiro, 1929. p. 368.

⁸² PADILHA, p. 10.

⁸³ Ibid., p. 8.

⁸⁴ Ibid., p. 8-9.

no seu funcionamento quanto ao voto, nas deliberações sociais, e quanto à distribuição de eventuais lucros ou sobras decorrentes das atividades sociais. As características gerais desta fase cooperativista se apoiam nos princípios de Rochdale.

Os tipos de sociedades cooperativistas previstas pelo Decreto são, entre outras:

- 1 - de produção agrícola
- 2 - de produção industrial
- 3 - de trabalho
- 4 - de beneficiamento de produtos
- 5 - de compras
- 6 - de vendas
- 7 - de abastecimentos
- 8 - de crédito
- 9 - de consumo
- 10- de seguro, etc.

Em 1943, o governo criou a Caixa de Crédito Cooperativista, com a finalidade de financiar o cooperativismo em todo o território Nacional, mediante assistência creditícia e financeira ao cooperativismo.⁸⁵

Em 1951, a Caixa foi transformada em Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Até 1963, era esta a situação das cooperativas no Paraná e no Brasil:

Quadro nº 16
Cooperativas - Brasil e Paraná

Região	Total	Consumo	Produção	Crédito	Outras
Brasil	5.515	2.703	2.040	531	841
Paraná	290	137	128	19	6
Áreas tradicionais	44	23	14	1	6

Fonte: IBGE

Por este quadro verifica-se que apenas 5,2% das coopera

⁸⁵ Ibid., p. 10.

tivas do Brasil se encontram no Paraná e as de produção atingem 6,1% do total. São 14 as existentes na região tradicional cujo pólo é Ponta Grossa. E é em Ponta Grossa que se encontra a única cooperativa de crédito.⁸⁶

As cooperativas não têm conseguido formar um setor dinâmico, porque o sistema exige uma mentalidade social progressista.

As cooperativas do mate, em virtude de sua importância histórica na economia paranense, têm adotado uma posição de luta constante para solucionar os problemas a elas afetos.

5.3. O mate e as condições técnicas

Com aparência de riqueza fácil, em virtude da existência de ervais nativos que abrangiam extensas regiões do Paraná, esta indústria extrativa atraiu inúmeras pessoas, inclusive contingentes imigratórios que se estabeleceram no sul e oeste do Estado e aproveitaram os momentos positivos da referida economia.

Nas zonas onde a colonização resultou no regime de pequena propriedade, como no Paraná e Santa Catarina, no Sul do Brasil, a atividade ervateira foi executada quase sem trabalho assalariado, diferindo das áreas latifundiárias onde o penoso serviço foi realizado por empreitadas mobilizando milhares de "tarefeiros".

Durante cento e vinte dias, entre os meses de junho e setembro, agrupamentos de homens, mulheres e crianças trabalharam por salários irrisórios na coleta do mate, cujo lucro do produto exportador caberia aos intermediários.

A técnica utilizada era, e é ainda, de corte de galhos a facão ou foice. Sapecadas as folhas no próprio erval, a erva é quebrada ou desfolhada, enfeixada e transportada para o "carijo" ou "barbaquás" que são primitivas câmaras de aquecimento, por onde se processa a secagem que dura de 10 a 20 horas. É deste processo que se originam os tipos clássicos da erva mate: o carijo, o mais primitivo e que recebe a fumaça despreen-

⁸⁶ DEELEN, G. J. Diocese de Ponta Grossa dentro do contexto do Estado do Paraná e do resto do país. s.n.t. mimeogr. 405 p. p. 168

dida; e o de barbaquã, mais evoluído, onde a secagem é feita unicamente pelo ar aquecido.

Posteriormente, a erva é levada ao cancheador, aparelho triturador, que pode ser "simples" ou "furado". No segundo caso o fundo é de madeira ou metal, dando a cada uma delas tipos de mate diferentes, qualificáveis pelas percentagens de fragmentos de galhos, pau ou de pó existentes.

Após este processo primitivo é que a erva é transportada para os centros de beneficiamentos e embalagens para ser colocada à venda nos mercados nacionais e estrangeiros.⁸⁷

5.4. Mecanismo comercial

Terminada a safra, a erva é vendida aos armazéns, cujos comerciantes realizam as devidas transações com os industriais exportadores.

Entre o produtor e o consumidor existem três intermediários que, através deste mecanismo, auferem grandes lucros:

a) o "bodegueiro" ou comerciante do interior que compra ou troca e armazena a erva.

b) o exportador que compra do bodegueiro para fins de beneficiamento, embalagem e venda nos mercados nacionais e internacionais.

c) o varejista, único elemento imprescindível para a distribuição comercial.

A ausência do controle da produção e do comércio deixava a economia ervateira à mercê das mais desenfreadas especulações por parte daqueles que visavam lucros rápidos e cada vez maiores.

Em virtude desses aspectos, ocorriam portanto as crises de superprodução, baixa de preços, ruína dos produtores e o conseqüente abandono dos ervais com graves prejuízos para o País; não existindo nenhuma espécie de financiamento, o produtor valia-se do pouco que lhe oferecia o "bodegueiro", trocando a produção por artigo de uso e consumo pessoal ou doméstico e pelos demais recursos destinados a possibilitar a execução

⁸⁷ COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO MATE. Relatório, 1943. s.n.t. 45 p. p. 3-4.

de suas outras atividades rurais.⁸⁸

5.5. Movimento cooperativista

Os problemas acima relatados, retratam as razões da instabilidade da economia paranaense, temática constante dos relatórios e mensagens governamentais. Conforme a nova política econômica em 1935 surgiu com âmbito nos Estados do Paraná e Santa Catarina, a primeira organização de vulto cujo objetivo seria solucionar a grave situação da produção agrícola, a Confederação Inter-Estadual de Consórcios Profissionais Cooperativos, decorrência do Plano Geral de Organização Agrária, de atribuição do Ministério da Agricultura, por intermédio da Diretoria de Organização e Defesa de Produção (posteriormente, Serviço de Economia Rural).⁸⁹

As preliminares da organização das cooperativas exigiram a ida de delegados ao interior informando e auscultando os ervateiros sobre o assunto.

Neste mesmo ano, foram criados no Paraná e Santa Catarina consórcios profissionais cooperativos de produtores de mate. Após vários contactos políticos e interferências dos Governadores, ervateiros dos dois Estados criaram em 1936 a Confederação Nacional do Mate.

A ausência de aplicação integral do Plano e a reação dos intermediários, cujo poder se estendia às lideranças políticas, desagregaram a Confederação.

Apesar disso, os órgãos do Ministério da Agricultura continuaram a luta pela planificação agrícola. Os ervateiros conseguiram então, unidos em cooperativas, fundar a Federação do Mate do Paraná e Santa Catarina em 1939, sob a orientação do Serviço de Economia Rural.⁹⁰

Enfrentando inúmeras dificuldades, como falta de base econômica para financiar as safras e o intermediarismo, a Fed-

⁸⁸ Ibid., p. 5-6.

⁸⁹ CONGRESSO COOPERATIVO DOS ERVATEIROS DO BRASIL, 1., Curitiba, 1945. Anais. s.n.t. 116 p. p. 9.

⁹⁰ BACILLA, Antonio. O drama da erva mate. Curitiba, Guaíra, s.d. 231 p. p. 140.

ração se dividiu, surgindo a do Paraná e a de Santa Catarina.

Estas entidades pleiteavam a oficialização de seus armazéns, financiamentos através do Banco do Brasil e direito de exportar. Estas reivindicações básicas se chocavam com a política dos industriais e o Instituto Nacional do Mate não corroborava com os interesses dos produtores.

A crise geral da erva mate abrigou em 1941, a tomada de posição dos Interventores do Paraná e Santa Catarina, e para contornar a situação, temporariamente foram dadas às Federações quotas de exportação.

A Federação do Mate de Santa Catarina, conseguiu colocar no mercado Argentino, um milhão de quilos de erva mate, total da quota que lhe fora concedida, embora o seu inexpressivo capital e sua inexperiência no setor exportador.⁹¹ Mesmo assim a quota lhe foi retirada, e também a da Federação do Paraná.

Quando foi criado em 1938 o Instituto Nacional do Mate, com várias atribuições e planos de ações para solver as dificuldades ervateiras, as Federações se propuseram a executar os referidos planos, julgando-se profissional e economicamente a parelhadas para tal.

O Instituto Nacional do Mate preferiu agir de forma isolada, e o planejamento não surtiu o efeito esperado, porque os intermediários burlavam os preços mínimos fixados pela autarquia.

A situação tornou-se alarmante, desanimadas, lentamente se desagregavam as Cooperativas e Federações.

Em 1942 o Serviço de Economia Rural criou a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores do Mate (C.O.C.P.M.) com envergadura nacional.

A base econômico-financeira da referida Comissão era constituída pela contribuição dos industriais exportadores de mate, no valor de Cr1,00 antigo por quinze quilos de erva produzida no País, cabendo ao Instituto Nacional do Mate a arrecadação dessa contribuição e o depósito de seu valor no Banco do Brasil à disposição da C.O.C.P.M.

Atribuições da C.O.C.P.M.:

⁹¹ COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO MATE.
Relatório.... p. 7.

a - a divisão da região ervateira em setores geo-econômicos.

b - organização de cooperativas de produtores de mate, considerados os centros de convergência econômica.

c - o controle, assistência e fiscalização das cooperativas de produtores de mate.

d - a determinação das épocas de arrecadação.

e - a movimentação de renda proveniente da contribuição

f - o financiamento à produção através das Cooperativas

g - aquisição e montagem do maquinário necessário ao beneficiamento do mate e aproveitamento dos sub-produtos.

h - a articulação das cooperativas com I.N.M.

i - o comércio do mate consignado pelos produtores com as Cooperativas de que são associadas.

Após um levantamento da situação geográfica e socio-econômica das regiões, foram delimitadas as áreas para facilitar a operação.

Foram então constituídas as cooperativas e iniciadas a entrega de produção, ocorrendo o aumento progressivo de associados, que atinge em 1943 o número de 7.446 abrangendo o Paraná e Santa Catarina.⁹²

As duas zonas de maior densidade de ervais são representadas pelas cooperativas de Produtores de Mate "Canoinhas" (com 1.187 associados) e "Iguaçu" (com 1.111 associados) a primeira em Santa Catarina e a segunda no município de São Mateus do Sul, no Paraná.

O estudo e a consequente delimitação das áreas de operação, provocou entre outros fatores, a capacidade de auto-manutenção e auto-desenvolvimento das Cooperativas.

A realidade demonstrou a complexidade do problema, de maneira que os objetivos da Comissão não foram totalmente alcançados. A falta de meios de transportes e a carência do combustível necessário dificultam o escoamento da produção.

A C.O.C.P.M. procurou controlar os pedidos a fim de evitar o congestionamento dos estoques nas cooperativas. Os associados subscreveram as quotas na proporção da produção conforme autorização do Instituto Nacional do Mate. A integralização

⁹² Ibid., p. 10.

desse capital, era feita diretamente pelo C.O.C.P.M. que aplicava 50% da contribuição que constituía seus recursos econômico-financeiros. O produtor formava, portanto, o seu capital e o da sua cooperativa.

O capital social nas Cooperativas além de proporcionar-lhes maior amplitude de ação e atitudes independentes, seria também a salvação do produtor em relação aos considerados irrísórios preços oficiais.

As Cooperativas seguem na sua estrutura o tipo misto de venda em comum, crédito, consumo profissional e beneficiamento.

A C.O.C.P.M. atuou também através de uma coexistência entre produtores e exportadores e, este trabalho de base permitiu o mecanismo comercial, como a distribuição da erva mate entre os exportadores, seguindo o desenrolar da safra e estoques, na proporção das quotas de exportação fixadas pelo Instituto Nacional do Mate, estabeleceu sua fixação de percentagens de "quebra" (pó e pau) existentes na erva mate pagando o exportador o frete até 12% dessa quebra.⁹³

A utilização pelas cooperativas, da sacaria dos exportadores mediante indenização ou aluguel de Cr 0,20 por saco e viagem; pagamentos mediante guia de entrega de cancheada, extraída pela cooperativa e apresentadas ao exportador da C.O.C.P.M.; a fiscalização das entradas de erva mate nos armazéns dos exportadores por fiscais da C.O.C.P.M., cabendo-lhes a verificação do peso, "quebras" e qualidade de erva.

A partir das diretrizes supra citadas, o quadro social das cooperativas do Paraná assim se apresentava no período de 1943-47:⁹⁴

⁹³ Ibid., p. 17-18

⁹⁴ PLANIFICAÇÃO cooperativista do mate. s.n.t. 15 p. p. 14. Separata de O Observador Econômico e Financeiro, 15(172) maio 1950.

Quadro nº 17
FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE MATE "PARANÁ LTDA".
QUADRO SOCIAL EM CINCO ANOS

COOPERATIVAS	SEDE	1943	1944	1945	1946	1947
Iguaçu	S.Mateus	1117	1273	1305	1370	1370
Florestal	Irati	489	729	814	878	884
Imbituva	Imbituva	377	509	596	640	641
Triunfo	S.J.Triunfo	588	703	700	766	763
Linha Sul	Rebouças	432	580	436	278	300
Ipiranga	Ipiranga	584	412	451	475	476
Prudentópolis	Prudent.	214	458	528	528	528
Palmeira	Palmeira	113	118	230	250	266
Concórdia	Mallét	259	284	607	764	830
Legendária	Lapa	833	1127	1135	1259	1332
Vitória	U.Vitoria	232	281
Rio Azul	Rio Azul	131	131
Guarapuava	Guarapuava	41	50
Curitiba	Curitiba	780	1213	1700	1791	1914
TOTAL		5596	7406	8502	9403	9766

Fonte: Planificação cooperativista do Mate.

Verifica-se portanto um crescimento relativo, característico de uma economia sempre instável, com tendências estacionárias.

Após 1946, durante o governo Dutra, a economia ervateira foi incluída no Plano Salte. O projeto governamental sofre obstrução na Câmara dos Deputados, mas o Senado aprova com emenda do Senador Lucio Corrêa, de Santa Catarina.

A proposição dentro do espírito do Plano, atendendo às necessidades e reclamos dos ervateiros, oferecia os seguintes tópicos:

a) respeito absoluto à autonomia das Cooperativas do Mate.

b) fiscalização, assistência técnica, controle efetivo e nacional do Mate.

c) empréstimos e financiamentos necessários.⁹⁴

⁹⁴ Ibid., p. 13.

No tocante ao sistema, a Federação das Cooperativas do Mate "do Paraná", perdurou até 1967, quando sofre reformulação surgindo a Cooperativa Agro-Mate Paraná Ltda. A circular de 1968 da Cooperativa Agro-Mate, explica a necessidade de sua mudança. O texto diz que o sistema anterior, além de acarretar despesas, era dotado de uma morosidade burocrática incompatível com a pronta e rápida solução de problemas ligados à interrupção da exportação para a Argentina desde 1966. Que a organização atual continua garantindo preços, armazenamento, financiamentos e tentando reduzir na medida do possível, a cadeia onerosa dos intermediários. ⁹⁵

6. A FUNCIONALIDADE DO INSTITUTO NACIONAL DO MATE

6.1. Atribuições e financiamentos

Quando era prevista a perda do mercado argentino em virtude da crescente diminuição da importação, os Estados ervateiros criaram seus institutos especializados objetivando o contorno da crise.

O primeiro foi criado em Santa Catarina, pelo Governo Estadual com o decreto nº 64, de 2 de dezembro de 1927, com sede em Joinville. No Paraná, o Instituto do Mate surgiu no Governo Afonso Camargo, pela Lei nº 2559, de 2 de abril de 1928. ⁹⁶

Sua finalidade era procurar novos mercados para colocar o produto, e o governo colaboraria com a propaganda.

A ingerência de industriais e uma política de preço prejudicial ao produtor tornaram a sua atuação inócua.

Estes Institutos originaram em 1938 conforme a nova linha de ação do Ministério de Agricultura, o Instituto Nacional do Mate, pelo Decreto-lei nº 375, de carácter autárquico com âmbito Nacional, reorganizado em 13 de dezembro de 1941 e regulamentado por Decreto nº 10755, de 30 de outubro de 1942. ⁹⁷

⁹⁵ COOPERATIVA AGRO-MATE. Circular, 1968. s.n.t.

⁹⁶ CAMARGO, Mensagem presidencial, 1928-1929, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t. p. 43-44

⁹⁷ CONGRESSO COOPERATIVO DOS ERVATEIROS DO BRASIL. Anais. p. 10

Suas atribuições eram: supervisionar, controlar, fiscalizar e assistir financeira e economicamente todas as atividades ervateiras fixando quotas de colheita de exportação, preços mínimos para compras e vendas, propagandas, etc.

Na parte que se referia diretamente ao ervateiro o Instituto Nacional do Mate criou uma taxa de 0,50 centavos por quinze quilos de erva mate destinada a manter os entrepostos para o recebimento da produção que seria também financiada.

Para a safra de 1939, instalaram-se no Paraná e Santa Catarina, entrepostos que receberiam o mate do produtor, conforme as quotas da colheita. Com as garantias da erva mate recebida e do preço mínimo estabelecido, tornar-se-ia simples a execução da medida. O Instituto Nacional do Mate pretendia solucionar o problema mais grave que era o intermediarismo, pois, fixando-se os preços, equilibrava-se a produção e desapareceriam os intermediários regionais.

Os entrepostos seriam uma forma de vínculo entre o produtor e a autarquia. Através desses entrepostos, o Instituto Nacional do Mate efetuaria o financiamento, pois para isso foi feito um contrato com a Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Como consequência desse financiamento, o produtor entregaria o mate ao Instituto, recebendo deste um certificado com anotações do peso e finalidade e seu valor correspondente de acordo com os preços mínimos estabelecidos.⁹⁸

Com a apresentação desse certificado ao Banco do Brasil, receberia o produtor 50% do valor nele declarado, e consequentemente, o mate entregue ao Instituto, ficaria empenhado ao Banco. O industrial para adquirir mate em depósito no Instituto, enviaria ao Banco 70% do valor correspondente ao volume que necessitasse, ficando este, na ocasião, liberado. Com o mate em seu poder, o industrial pagaria ao Instituto os 30% restantes, que seriam remetidos, em seguida, ao Banco, a crédito dos produtores. Estes então receberiam o saldo correspondente à entrega do seu produto.

O serviço de entrepostos, seria, portanto, uma medida preliminar, encarregado de superintender todos os assuntos rela

⁹⁸ COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO MATE.
Relatório... p. 8.

No ano de 1939, início da atuação do Instituto Nacional do Mate, o financiamento atingiria apenas os Estados do Paraná e Santa Catarina, tendo sido, para isso, criados no Paraná os entrepostos de Curitiba, Ponta Grossa, São Mateus, Rebouças e Rio Negro; e em Santa Catarina, os de Canoíñas, Mafra, Campo Alegre, Cruzeiro e Valões.⁹⁹

Esses entrepostos poderiam ter tantos armazéns, quantos se fizessem necessários a um atendimento aos interesses dos produtores.

Como medida de equilíbrio entre a produção e o consumo, e como ponto de partida para o funcionamento, o Instituto fixou para cada produtor uma determinada quota, baseada na declaração de produção dos últimos três anos.

O Instituto Nacional do Mate encontrou dificuldades para executar o planejamento. Os entrepostos foram realmente instalados, estimulando o produtor que extraía a erva mate entusiasticamente. O plano foi frustrado pela dificuldade de financiamento, pelo excesso de produção sobre a exportação sobre a exportação e pelo fato do excedente atingir mais de 13.000.000 de quilos.¹⁰⁰

Foi constatado que as medidas não eram cumpridas, a fiscalização não estava aparelhada devidamente para atuar, a situação do produtor chegou a tal ponto que trocava o mate por questão de simples subsistência. Os intermediários agiam à vontade, e de vez em quando pagavam pequenas multas por aquisição do mate a preço inferior ao fixado pelo Instituto Nacional do Mate. Para burlar o preço mínimo bastava um recibo legal e um pagamento ilegal ao produtor, que não tinha nenhuma outra possibilidade de resistir.

Toda esta problemática colaborou para a extinção dos entrepostos, perdendo o Instituto Nacional do Mate praticamente a sua ligação com o ervateiro, mantendo-os apenas no interior quase que em função dos exportadores. Aí é que entra a participação de C.O.C.P.M., que, por intermédio das cooperativas, passa a colaborar com o Instituto, fornecendo os dados exatos sobre

⁹⁹ FINANCIAMENTO aos produtores. Boletim do Instituto Nacional do Mate, Rio de Janeiro, 1(1):34, jul. 1940.

¹⁰⁰ Ibid.

bre a produção. Distribui também as papeletas de quotas de produção e de registro de produtores conforme determinação do Instituto Nacional do Mate; fornecendo-lhe ainda dados sobre a circulação e comércio interno do mate.¹⁰¹

6.2. Finalidades da Divisão de Defesa do Produção

Um dos setores essenciais do Instituto Nacional do Mate, era a Divisão de Defesa da Produção que se constituía num órgão técnico organizado na seguinte forma:

I - Secção de Defesa de Produção

II - Secção de Pesquisas.

A Secção de Defesa da Produção tinha por funções, entre outras, o cadastramento dos produtores e dos núcleos da indústria extrativa, determinar as áreas de cultura, melhoramento nas condições de trabalho das populações ervateiras, estudar e propor as medidas econômicas e financeiras necessárias ao amparo do produtor. Além disso deveria elaborar as análises estatísticas da produção no País e no estrangeiro, bem como comparar as condições da erva mate estrangeira com a do Brasil, para finalmente planificar a industrialização do mate.

A Secção de Pesquisas deveria propor medidas à racionalização e melhoria da produção tais como: fixação das épocas e das condições de poda e colheita nos ervais, higienização e mecanização das operações de colheita e preparo da erva, verificação de embalagem, classificação, etc.

Também competia a esta Secção a superintendência dos trabalhos de pesquisa e experimentação através do funcionamento de laboratórios, campos experimentais e museus.¹⁰²

Apesar de todos estes planos devidamente especificados pelo Instituto Nacional do Mate, esta entidade esbarrou com uma série de problemas no interior, pois o ervateiro não acompanhava o aparelhamento burocrático da autarquia, problema este levado em consideração no 1º Congresso das Cooperativas de Pro

¹⁰¹ CONGRESSO COOPERATIVO DOS ERVATEIROS DO BRASIL.
Anais. p. 11.

¹⁰² A SECÇÃO de pesquisas. Boletim do Instituto Nacional do Mate, Rio de Janeiro, 1(2):100, dez. 1940.

dutores de Erva Mate. Quem acabou realizando o trabalho foram realmente as cooperativas, como o cadastramento dos produtores e dos ervais, a fiscalização dos tipos de mate que seria entregue ao Instituto.

O Boletim informativo da Divisão da Defesa da Produção e Controle do Mercado, no seu primeiro número, publicado em julho de 1939, apresenta quadro abaixo, com o levantamento da situação de economia ervateira de 1901 a 1938 relativa à exportação com seu valor em consideráveis equivalentes à libra, fixada em padrão ouro, antes do início da atuação do Instituto Nacional do Mate.¹⁰³

Quadro nº 18

Instituto Nacional do Mate.

CONTROLE DE MERCADO

P R O D U Ç Ã O						
	TONELADAS	VALOR	TONELADAS	VALOR EM CON TOS DE REIS	EQUIV. EM 1 000	VALOR TONEL EM 1 000 PAP.
1901			39.887	19.733	926	495\$000
1902			41.929	21.930	1.089	523\$000
1903			36.595	13.595	677	376\$000
1904			44.162	19.255	973	436\$000
1905			41.120	18.738	1.032	455\$000
1906			57.796	27.932	1.866	483\$000
1907			52.053	25.619	1.610	492\$000
1908			55.315	26.378	1.650	477\$000
1909			58.050	26.460	1.656	456\$000
1910			59.360	29.017	1.956	489\$000
1911			61.834	29.785	1.986	482\$000
1912			62.880	31.539	2.183	562\$000
1913			65.843	35.575	2.372	542\$000
1914			59.707	27.361	1.668	459\$000
1915			76.352	35.968	1.862	471\$000
1916			76.776	38.076	1.885	496\$000
1917			65.431	33.971	1.818	519\$000
1918			72.781	39.730	2.151	547\$000
1919			90.200	52.512	3.201	582\$000
1920	125.821	41.196	90.686	50.559	2.972	558\$000
1921	101.098	33.929	71.899	43.436	1.492	604\$000
1922	103.723	34.717	82.346	53.564	1.564	651\$000
1923	105.901	35.607	87.648	53.118	1.214	629\$000
1924	109.680	27.341	78.750	57.952	2.179	1:117\$000
1925	114.074	38.537	86.755	107.518	2.864	1:239\$000
1926	119.535	61.367	92.657	114.220	3.323	1:233\$000
1927	101.464	51.852	91.092	109.921	2.677	1:207\$000
1928	113.672	58.058	88.180	114.935	2.821	1:303\$000
1929	127.400	65.000	85.972	106.339	2.613	1:237\$000
1930	96.621	48.389	84.846	95.352	2.139	1:124\$000
1931	102.453	51.059	76.760	93.643	1.348	1:220\$000
1932	99.009	50.044	81.400	86.980	1.274	1:059\$000
1933	79.586	40.527	59.222	63.420	867	1:071\$000
1934	86.522	44.261	64.702	71.526	735	1:105\$000
1935	83.545	42.885	61.500	66.330	543	1:079\$000
1936	89.277	89.277	66.601	64.074	511	962\$000
1937	63.519	66.347	552	1:013\$000
1938	63.241	59.378	419	939\$000

REPRODUÇÃO: BOLETIM INFORMATIVO DAS DIVISÕES DE DEFESA DA PRODUÇÃO E CONTROLE DE MERCADO I.N.M.

¹⁰³ EXPORTAÇÃO. Boletim informativo das Divisões da Defesa da Produção e Controle do Mercado, Rio de Janeiro (1):10, jul. 1939.

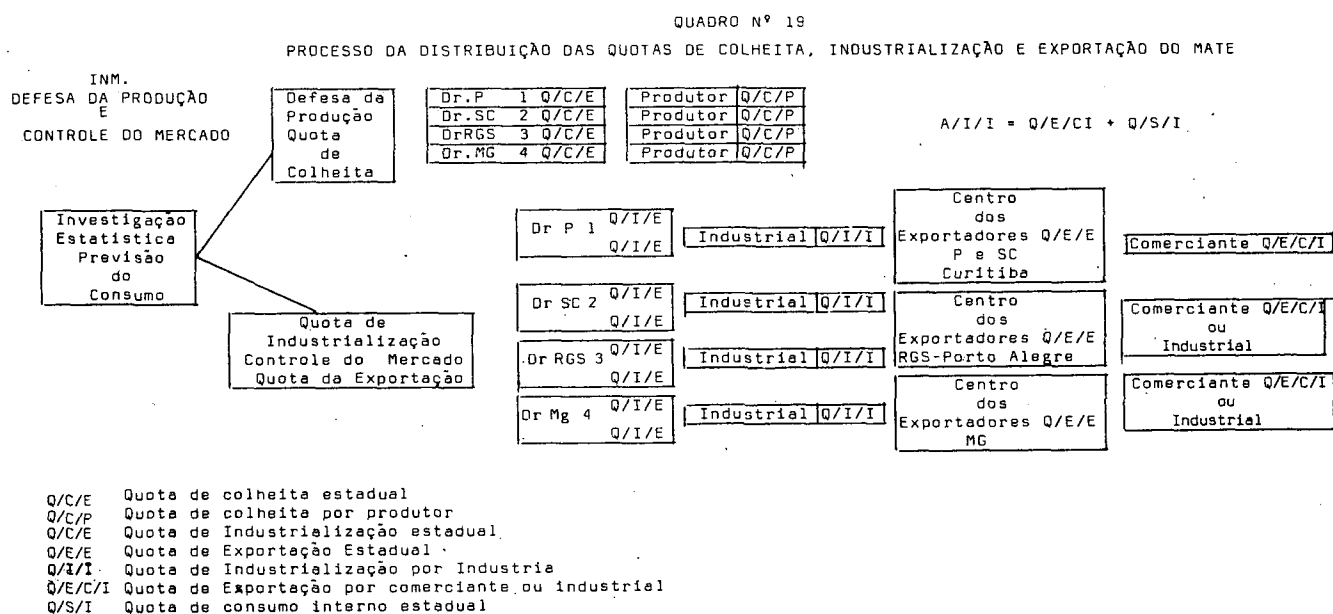
Na análise do referido quadro o redator diz que pela marcha da exportação nos últimos três anos, já poderia vislumbrar a atuação firme do Instituto, criando novos mercados, re fazendo o antigo, orientando a propaganda do mate em todos os setores, e, o que é agradável acentuar, desenvolvendo no país, com os melhores resultados, a propaganda intensiva desta salutar bebida.

Nesta tabela, verifica-se claramente a queda paulatina da exportação a partir de 1926. Dois terços desta exportação é proveniente do Paraná.

6.3. O I.N.M. e a exportação

Uma das finalidades primordiais do Instituto Nacional do Mate era a de fixação das quotas da colheita, industrialização e exportação do mate.

O esquema abaixo, esclarece o mecanismo de como se processava a operação de distribuição das quotas.



Reproduzido: Boletim Informativo das Divisões de Defesa de Produção e Controle de Mercado.

A previsão do consumo era feita por meio da investigação estatística e desdobra-se em:

- 1 - Quota de colheita
- 2 - Quota de industrialização
- 3 - Quota de exportação Q/E/E

Esta última divide-se em:

- a - Quantum destinado aos mercados do exterior.
- b - Quantum destinado aos mercados nacionais.

A distribuição das quotas aos industriais e comerciantes era feita com o desdobramento da Q/E/E tomando por base a média das exportações individuais. Estabelecido o processo de distribuição de quotas, cabe assinalar que, em 28 de novembro de 1938, sob forma de sociedade mercantil de responsabilidade limitada por quotas, foi criada em Curitiba o Centro dos Exportadores Brasileiros de Erva Mate Ltda. Em Porto Alegre também foi criado o Centro dos Industriais e Exportadores Rio Grandenses de Mate Ltda., nos mesmos moldes.¹⁰⁴

As funções destes Centros eram propor a aprovação do Instituto Nacional do Mate as quotas anuais de exportação verificadas trimestralmente, para cada sócio e para cada mercado, bem como distribuir entre associados os pedidos de mate destinados ao exterior ou para consumo próprio do Estado.

A criação dos Centros vinha de encontro aos métodos de ação do Instituto Nacional do Mate, mas exigiria a necessidade de um órgão de fiscalização, como o F.I.C. - Fiscalização de Instrumentos Cooperativistas, bem aparelhado, que poderia em qualquer momento, conhecer a situação de cada exportador, dentro das quotas de exportação, e também o tipo de erva exportada, seu valor em réis e moeda estrangeira, além de outros dados importantes.

O Centro de Exportadores do Paraná era composto por 26 firmas exportadores intermediárias de cancheada e beneficiada.

Praticamente monopolizavam os negócios internos e externos do mate. As proposições dos preços únicos para as vendas foram oficializadas pelo Instituto Nacional do Mate que por sua

¹⁰⁴ CENTROS dos exportadores de erva mate. Boletim Informativo das Divisões da Defesa da Produção e Controle do Mercado, Rio de Janeiro (1):13, jul. 1939.

vez impunha o preço pelo qual o produtor deveria vender a erva ao Centro.¹⁰⁵

No início da década de 1940, o Presidente do Instituto Nacional do Mate estabeleceu com a Argentina um acordo para a conquista de novos mercados através de uma propaganda em conjunto. O Centro Agrário Yerbatero Argentino, dirigiu, por meio de seu Presidente, um memorial a um Ministro de Estado, sugerindo as normas para a formação de um fundo de propaganda para difundir o consumo do mate no exterior.

Para a conquista do mercado interno, o Instituto criou a Delegacia Regional de Propaganda no Norte do País e aprovou a criação por parte do Centro de Exportadores do Mate do Paraná e Santa Catarina dos armazéns distribuidores em São Paulo e Curitiba, como núcleos de propaganda intensiva.¹⁰⁶

No ano de 1944, quando foi programado o 1º Congresso Cooperativo de Ervateiros do Brasil, a fim de homenagear o 1º Centenário de Fundação da Cooperativa dos 28 Probos Tecelões de Rochdale, os produtores brasileiros pretenderam discutir a situação da economia ervateira face a política do Instituto Nacional do Mate.

Este Congresso foi realizado em Curitiba, em janeiro de 1945, com a participação de aproximadamente três mil produtores associados das Cooperativas ervateiras dos Estados do Paraná e Santa Catarina, território de Ponta Porã, e delegados dos produtores do Rio Grande do Sul. O conclave foi patrocinado pelo Serviço da Economia Rural do Ministério da Agricultura e pela Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores do Mate.

Após um relato crítico da situação, os Anais apresentam as principais proposições, como: isenções de impostos, reduções de taxas, exigência do funcionamento da Caixa de Crédito Cooperativo, criada pelo Art. 104 da Lei das Cooperativas, racionalização de produção, melhoria de preços, etc.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Ibid., p. 15.

¹⁰⁶ ARGENTINA e Brasil numa propaganda comum. Boletim do Instituto Nacional do Mate, Rio de Janeiro, 1(1):53, jul. 1940.

¹⁰⁷ CONGRESSO COOPERATIVO DOS ERVATEIROS DO BRASIL. Anais p. 2.-40.

Na ata da sessão de instalação do Congresso consta a observação feita sobre a autarquia, que apesar de ter sido criada pela "clarividência do Dr. Getúlio Vargas, com a finalidade precípua de proteger e amparar o produtor mas, não obstante, a indústria de beneficiamento do Mate foi a principal a ser beneficiada pelo Instituto, que legou os problemas do produtor a planos secundários."¹⁰⁸.

A inoperância do Instituto Nacional do Mate, apesar dos numerosos planos, parece ter origem nas suas próprias estruturas, segundo autores e articulistas ligados ao problema ervateiro. O sistema de autarquia exigia uma complexidade de setores que usufruía verba altíssima para sua manutenção. Seria, portanto, um paradoxo que um órgão dispendioso representasse uma economia depauperada.

As contribuições pagas ao Instituto Nacional do Mate eram constantemente aumentadas, a fim de enfrentar as despesas burocráticas de autarquia. Várias vezes o Instituto Nacional do Mate teve que fazer empréstimos junto ao Banco do Brasil para atender obrigações de salários dos seus servidores. A Lei determinava um limite de 25% para despesas com o pessoal, e em 1942 o Instituto Nacional do Mate dispendia cerca de 70% com funcionários.¹⁰⁹

Sem ter podido racionalizar a produção, fixar o ervateiro (regiões tradicionais como São Mateus, Teixeira Soares e outras sofreram decrêscimos na população), expandir os mercados, o Instituto Nacional do Mate não conseguiu também valorizar o produto que, para sobreviver no mercado externo, foi englobado no critério de SUMOC na década de 1950, que adotava o artifício cambial, isto é, o subvencionamento, "às exportações com o produto dos ágios obtidos nas licitações de câmbio para as importações".¹¹⁰

O Instituto Nacional do Mate não conseguiu reestruturar a economia ervateira, inclusive no aspecto técnico, que seria uma forma de enfrentar a concorrência argentina e também uru -

¹⁰⁸ Ibid., p. 47.

¹⁰⁹ COSTA, p. 7.

¹¹⁰ Ibid., p. 11.

guaia.

Na década de 1940, a Argentina deixou definitivamente de importar erva beneficiada do Brasil, passando a adquirir somente o mate bruto para o seu próprio parque moageiro. O Uruguai agiu de maneira semelhante, uma vez que vários industriais uruguaios foram instalar-se no Paraguai com moeda desvalorizada, e para favorecer esta nova fórmula, o Uruguai baixou em 50% a sua taxa de importação.¹¹¹

6.4. Tópicos dos últimos anos do Instituto Nacional do Mate

O Escritório Técnico de Planejamento, ETP, foi contratado pelo Governo, através da antiga Codepar para realizar um estudo da economia do mate. Este estudo foi submetido à consideração da Secretaria da Agricultura, do representante do Governo do Paraná na Junta Deliberativa do Mate, do Conselho de Indústria e Comércio do Estado do Paraná, da Federação das Cooperativas dos Produtores de Mate do Paraná e do Sindicato dos Produtores de Mate no Estado do Paraná. Das entidades consultadas só a Federação das Cooperativas dos Produtores de Mate não manifestou seu ponto de vista. Após o levantamento realizado, o referido estudo chegou às seguintes conclusões:

a - que as 320.000 pessoas ocupadas na indústria extrativa da erva mate, mais de 90% encontrava-se em condições precárias, sem orientação educacional, sanitária, agrícola e econômica.

b - Que a erva mate era produzida em mais de 200 municípios brasileiros, boa parte deles apresentando pequena produção. O aumento dos níveis poderia ser obtido com a recuperação dos ervais nativos e pelo adensamento dos mesmos em regiões que apresentassem melhores condições tecnológicas e de rentabilidade.

c - Havia necessidade de serem iniciados estudos experimentais de todos os aspectos relacionados com a cultura da erva mate a fim de racionalizar a produção tanto em ervais nativos como em culturas saindo de fase extrativa. Esse trabalho poderia ser feito em convênio com os órgãos de experimentação e pesquisa estaduais ou federais. Foi recomendada com urgência

¹¹¹ Ibid., p.15

a inovação técnica do setor de produção, como a adoção do sapeco mecânico, o barbaquá coletivo em bases cooperativistas, visando o aumento da produtividade e melhoria do produto; também seria necessária a assistência técnica ao produtor, tanto no que diz respeito à exploração do erva, como nos aspectos de semi-elaboração.

d - As pretensões do consumo do mate teriam que ser reformuladas, uma vez que as novas gerações não aceitavam as formas tradicionais do mate chimarrão, da cuia e da bomba, pois não possuíam as características de vida moderna. Ocorria, portanto, que o consumo da erva não acompanhava o crescimento vegetativo da população. Somente o chá de mate, o mate gelado e refrigerantes é que oferecem perspectivas de mercado interno e externo.

A situação dos mercados tradicionais nos primeiros anos da década de 1960, era de absorvência da totalidade das vendas da erva mate ao exterior, representando momentaneamente, as possibilidades de sobrevivência da economia ervateira.

Seria então necessária a organização e disciplinação do mercado exterior, através de um amplo plano promocional nos mercados tradicionais e em outros, como também uma reformulação na política de exportação da erva cancheada, conquista de novos mercados e a defesa do produto nas negociações internacionais, particularmente na ALALC.

Como as deficiências estruturais do Instituto Nacional do Mate sempre foram evidentes, não permitiam que o órgão cumprisse realmente suas atribuições. As dissenções internas, o elevado número de funcionários burocráticos, os gastos supérfluos, a manutenção dispendiosa de agências improdutivas no país e no exterior e, principalmente, a ausência de estudos técnicos que orientassem o planejamento de sua atuação, constituem elementos que culminaram com a recomendação da extinção do Instituto Nacional do Mate.¹¹²

Em abril de 1966, a Argentina proibiu a importação de erva mate de procedência brasileira. Segundo Harry Wekerlin, Presidente do Instituto Nacional do Mate, relatando a questão:

¹¹² ESCRITÓRIO TÉCNICO DE PLANEJAMENTO. Relatório, março de 1966. s.n.t. datilogr. 3 f.

ao Ministro interino das Relações Exteriores, na época, o embaixador Manoel Pío Corrêa Junior, diz que a Argentina valeu-se para tanto da faculdade que lhe outorgava o artigo 2º do Tratado de Montevideu (Estatuto da ALAIC).

O fundamento alegado para a decisão pelo governo portenho, consistia na existência de estoques acumulados e também na queda do consumo interno afora uma produção local da erva mate capaz de atender à demanda de seus consumidores. Todavia, conforme foi possível verificar pelo Instituto Nacional do Mate, a posição entre a produção e o consumo naquele País, nos últimos 5 anos se situava na forma abaixo:

Quadro nº 20
Produção Argentina

<u>ANO</u>	<u>PRODUÇÃO</u>	<u>CONSUMO (t)</u>
1961	124.000	131.000
1962	135.000	139.000
1963	153.000	121.000
1964	150.000	128.000
1965	105.000	118.000
1966	Suspense	54.000

Fonte: Relatório da Agencia do INM na Argentina

Por outro lado, no mesmo período, as importações do Brasil se processaram em torno dos seguintes números:

Quadro 21
Importação Argentina

<u>ANO</u>	<u>IMPORTAÇÕES</u>
1961	33.000
1962	16.000
1963	18.000
1964	17.000
1965	16.000
1966 1º sem.	4.000

Fonte: Relatório da Agencia do INM na Argentina

No cálculo acima não foram computadas as importações originárias do Paraguai, admitindo-se que houve realmente um excedente de produção e importação, sobre a demanda. Neste ano de

1966 o estoque existente, envolvendo o mercado consignatário, com financiamento do Banco de La Nación, os moinhos e produtores independentes, atingia a quantidade de 208.000 ton. Com as reduções previstas, o saldo seria de 138.000 ton.

O objetivo deste documento, expondo o problema argentino, era acentuar a possibilidade de uma reconsideração do governo, tendo em vista a diversificação do consumo local, compreendendo basicamente duas categorias de erva mate: a que recebe adição de 10 a 30% de erva mate brasileira e é responsável por 70 a 75% do consumo local, e a que é vendida como produto totalmente puro, isto é, sem mescla.

Como o público consumidor prefere a erva mesclada, a diminuição da adição da erva brasileira e o esforço dos moageiros locais em tentar manter ao menos na aparência os tipos ou marcas de ervas preferidas, o sabor sensivelmente alterado do produto provocou o decréscimo da demanda.

Estes aspectos foram ponderados pelo Presidente do Instituto Nacional do Mate ao governo argentino que, reconhecendo a situação, comprometeu-se a reexaminar a ocorrência na reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Argentina, que se realizaria no Rio de Janeiro. As autoridades argentinas, em contraposição, pediram que nesse espaço de tempo, fosse abrandada a posição da Delegação Permanente Brasileira na ALALC, referente à questão do País, relativa ao Tratado de Montevidéu.

O Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Wekerlin, em virtude da situação exposta, solicitou ao Ministro das Relações Exteriores, para que fosse sugerida a Delegação Brasileira na ALALC, como também fosse incluída na pauta da Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Argentina como uma das questões preferenciais, o problema de proibição da importação da erva mate brasileira por parte da República Argentina.¹¹³

Todos estes fatos viriam a ser comprovados no relatório semestral apresentado ao Instituto Nacional do Mate pela agência da Argentina. Este relatório expõe a política ervateira argentina no ano da proibição das importações. Além desta medida,

¹¹³ INSTITUTO NACIONAL DO MATE. Ofício nº 1200, do Dr. Harry Wekerlin, Presidente do Instituto Nacional do Mate, ao Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Ministro interino das Relações Exteriores; 28 de setembro de 1966. s.n.t. 3 f.

o Governo limitou as colheitas a fim de reduzir a produção aos seus níveis normais e facilitar ao mesmo tempo o escoamento do volumoso estoque acumulado nas safras precedentes.

Verificou-se então um resultado positivo que permitiria futuramente atingir o justo equilíbrio entre produção e consumo.

Esta limitação se fez indispensável em vista do grave problema da super-produção que atingia 200% do consumo interno e a possibilidade de exportação. De maneira que esta resolução deveria estender-se aos anos próximos, até que, com a reorganização da economia ervateira, fosse reduzida às necessidades reais, a superfície cultivada, mediante a substituição paulatina da área excedente, por outros cultivos ou atividades mais convenientes aos interesses econômicos da Província.

Com a normalização da produção na justa medida do consumo, a Argentina pretendia restabelecer as importações brasileiras. As novas negociações segundo o desejo dos importadores deveriam ser efetuadas em nível diplomático através da ALALC.

Tanto a Secretaria de Comércio e Indústria como a Câmara dos Molineiros, órgão representativo dos moinhos, viam a importância da erva brasileira por uma questão de paladar e não de qualidade, na mesclagem, para evitar a queda do consumo. A referida Câmara chegou a pleitear junto às autoridades uma quota mínima de 18 mil toneladas para o ano em questão.

Embora a desvalorização crescente da erva mate, a Argentina conseguiu reagir no que concerne a conquista de mercados. A exportação do mate argentino atingiu inúmeros países da Europa, Ásia e América. Os principais importadores nos últimos três anos que precederam as medidas disciplinadoras da produção, foram, em quilos:

Quadro nº 22
Exportação Argentina

	1964	1965	1966 (9 meses)
Síria	389.814	593.436	294.462
Líbano	275.306	394.666	364.008
Chile	238.274	246.385	109.016
Uruguai	3.049	119.995	553.890
Bolívia	169.770	172.371	161.421
Es. Unidos	44.470	40.905	45.299

Fonte: Relatório de Agência do INM na Argentina.

O elevado volume exportado para o Uruguai no último ano com o valor em dólar de 85.488, preço considerado baixo, revela nitidamente a intenção dos produtores argentinos, tanto na erva cancheada como na beneficiada, de conquistar sutilmente o mercado através de uma penetração constante. Dando execução a esse plano, industriais da Província de Corrientes iniciaram uma sondagem de mercado em Montevideu, visando instalação de um grande moinho destinado a utilização da erva argentina, em especial a de Corrientes, que mais se parecia com a brasileira. A tentativa frustrou-se em virtude de recusa dos consumidores. A pesar desses aspectos que denotam a dependência da erva brasileira para a mesclagem, a Argentina continuaria sendo um competidor em potencial, dada a comunhão de interesses que existia entre firmas que funcionavam simultaneamente nas duas capitais e poderiam por consequência exercer sem maiores dispêndios permanentes assédios às fontes de consumo, segundo as afirmações do relatório da agência brasileira.

Foi constatado também o declínio acentuado de consumo que provocou a mobilização de todos os recursos de comunicação como propaganda e promoção pelo rádio, televisão, jornais, distribuição de amostra grátis e grandes facilidades de crédito aos redistribuidores com a preocupação de restabelecer os níveis habituais do abastecimento.

Utilizando as reservas provenientes das últimas importações elaboraram o produto com maior percentagem da erva importada. Os resultados foram satisfatórios, com os registros oficiais acusando a cifra de 119 milhões de quilos de consumo. Daí a razão pela qual os importadores insistiam no restabelecimen-to das importações, apesar do seu elevado custo, já que o produto do país custava 38 pesos e 50 centavos o quilo, enquanto o do Brasil chegava aos moinhos portenhos pelo preço de 50 pesos.¹¹⁴

Os obstáculos procedentes do maior mercado consumidor da erva brasileira, que era a Argentina, as dificuldades de pre

¹¹⁴ INSTITUTO NACIONAL DO MATE. Agência da República Argentina. Relatório semestral apresentado ao Instituto Nacio-nal do Mate pela Agência da República Argentina; 17 de agosto de 1967. s.n.t. 3 f.

ços nos mercados chileno e uruguaio, além dos levantamentos sobre as características de funcionalidade do Instituto Nacional do Mate, fundamentavam a sua extinção.

Na década de 1950, o PLADEP, órgão de assessoria técnica do governo paranaense promoveu um inquérito a respeito do Instituto Nacional do Mate e caracterizou a necessidade de ampla reforma, pois suas atividades foram consideradas insuficientes na solução dos problemas ervateiros.¹¹⁵

Não entrando em consonância com o cooperativismo, passou o Instituto a ser considerado por elementos ligados às cooperativas, como instrumento de reação dos industriais contra os produtores. Os componentes da autarquia, quase sempre representantes da burguesia industrial tradicional originada da expansão ervateira desde o século XIX, estendiam sua influência ao setor político, não permitindo ao Instituto, o cumprimento de suas funções.

Todos os problemas enfocados provocaram, portanto, a extinção do Instituto Nacional do Mate, sancionada pelo Governo Castelo Branco em 28 de fevereiro de 1967, em Decreto-Lei de nº 28, que seguia, inclusive, uma nova orientação política de acabar com quase todos os Institutos existentes, permanecendo apenas o Instituto Brasileiro do Café, pela sua importância para a economia nacional, e o Instituto do Açúcar e do Alcool, para atender os problemas concernentes ao Nordeste brasileiro.

6.5. Exportação da erva mate conforme os Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Mate

As informações quantitativas dos Boletins do Instituto Nacional do Mate fornecem subsídios importantes para o conhecimento da realidade ervateira através do mecanismo de mercado.

¹¹⁵ CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Estudos de desenvolvimento regional; Paraná. Rio de Janeiro, 1959. 126 p. p. 79. (Série Levantamentos e Análises, 15).

Quadro nº 23
Exportação Brasileira de Erva Mate
1939-1957

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr\$) *
1939	50.794	-
1940	50.583	57.683
1941	52.010	62.235
1942	58.466	75.431
1943	46.765	66.784
1944	47.633	84.725
1945	52.099	121.766
1946	50.104	134.643
1947	54.534	156.870
1948	48.696	142.578
1949	45.855	143.175
1950	48.210	152.516
1951	46.617	159.390
1952	46.059	167.533
1953	39.717	178.350
1954	49.005	232.321
1955	51.772	245.459
1956	62.632	294.619
1957	29.661 (só Paraná)	-

* - O valor utilizado é o cruzeiro antigo em vigor a partir de 1964.

FONTE: Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Mate.

Quadro nº 24
EXPORTAÇÃO PARANAENSE DE ERVA MATE PARA ARGENTINA, URUGUAI E CHILE - 1939-1957

A	A R G E N T I N A		U R U G U A I		C H I L E		T O T A L	
ANOS	QUANTIDADE(+)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE(+)	VALOR(Cr\$)	QUANTIDADE(+)	VALOR(Cr\$)	QUANTIDADE(+)	VALOR(Cr\$)
1939 **	5.331	-	5.165	-	1.843	-	12.339	-
1940	6.441	4.496	-	-	-	-	-	-
1941	4.338	4.496	19.736	24.191	5.354	8.295	29.428	36.982
1942	-	-	-	-	-	-	-	-
1943	4.859	5.350	16.709	24.895	5.208	10.128	26.776	40.373
1944	4.363	6.131	18.593	35.088	3.074	6.960	26.030	48.159
1945	5.871	12.011	21.194	50.057	3.391	10.158	30.456	72.226
1946	4.173	9.632	19.005	51.576	5.629	5.629	28.807	66.837
1947	7.697	19.038	20.513	61.591	3.945	3.945	32.155	84.574
1948	7.451	18.648	20.716	62.629	2.328	9.393	30.495	90.670
1949	3.277	8.352	23.147	69.480	4.613	18.146	31.037	95.978
1950	2.822	7.196	23.002	71.468	6.671	24.774	32.495	103.436
1951	1.649	4.218	24.841	88.197	4.634	17.224	31.124	109.639
1952	3.205	9.694	21.490	80.281	6.460	24.483	31.155	114.458
1953	2.029	7.052	20.505	93.337	4.246	23.361	26.780	123.750
1954	5.235	22.980	25.323	123.652	3.139	16.156	36.697	162.788
1955	7.763	33.890	22.203	108.987	3.807	19.505	33.773	162.382
1956	6.371	26.253	24.372	117.286	9.292	47.504	40.035	191.043
1957	5.929	-	18.128	-	5.455	-	29.512	-

* O valor utilizado é o cruzeiro antigo em vigor a partir de 1964.

** Dados correspondentes aos meses de janeiro a maio de 1939.

FONTES: Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Mate.

Quadro nº 25

TOTAL DE VENDAS DE ERVA MATE CANCHEADA E BENEFICIADA DESTINADA AO COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO

	PARANÁ		STA. CATARINA		R.G. DO SUL		MATO GROSSO		S. PAULO		TOTAL	
	Quant. (t)	Valor (Cr\$)	Quant. (t)	Valor (Cr\$)	Quant. (t)	Valor (Cr\$)	Quant. (t)	Valor (Cr\$)	Quant. (t)	Valor (Cr\$)	Quant. (t)	Valor (Cr\$)
1947 -	34.878	108.008	11.879	31.472	14.122	37.246	10.151	27.309	269	640	71.300	204.676
1948 -	32.917	103.844	6.230	18.012	13.768	37.211	11.471	32.524	190	420	64.578	191.814
1949 -	34.052	116.139	8.088	25.012	408	33.937	6.613	20.557	200	567	61.220	196.906
1950 -	35.878	126.201	10.947	31.422	10.717	29.680	5.964	18.703	125	383	63.631	206.389
1951 -	33.823	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1952 -	34.072	135.152	7.969	27.920	13.169	44.560	7.738	26.488	90	315	63.038	234.435
1953 -	30.972	154.580	11.098	38.335	12.286	46.343	7.169	28.405	-	-	61.525	267.663
1954 -	38.264	220.427	14.082	60.068	11.767	72.672	5.505	25.615	-	-	69.618	378.782
1955 -	37.606	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.352	441.920
1956 -	43.768	243.678	22.722	107.851	15.652	154.657	10.330	48.746	-	-	92.472	554.932
1957 -	33.142	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* O valor utilizado é o cruzeiros antigo em vigor a partir de 1964.

FONTE: BOLETINS ESTATÍSTICOS DO INSTITUTO NACIONAL DO MATE.

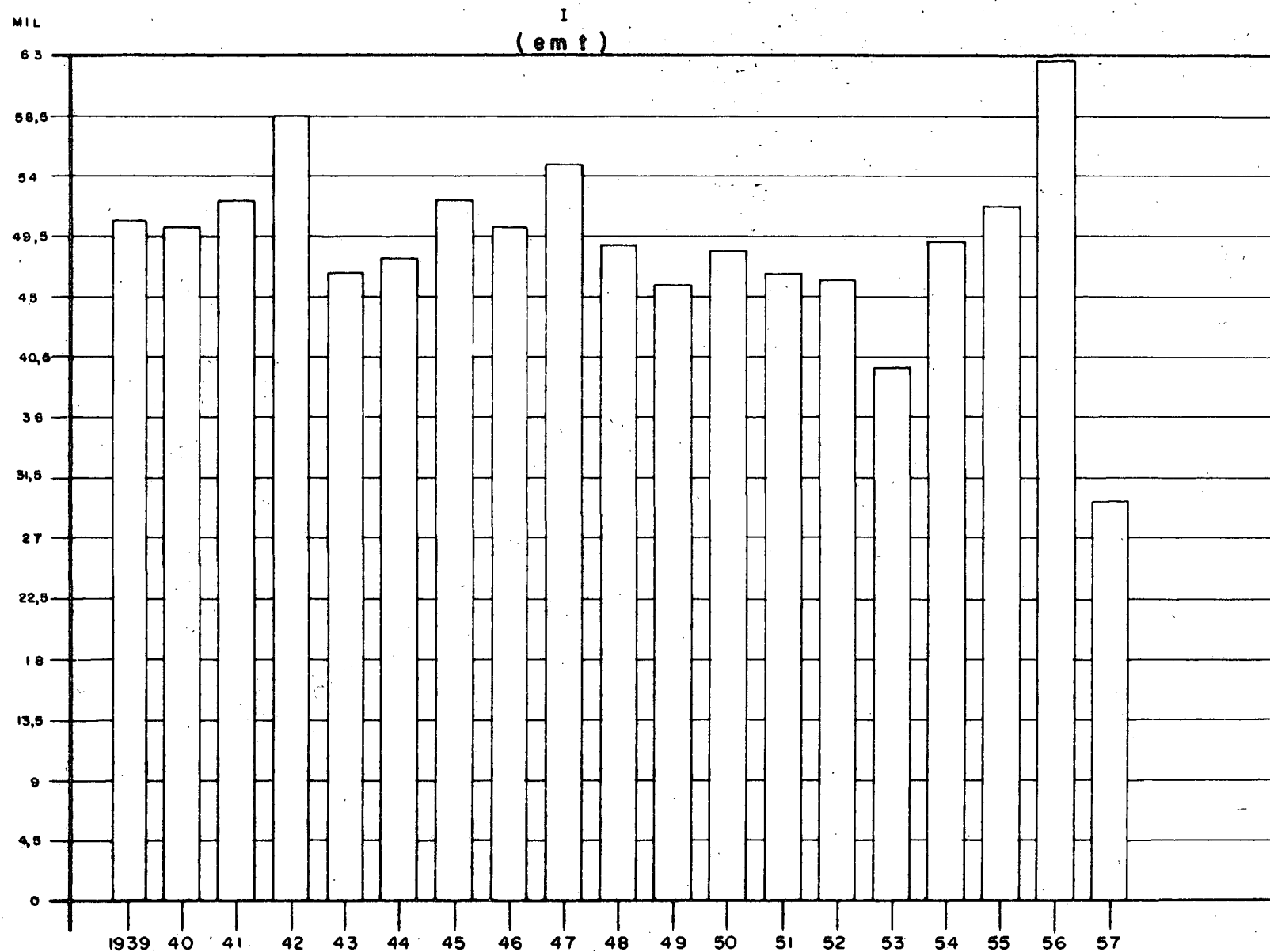
Quadro nº 26
COMÉRCIO EXTERIOR DA ERVA MATE NO PARANÁ
1939 - 1967

ANO	QUANTIDADE (+)	VALOR (Cr\$)
1939	43.115	43.453
1940	27.891	...
1941	33.528	42.698
1942	33.740	...
1943	26.807	...
1944	26.032	...
1945	25.438	63.594
1946	27.506	86.600
1947	32.381	96.945
1948	30.540	90.919
1949	31.117	96.427
1950	32.730	104.281
1951	37.792	130.827
1952	31.205	114.749
1953	26.862	124.341
1954	32.433	164.038
1955	23.919	112.217
1956	40.151	191.692
1957	21.939	158.489
1958
1959
1960	36.465	10.524.134
1961	43.759	17.381.375
1962	30.550	11.845.620
1963	25.589	22.313.333
1964	17.518	35.631.093
1965	20.414	6.334.232
1966	17.697	7.371.770
1967	15.247	7.710.837

* O valor utilizado é o cruzeiros antigo em vigor a partir de 1964

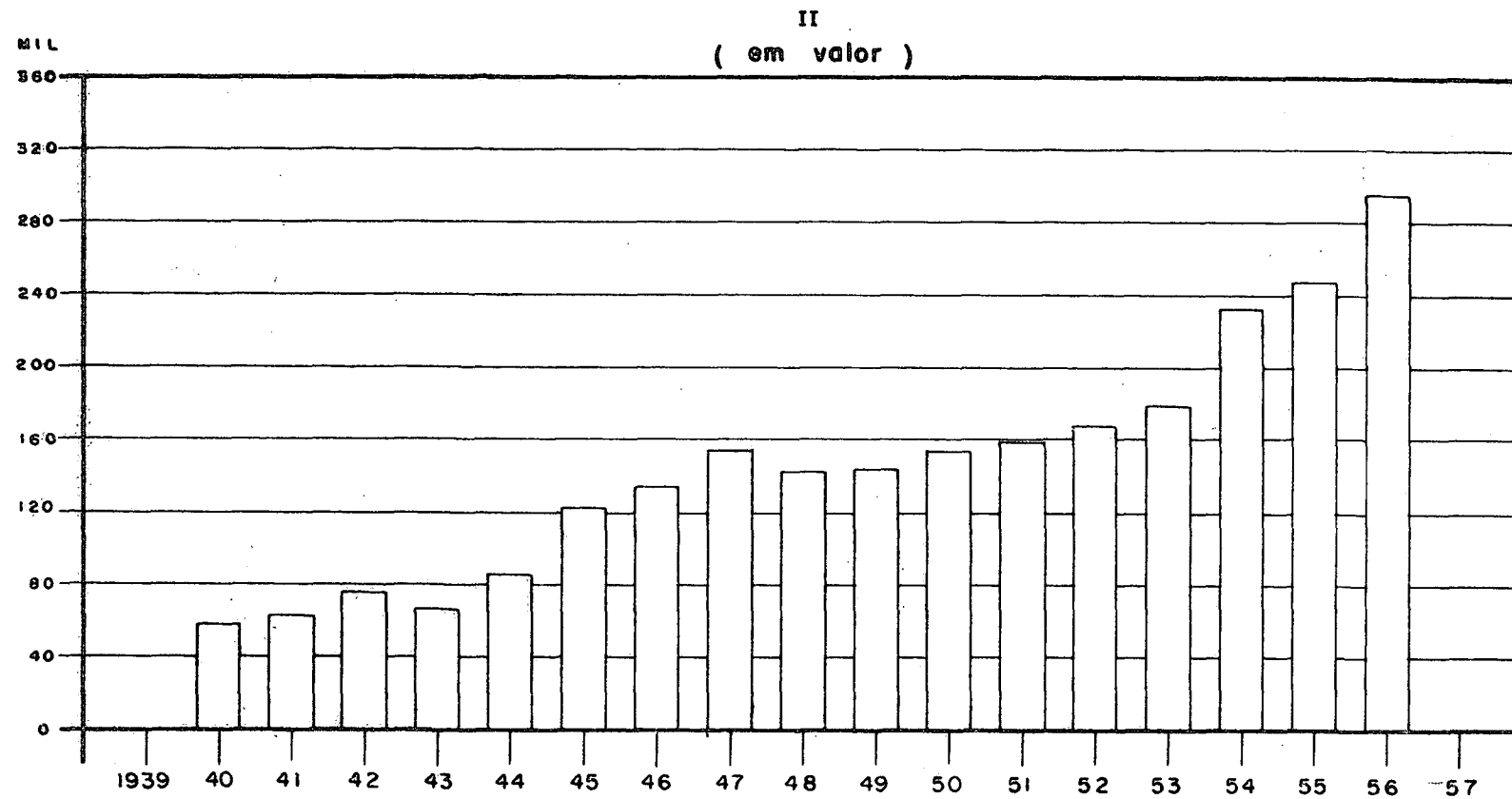
FONTE: Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Mate e Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ERVA MATE 1939 - 1957



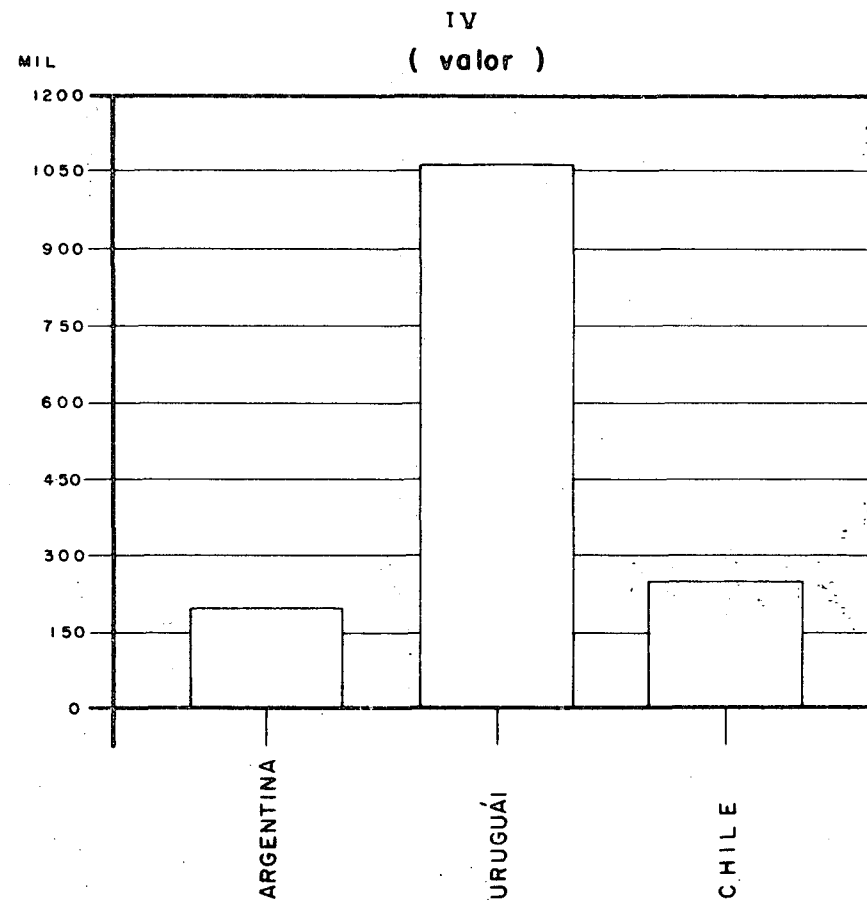
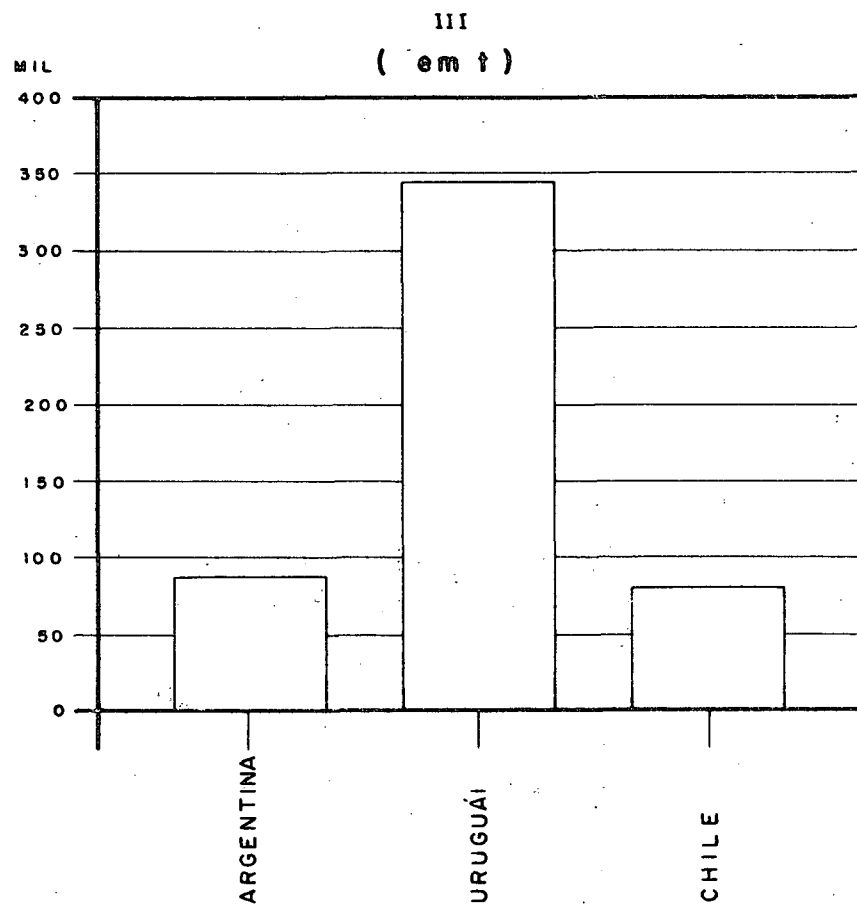
Fonte: Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Mate.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ERVA MATE 1939 - 1957



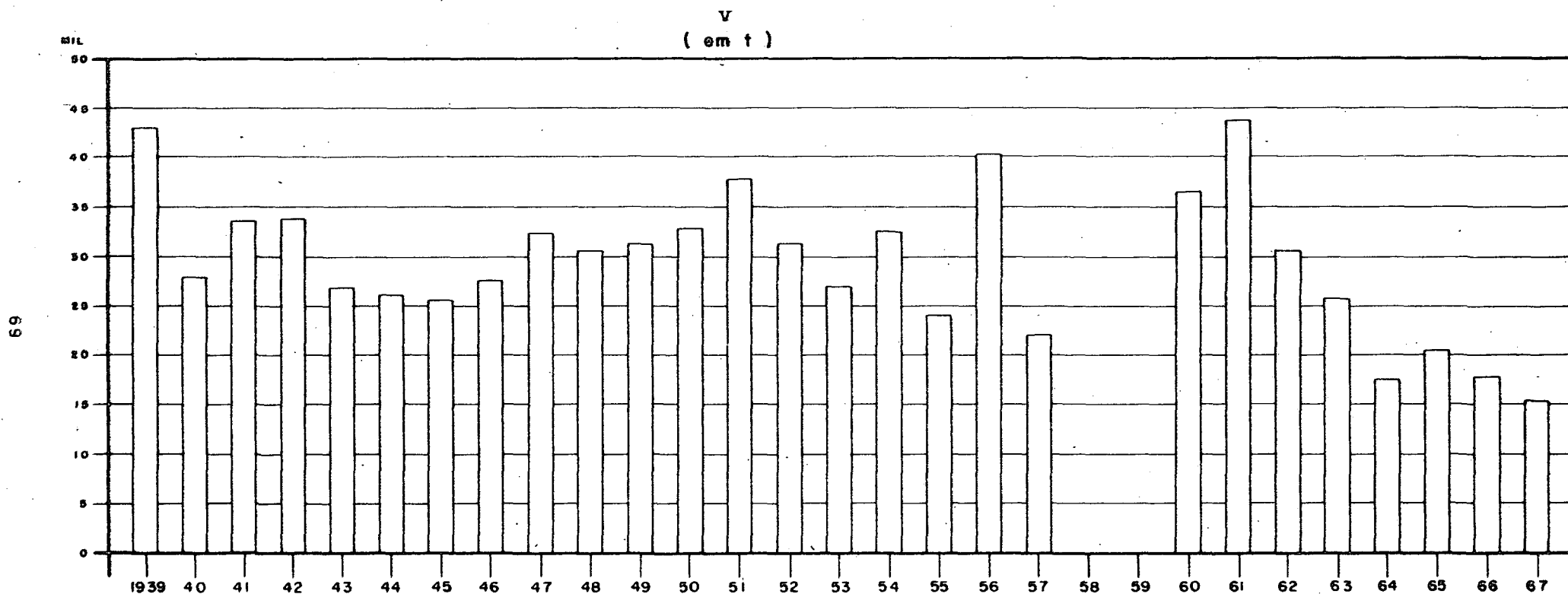
Fonte: Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Mate.

EXPORTAÇÃO PARANAENSE DE ERVA MATE PARA
ARGENTINA, URUGUAI e CHILE. 1939-1957.



Fonte: Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Mate.

COMÉRCIO EXTERIOR DA ERVA MATE NO PARANÁ. 1939-1967



Fonte: Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Mate e
Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O quadro nº 23, que corresponde aos gráficos I e II, apresenta a exportação brasileira equilibrada sem incidências dignificativas. A exportação cafeeira, por exemplo, atingia nessa época volumes superiores. Quanto ao aumento relativo do valor, é resultante das transformações cambiais e da inflação.

O quadro nº 24, que mostra a exportação paranaense para Argentina, Uruguai e Chile, revela nos gráficos III e IV a diminuição expressiva da importação argentina que se limitava à erva cancheada. O comércio neste período é garantido pela importação uruguaia que assume proporções significativas, face a desvalorização do produto.

No gráfico V, que se refere ao comércio exterior da erva mate paranaense entre os anos de 1939-1967, verifica-se uma exportação também equilibrada, mas insignificante, característica de uma economia estagnada. Nota-se uma ascensão no ano de 1961 e, posteriormente, o decréscimo contínuo. A posição vantajosa do Paraná em relação aos demais Estados produtores é de aproximadamente 30%, conforme os dados apresentados no quadro nº 25.

O caráter estacionário da economia ervateira, não atingiu apenas os industriais e exportadores, mas todos os elementos a ela vinculados, bem como as regiões dependentes do referido produto.

7. AS ANTIGAS REGIÕES ERVATEIRAS NO NOVO QUADRO ECONÔMICO DO PARANÁ

O objetivo principal do presente estudo é o levantamento concreto da situação real das antigas regiões que outrora tiveram um papel importante na economia paranaense como produtores de erva mate.

Para efetuar a pesquisa, foi selecionada uma determinada área, conforme o zoneamento do IBGE, que apresentasse com maior destaque os fenômenos decorrentes da desvalorização comercial de um produto considerado básico para o desenvolvimento regional.

Foi escolhida, portanto, a área cujo pólo principal é Irati, e é composta pelos municípios de Imbituva, Prudentópolis, Teixeira Soares, Rebouças e Rio Azul.

Estes municípios sentiram efetivamente o declínio da exportação ervateira, que, ocorrendo paulatinamente a partir de 1926, com a diminuição da importação argentina, atinge seu ápice em 1966, quando este país paralisa em definitivo seu comércio com o Brasil em relação ao produto.

Entre os vários reflexos desse declínio nos municípios em questão, cabe citar a geógrafa Lysia Bernardes, em seu trabalho sobre crescimento de população no Paraná, que constata uma taxa menor de crescimento nos locais cujos povoamentos iniciados no século passado se originaram da exploração ervateira.

O fenômeno ocorreu na parte ocidental do 2º Planalto que compreende as regiões do Alto Iguaçu e do Alto Ivaí, e foi notado pelos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, quando se processa nitidamente a decadência da exportação e consequentemente os problemas relativos à produção.¹¹⁶

Foi, sem dúvida, no Paraná, entre os Estados produtores, que a crise do mate mais se fez sentir, pois sempre foi o maior exportador para a Argentina.

O processo de decadência inicia-se lentamente, no momento em que o país portenho parte para o cultivo do mate, verificando-se no quadro abaixo, a diminuição da produção brasileira em decorrência da situação da exportação:¹¹⁷

Quadro nº 27

Brasil - Erva Mate.

ANO	PRODUÇÃO (T)
1920	90.686
1925	86.755
1930	84.846
1935	61.500
1940	50.520
1945	49.829
1950	45.774
1952	44.566

Fonte -: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

¹¹⁶ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcante. Crescimentos da população do Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 13(2):265-274, abr./jun. 1951.

¹¹⁷ STRAUCH, Lourdes Manhães de Mattos. Contribuição ao estudo geográfico da erva-mate. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 17(1):94, jan./mar. 1955.

É interessante observar que, enquanto diminui a produção do Paraná, destinada quase exclusivamente à exportação, cresce a do Rio Grande do Sul, onde cada vez mais se acentua o consumo interno. Isto parece refletir-se no próprio preço do produto que atinge valores superiores no último Estado; ressalta-se que no Rio Grande do Sul, na década de 1940, desenvolvia-se o cultivo da erva mate.¹¹⁸

Quadro nº 28
Produção - Paraná e Rio Grande do Sul

ANO	ESTADO	PRODUÇÃO (T)	VALOR (Cr\$)
1948	Paraná	22.647	27.537.717
	Rio Grande do Sul	19.377	42.296.271
1949	Paraná	40.862	49.322.654
	Rio Grande do Sul	14.719	30.181.803
1950	Paraná	19.509	22.697.604
	Rio Grande do Sul	16.744	38.656.696
1951	Paraná	21.624	29.956.246
	Rio Grande do Sul	19.759	46.713.882
1952	Paraná	18.345	27.396.004
	Rio Grande do Sul	22.268	60.700.510

Fonte: S.E.P. Ministério da Agricultura.

A exportação da erva mate foi o elemento motivador para que no início do século XX, o Paraná revitalizasse suas condições econômicas aproveitando as oportunidades que as frequentes crises político-econômicas paraguaias desde o século anterior lhe ofertavam.

Novas perspectivas surgiram em torno do povoamento; o Norte já estava sendo povoado desde 1860-70, revelando imensas possibilidades desta região e atraindo a atenção dos habitan-

¹¹⁸ Ibid., p. 96.

tes de outros Estados.

No Sul verifica-se a introdução oficial de imigrantes, que continuou no início do século na mesma escala que antes, se não maior. Ao terminar a década de 1920, o segundo Planalto estava quase todo povoado. Enfrentando dificuldades, bem ou mal sucedida, a colonização européia de qualquer forma constituiu um novo contingente humano cujo proliferação resultaria no aumento da área ocupada e na densidade da população.¹¹⁹

A rede ferroviária ampliara-se consideravelmente. A ligação dos Campos Gerais completara-se e, desde 1894, Ponta Grossa estava em comunicação com Curitiba e Paranaguá. A partir de 1900, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande começara a estender seus trilhos para o Sul. Ligada a este fato encontra-se a exploração da madeira e dos ervais, em cujo processo o imigrante participou ativamente ao lado do caboclo.¹²⁰

Em torno da ferrovia vão surgindo inúmeros povoados, em virtude da facilidade de escoamento da produção extrativa. Neste panorama se originaram os municípios selecionados para este trabalho.

7.1. Características da zona de Irati

A zona de Irati abrange os municípios seguintes: Irati, Imbituva, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, e Teixeira Soares.

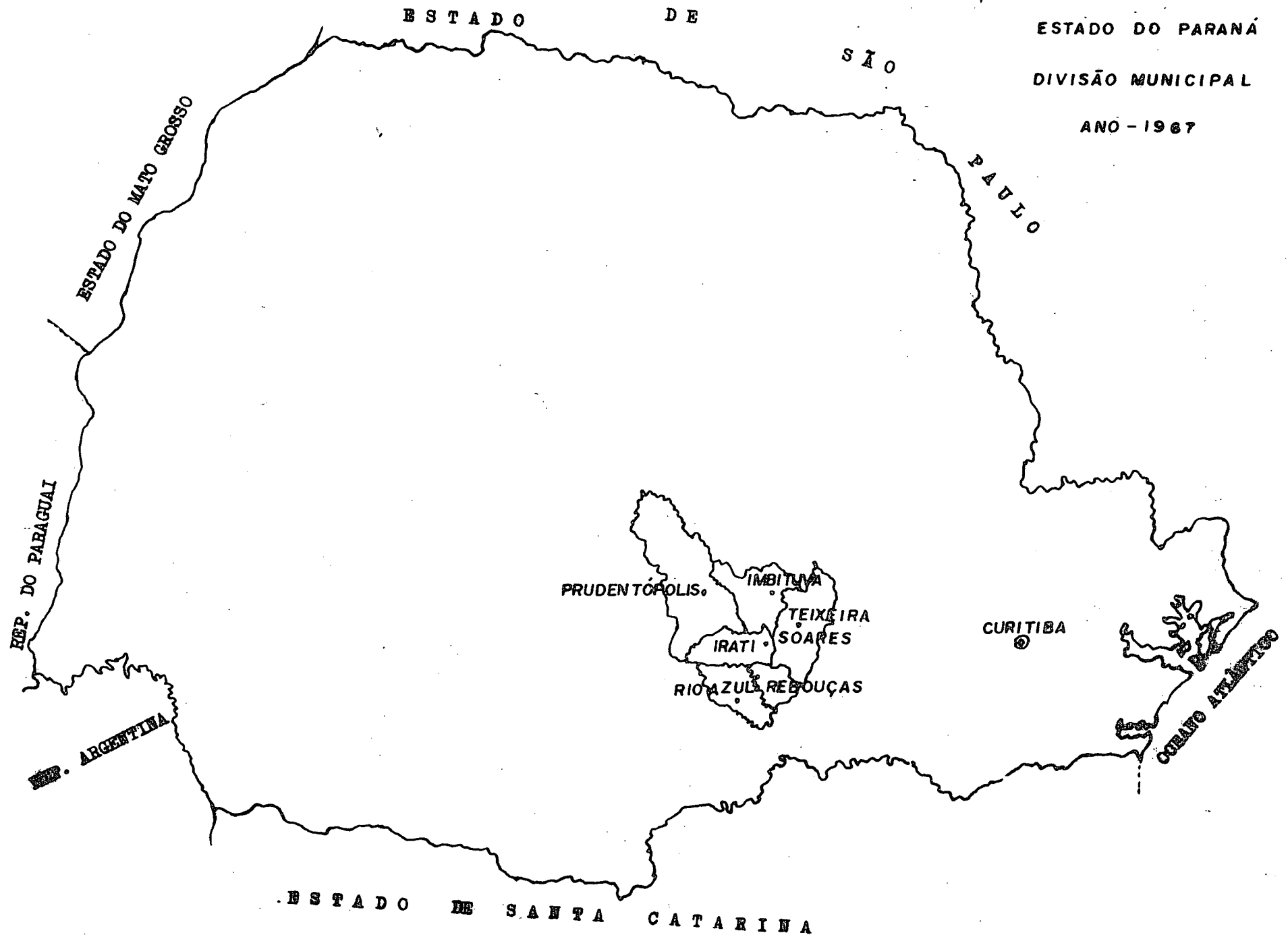
A população de toda esta zona, em 1960 (o levantamento em questão limita-se até 1967), era de 111.317 habitantes, revelando que o fenômeno mais característico desta área, seja a lenta evolução populacional.

No espaço de 1950-1960, a região apresentou um aumento de população apenas de 4,9%, índice muito baixo, excepcional para o Paraná e em especial a área de Ponta Grossa cujo crescimento demográfico atingiu nesta época 20,6%.

No município de Irati o aumento foi quase igual ao da

¹¹⁹ BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento do Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 14 (4):68, out./dez. 1952.

¹²⁰ Ibid., p. 68-71



zona de Ponta Grossa que é uma das mais importantes da Região Sul, com a média 20,8%, pelo fato de ser pólo de uma área conhecida como área de emigração. Destaca-se ainda o caso de Teixeira Soares, cuja população urbana diminuiu em 12,8%, levando-se em consideração que normalmente o êxodo rural concorre para o aumento populacional das cidades.¹²¹

Pode citar-se entre os principais fatores do êxodo rural - de uma zona predominantemente agrícola - o comportamento refratário da população diante das dificuldades surgidas com a ausência de condições para alicerçar o desenvolvimento econômico.

Dai o fato de não ter havido desmembramento de nenhum município a partir de 1934.

Desde 1929, só Rebouças e Rio Azul foram elevados àquela categoria, embora suas populações tenham diminuído respectivamente, em 7,9% e 4,0%.¹²²

Outro fator responsável pelo êxodo foi a atividade econômica baseada na indústria extrativa. A exploração da madeira foi muito rápida, sem a adoção de uma política de reflorestamento adequada, tornando-se uma atividade imediatista baseada nos lucros das riquezas naturais, sem previsão nem planejamento, incapaz de mudar a estrutura econômica.

A erva mate produzida para o mercado externo, sobrevivendo em função das oscilações comerciais, tornou-se o produto básico para a região de Ibatí, cuja comercialização foi institucionalizada através das cooperativas da política do Instituto Nacional do Mate.

A técnica de coleta e de beneficiamento do mate, se caracterizou sempre pela baixa produtividade, tendo sido, nos anos em questão, adaptada de outros setores semelhantes (trigo, arroz).¹²³

¹²¹ FUNDAÇÃO IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística. Departamento de Censos. Estado do Paraná; resultados para o conjunto do Estado. In: _____. Censo agrícola de 1960; Paraná - Santa Catarina. Rio de Janeiro, s.d. p. 24-29. (Série Regional, v. 2, tomo 12, parte 2).

¹²² DEELEN, p. 271.

¹²³ CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Estudos... p. 115.

A desvalorização comercial do produto, acentuando-se dia a dia, desestimulou os ervateiros quanto à melhoria da referida produtividade, pela elevação do nível tecnológico.

Quanto às terras destinadas à lavoura, não recebiam o trato necessário, porque o lavrador não era assistido adequadamente. Faltavam o crédito, conhecimentos técnicos, adubos pouco utilizados, etc.

Outro aspecto significativo do sub-desenvolvimento rural, é o pequeno número de tratores, inclusive é o menor de rodo o Paraná, com um trator para cada 1.862 ha. O número de cooperativas também é inexpressivo, existindo apenas oito.

A despeito de todas estas dificuldades, 89,2% da população ativa estava ocupada no setor primário, mas a renda geral dess grupo era apenas de 29%.¹²⁴

Os núcleos madeireiros dos municípios viram a indústria da madeira ser transferida para Guarapuava, perdendo a região o setor industrial mais importante.

A cerâmica de energia elétrica não permitia investimentos em outros campos industriais, a exemplo de Irati que continuou sobrevivendo com a fábrica de fósforos que oferece emprego, em sua maioria, a elementos de sexo feminino. Todos estes fatores ocasionaram condições infra-humanas, implicando em problemas de higiene, assistência médica, habitação, agravando, portanto, o êxodo rural.

As famílias de colonos, adotavam o sistema de desmembrar as terras em favor dos filhos, ficando estas em dimensões reduzidas. Os pequenos proprietários, por sua vez, não possuíam condições de mecanizar a agricultura, havendo o abandono da terra em alguns casos.

A crise da erva-mate, o subdesenvolvimento agrícola de corrente de falta de assistência técnica, tornaram os colonos inertes; os mais ativos imigraram para Guarapuava, Ponta Grossa ou Curitiba.

Quase não há criação de gado. Na década de 1960, a Secretaria de Agricultura determinou um auxílio igual para todos os municípios, sem distinções nem conhecimentos das necessidades locais. A Secretaria, por exemplo, distribuiu 40 bois para

¹²⁴ Ibid., p. 273.

cada município. Para a área de Irati pouco significou. Seria mais interessante a distribuição de vacas leiteiras ou a adoção da inseminação artificial, para racionalizar a criação, que não era destinada para o gado de abate.

Os dados sobre a pecuária da região são inexpressivos no contexto estadual.¹²⁵

A burocracia tanto da Secretaria da Agricultura como do Banco do Brasil, sempre entravou as tentativas sérias de desenvolvimento da zona rural. Dada à falta de interesse por parte das autoridades em sanar os problemas e as graves carências de vida rural, o homem do campo tende a abandonar essa situação de penúria em busca de outras terras que lhe oferecem salários mais altos.

Como as cidades passam a exercer influências sobre o campo, oferecendo vislumbres de melhores oportunidades, explica-se o aumento de população das áreas urbanas em detrimento da zona rural, cujo decréscimo de população é constante. Por esta razão, a população da cidade de Irati aumentou em 20,8% no espaço de alguns anos, considerando-se embora que é uma zona em que o ritmo populacional foi muito lento.

Quadro nº 29

Estrutura agrária da zona de Irati -

1951 - 1960

Categorias (ha.)	Ano	Nº de Propriedades		Área Ocupada		Área Méd. (ha.)
		Abs.	%	Abs.	%	
10	'50	891	13,0	5.225	1,1	5,8
	'60	3.068	27,0	17.528	3,6	5,7
10 - 100	'50	5.101	74,4	196.688	43,1	38,5
	'60	7.490	65,8	261.952	54,4	34,9
100 - 1000	'50	824	12,0	163.713	35,8	198,6
	'60	802	7,0	155.709	23,3	194,1
1000-10000	'50	36	0,5	78.765	17,3	2.187,8
	'60	19	0,16	46.633	9,7	2.454,3
10.000	'50	1	0,01	12.426	2,7	12.426,0
Totais	'50	6.853	100,00	456.816	100,0(1	66,6
	'60	11.379	100,00	481.822	100,0(2	42,3

Fonte: Centro Agrícola 1950 - 1960

Verifica-se, portanto, que a área média de 3.068 propriedades não era maior do que 5,7 ha. Esse tipo de proprieda

¹²⁵ Ibid., p. 273

de aumentou 100%, na última década.

A área média de todas as propriedades desta zona diminuiu de 66,6 ha. em 1950, até 42,3 em 1960. O número de propriedades aumentou quase 90% e por causa disso diminuíram as dimensões da terra ocupada.

Teixeira Soares apresenta os índices mais baixos dentro da zona, cujas características estão situadas na parte destinada à especificação dos municípios.

7.1.1. Produção regional

O setor extrativo da Zona de Irati, apoiado na erva mate e madeira, apresenta entre os anos de 1947 e 1967, uma tendência acentuada para a desvalorização conforme os gráficos VI, VII, e VIII.

A baixa produtividade de erva mate é decorrente da crise da demanda externa, obrigando o ervateiro a ocupar-se com a colheita e plantio de outros produtos agrícolas.

A extração da madeira é desordenada, sem qualquer critério de planejamento. Apesar da área ter sido detentora de imensas reservas florestais e no período levantado demonstrar uma produção de 19,21% do total do Estado, a utilização da lenha como fonte de energia concorreu para uma considerável devastação das matas. A economia madeireira é, portanto, instável porque além dos problemas expostos, está sujeita às oscilações de preços do mercado.

A produção agrícola das culturas temporárias e permanentes, numa conjuntura cujo padrão é o café, não denota relevância no quadro econômico do Estado. As culturas temporárias revelam uma média de 13,11%, gráficos IX e X, mas são estruturadas em produtos comuns à grande parte das regiões do Paraná. Por esta razão encontram dificuldades de mercado limitando-se ao abastecimento do comércio regional que não é forte. A produção principal, é a da batata inglesa, com uma percentagem de 48% na Zona de Irati, mas sua valorização é relativa porque também é produzida em outras áreas do sul do Estado. Conforme as indicações do BADEP, no quadriênio 60/63, a batata foi uma das poucas culturas que não apresentou grandes índices de crescimento. Todavia, a partir de 1964, houve um incremento bastan

te acentuado. Esse fato, é devido a fixação, nos municípios de Castro, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Araucária e Guarapuava, de colônias japonesas que, associadas a cooperativas, cultivaram em média 24 hectares por propriedade. O cultivo foi totalmente mecanizado, e a adubação intensiva, obtendo uma produtividade média de cerca de 17.000 kg/ha.¹²⁶

O município de Irati, que, em anos anteriores, foi o principal produtor, ficou situado em sexto lugar, por estar conseqüentemente distante do avanço técnico da bataticultura.

Os municípios produtores respondem, no global, por 80% da produção estadual. Entretanto, por se tratar de um produto perecível, e o Paraná carecer de um programa de conservação e armazenamento, muitas vezes a abundância de uma safra corresponde à deteriorização de preços e, como resultado, o desestímulo relativo ao seu cultivo.

No tocante às culturas permanentes, são irrelevantes no contexto, tanto em produtividade como em valor, como revelamos gráficos XI e XII. de modo geral, a produção agrícola regional, além de não possuir nenhum produto importante para o comércio exterior, está predisposta a fenômenos como a saturação de mercado e fases de má colheita resultantes de problemas climáticos. Estes fatores, somados ao baixo nível tecnológico, condicionaram o subdesenvolvimento rural da região em estudo.

Essas considerações são demonstradas nos quadros e gráficos das páginas seguintes.

¹²⁶ PENTEADO, Jurema E. Batata inglesa. In: _____. Produção agrícola no Paraná; 1960-1970. Curitiba, Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1970. 105 p. p. 103-105. Separata da Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba (19) jul./ago. 1970.

Quadro nº 30

PRODUÇÃO DE ERVA MATE: MUNICÍPIOS DE:-
IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1947/1967.

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1947	272 814	35 922 248	69 915	8 669 351	25,62	24,13
1948	22 279 696	26 876 621	6 141 515	7 129 449	26,38	26,52
1949
1950	20 525 457	259 491	3 554 376	55 850	17,13	21,52
1951	22 742 585	312 178	8 200 600	101 751	36,05	32,59
1952	18 645 830	277 560	6 338 130	88 303	33,99	31,81
1953	174 682	34 652 270	57 418	11 105 284	32,86	32,04
1954	231 141	69 504 800	80 087	25 988 658	34,64	37,39
1955	256 300	95 380 464	95 450	38 304 000	37,24	40,14
1956	256 344	115 193 322	101 066	52 101 220	39,42	45,22
1957	271 246	166 025 671	98 313	67 419 600	36,24	40,60
1958	32 688 031	235 910 012	12 612 588	97 725 880	38,58	41,42
1959	359 139	301 805 380	115 335	105 675 800	32,11	35,01
1960	37 639 596	391 768 379	9 926 000	94 812 000	25,83	24,20
1961	39 358 711	665 788 287	9 268 991	179 659 822	23,55	26,98
1962	31 797 074	847 813 720	9 698 324	204 449 720	30,50	24,11
1963	41 853 797	13 460 947	9 127 840	2 924 544	21,80	21,72
1964	38 724 954	31 211	11 866 000	5 966	30,64	19,11
1965	37 165 696	54 471 476	7 309 096	8 059 520	19,66	14,79
1966	36 073 568	75 535	7 520 700	13 796	20,84	18,26
1967	42 892 048	7 412 943	6 832 800	1 234 578	15,93	16,65

* O valor utilizado é o cruzeiro antigo, em vigor a partir de 1964.

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 31

PRODUÇÃO DE MADEIRA MUNICÍPIOS DE:

IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1947/1967

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (m3)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (m3)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1947	10 936 110	240 514 318	5 136	21 620 374	0,46	8,98
1948	4 572 489	113 917 577	532 837	26 914 620	11,65	23,62
1949
1950	31 908 219	2 017 083	258 950	246 775	0,81	12,23
1951	2 517 231	3 316 382	379 548	430 828	15,07	12,99
1952	7 590 485	6 289 663	455 798	400 419	6,00	6,36
1953	8 365 609	1 698 769 968	374 396	120 055 210	4,47	7,23
1954	9 930 716	1 259 652 416	339 255	132 209 772	3,41	10,49
1955	10 250 944	599 618 154	296 330	13 891 002	2,89	23,66
1956	9 710 310	1 598 111 980	518 520	105 069 100	5,33	6,57
1957	11 154 151	2 089 476 998	469 190	175 958 000	42,06	8,42
1958	11 854 421	2 707 612 092	1 040 940	330 507 800	8,78	12,20
1959	12 395 473	2 887 789 401	663 631	106 234 800	5,35	3,67
1960	15 523 839	600 693 792	517 300	143 600 000	3,33	23,90
1961	15 939 716	258 369 493	581 500	54 670 900	3,64	21,15
1962	18 353 495	10 397 902 160	658 720	432 800 000	3,58	4,16
1963	19 755 025	228 685 141	518 765	2 838 100	26,25	1,24
1964	20 638 384	463 600	529 000	6 693	2,56	1,44
1965	24 256 612	811 639	465 000	9 988	0,19	1,23
1966	21 338 631	1 054 130	446 016	11 945	2,09	1,13
1967	22 687 100	113 569 635	7 520 770	13 796	20,84	18,26

* O valor utilizado é o cruzeiros antigo em vigor a partir de 1964

FONTE: DA DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ

QUADRO Nº 32
CULTURA TEMPORÁRIA - BATATA INGLÊSA - MUNICÍPIOS:

IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1944/1967

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1944	2 027 705	721 268	810 840	286 504	39,98	39,72
1945	1 929 490	897 706	999 540	443 592	51,80	49,41
1946	1 560 303	643 130	971 629	643 130	41,21	45,42
1947	1 349 131	938 749	510 610	379 416	37,84	40,41
1948	1 532 293	1 138 809	443 853	328 030	28,96	28,80
1949	2 716 210	1 325 615	883 631	287 445	32,57	21,68
1950	1 826 267	1 343 804	740 640	466 371	40,55	34,70
1951	1 836 140	1 640 485	774 140	647 616	44,16	39,47
1952	1 786 830	1 163 878	629 500	247 961	35,22	21,30
1953	2 148 470	274 474 200	861 600	116 652 000	38,24	42,50
1954	2 096 450	8 083 931	673 700	1 181 410	32,13	14,61
1955	2 101 300	4 444 528	835 600	1 862 640	39,76	41,90
1956	2 810 880	4 178 445	1 227 750	1 530 890	43,67	36,63
1957	2 790 930	6 157 677	1 092 820	2 528 508	39,15	41,06
1958
1959	2 949 480	9 434 472	1 124 200	932 560	38,11	9,88
1960	3 128 650	14 530 976	1 117 000	3 592 545	35,70	27,20
1961	3 164 600	17 394 857	1 103 600	4 174 960	34,87	24,00
1962	2 739 485	31 928 553	964 300	9 327 700	35,20	29,21
1963	3 306 020	80 999 211	957 200	11 894 100	28,95	14,68
1964	4 112 270	100 737 181	1 052 350	23 071 000	25,59	22,90
1965	4 520 690	121 535	1 064 800	17 841	23,55	14,67
1966	5 471 620	347 865	1 024 100	60 154	18,51	17,29
1967	5 651 450	48 214 884	1 172 100	7 561 394	20,73	15,68

* O valor utilizado é o Cruzeiros antigo em vigor a partir de 1964.

FONTE: DA DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 33

CULTURA TEMPORÁRIA - MILHO - MUNICÍPIOS DE:
IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1944/1967

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1944	13 175 879	3 319 479,39	627 660	151 612,80	4,76	4,56
1945	10 324 637	4 219 760,76	579 564	235 165,04	5,61	5,71
1946	13 342 869	5 003 037,85	955 760	381 508,00	7,16	7,62
1947	12 121 984	4 943 228,94	689 770	359 084,20	5,69	7,26
1948	12 180 909	5 657 851,65	942 994	366 007,90	7,74	6,46
1949	9 974 279	5 460 133,32	593 416	272 694,68	5,94	4,99
1950	14 690 098	6 093 429,60	671 070	270 842,00	4,56	4,44
1951	15 826 000	7 360 575,00	716 200	352 200,00	4,52	4,41
1952	15 090 500	10 040 849,00	650 400	409 563,00	4,30	4,07
1953	15 105 460	1 523 122 500,00	785 800	84 879 800,00	5,20	5,57
1954	18 726 700	15 973 169,00	844 600	826 600,00	4,51	5,17
1955	16 205 800	205 764 550,00	818 500	1 135 760,00	5,05	5,51
1956	21 695 070	28 076 707,20	8 260 570	1 486 176,00	38,07	5,29
1957	19 887 410	27 231 801,40	845 460	1 395 300,00	4,25	5,12
1958
1959	20 346 320	52 891 313,00	853 420	2 357 652,00	4,19	4,45
1960	21 609 310	62 117 884,40	911 600	2 427 480,00	4,21	3,90
1961	22 332 630	87 758 758,00	1 230 000	4 978 500,00	5,50	5,67
1962	24 630 920	177 666 595,00	1 164 200	10 239 580,00	4,72	5,76
1963	22 049 130	231 526 476,00	1 172 000	10 924 210,00	5,31	4,71
1964	29 421 380	497 762 728,40	1 066 700	20 686 500,00	3,62	4,15
1965	36 375 720	847 211,54	1 310 000	37 859,50	3,60	4,46
1966	33 644 580	1 061 161,81	10 985	39 463,88	3,26	3,71
1967	37 149 770	159 090 562,60	1 124 100	5 490 600,00	3,02	3,45

* O valor utilizado é o cruzeiros antigo em vigor a partir de 1964.

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 34

CULTURA TEMPORÁRIA - TRIGO - MUNICÍPIO DE:
IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1944/1967

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1944	12 848 440	141 567	1 246 780	14 118	9,70	9,97
1945	9 666 830	134 035	1 270 900	18 101	13,14	13,50
1946	8 176 290	208 336	1 670 600	45 183	20,43	21,68
1947	22 541 170	673 602	6 324 250	163 070	28,05	24,20
1948	32 703 340	832 852	6 852 600	177 990	20,95	21,37
1949	48 975 920	1 088 147	11 042 500	246 514	22,54	22,65
1950	46 896 870	1 159 646	10 708 360	239 600	22,83	20,66
1951	38 102 200	1 024 925	6 515 900	165 298	17,10	16,12
1952	51 311 750	1 439 186	11 610 000	337 470	22,62	23,44
1953	50 416 240	1 634 768	11 819 500	164 389	23,44	10,05
1954	57 905 900	2 174 771	14 399 000	606 490	24,86	0,27
1955	54 686 500	2 925 699	15 876 000	924 020	29,03	31,58
1956	78 731 130	4 920 905	14 533 000	893 330	18,45	18,15
1957	67 016 840	4 062 784	9 360 096	577 478	13,96	14,21
1958
1959	76 622 990	8 077 614	14 311 800	1 575 570	18,67	19,50
1960	67 310 370	11 032 679	13 644 000	2 337 785	20,27	21,18
1961	60 841 590	13 426 283	10 310 000	2 134 500	16,94	15,89
1962	70 933 740	27 877 213	10 354 000	14 738 800	14,59	16,99
1963	95 363 690	36 137 099	21 396 000	3 946 600	22,43	10,92
1964	63 318 110	81 035 767	11 110 000	14 986 000	17,54	18,49
1965	73 126 000	126 350	9 603 500	20 054	13,13	15,88
1966	70 135 360	162 390	7 638 400	18 547	10,89	11,42
1967	75 201 520	20 690 655	4 931 080	1 783 634	6,55	8,62

* O Valor utilizado é o cruzeiro antigo.

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 35

CULTURA TEMPORÁRIA - FEIJÃO - MUNICÍPIOS DE:
IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1944/1967

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1944	285 568	1 209 796	240 820	90 870	8,43	7,51
1945	1 785 679	1 189 357	115 105	67 246	6,44	5,65
1946	2 230 022	1 434 298	114 445	82 844	5,13	5,77
1947	2 108 522	1 788 228	95 210	101 030	4,51	5,6
1948	32 703 340	832 852	6 852 600	177 990	20,95	21,37
1949	3 787 434	3 035 741	204 618	181 784	5,40	5,98
1950	3 964 410	2 910 055	238 385	158 810	6,01	5,45
1951	4 175 960	3 813 102	200 570	120 101	4,90	3,14
1952	3 883 760	4 729 156	124 400	172 290	3,20	3,64
1953	4 921 610	10 304 138	166 300	273 744	3,37	2,65
1954	5 616 070	9 951 373	162 600	233 070	2,89	2,54
1955	4 571 050	34 434 287	195 100	363 330	4,26	1,05
1956	3 784 170	16 692 431	170 260	709 186	4,49	4,24
1957	3 972 420	18 194 222	86 890	645 624	2,18	3,54
1958
1959	5 116 610	39 771 436	178 000	948 720	3,47	2,38
1960	4 979 670	74 325 802	176 910	2 267 620	3,55	3,05
1961	5 379 810	59 912 237	181 440	1 095 060	3,37	1,82
1962	5 655 020	169 215 444	246 410	3 844 970	4,35	2,27
1963	7 877 660	321 318 670	205 800	5 935 800	2,61	1,84
1964	8 988 560	402 130 746	230 000	7 472 100	2,55	1,85
1965	9 909 730	565 931	274 450	12 702	2,76	2,24
1966	8 656 680	798 922	228 800	21 502	2,64	2,69
1967	9 309 260	121 568 113	240 460	3 279 630	2,58	2,69

* O valor utilizado é o cruzeiros antigo em vigor a partir de 1964.

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 36

CULTURA TEMPORÁRIA - CENTEIO - MUNICÍPIO DE:

IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1944/1967.

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1944	6 548 090	60 370	976 800	8 598	1,49	14,24
1945	6 072 750	66 141	900 608	10 852	14,83	16,40
1946	4 429 920	91 154	739 700	13 357	16,19	14,54
1947	5 297 110	131 846	1 108 300	29 250	20,92	22,18
1948	7 928 610	156 877	1 451 980	27 259	18,31	17,37
1949	13 315 120	216 396	3 947 180	57 168	29,64	26,41
1950	12 019 414	195 727	2 644 450	32 580	22,00	16,64
1951	11 102 540	230 894	1 844 000	38 921	16,96	16,85
1952	10 564 400	250 300	2 010 000	48 999	19,02	19,57
1953	11 516 360	308 672	1 330 400	27 023	11,55	5,57
1954	11 826 630	419 917	1 636 320	50 643	13,83	12,06
1955	12 160 600	511 339	1 715 400	79 886	14,10	15,62
1956	12 446 130	588 219	1 759 000	93 000	14,13	15,81
1957	11 632 010	531 583	1 652 000	78 492	14,08	13,73
1958
1959	11 818 760	1 124 468	1 633 750	131 004	13,82	11,64
1960	11 829 800	1 482 688	1 703 100	244 978	14,39	16,52
1961	11 559 820	2 249 194	1 287 000	265 200	11,43	11,79
1962	12 675 230	4 206 010	970 000	257 700	7,65	6,12
1963	9 830 220	5 509 077	1 056 280	501 124	10,74	9,09
1964	9 929 700	9 917 643	583 800	977 000	5,87	9,85
1965	10 205 250	15 174	1 152 500	2 138	11,29	13,63
1966	10 552 450	24 321	1 145 000	2 731	10,85	11,23
1967	10 925 200	2 883 629	1 239 000	290 050	11,34	10,05

* O valor utilizado é o cruzeiros antigo em vigor a partir de 1964.

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 37

CULTURA TEMPORÁRIA - CEVADA - MUNICÍPIOS DE:

IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1944/1952

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1944	473 200	4 929	88 450	703	18,69	14,26
1945	322 040	3 813	115 600	1 100	35,89	28,85
1946	205 700	2 779	81 442	2 319	39,52	83,45
1947	282 800	5 483	97 600	1 636	34,51	29,85
1948	92 400	2 141	22 500	675	24,35	31,52
1949	117 360	2 718	15 000	450	12,78	16,55
1950	89 600	1 978
1951	122 300	3 136
1952	428 550	10 767

* O valor utilizado é o cruzeiros antigo em vigor a partir de 1964.

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 38

CULTURA PERMANENTE-LARANJA. MUNICÍPIO DE:
IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1944/1967

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1944	1 315 585	55 485	122 535	4 207	9,31	7,58
1945	1 549 471	88 133	94 490	2 118	6,09	2,40
1946	1 642 825	115 237	128 602	3 358	7,82	2,91
1947	2 513 556	177 434	206 430	9 693	8,21	5,46
1948	2 954 864	213 109	192 730	6 573	6,52	3,08
1949	3 108 539	223 093	147 220	7 080	4,73	3,17
1950	2 793 760	234 849	223 860	12 710	8,01	5,41
1951	2 780 740	262 174	223 780	20 626	8,40	7,86
1952	2 907 010	348 294	251 800	18 186	8,66	5,22
1953	3 724 800	450 652	234 250	18 363	6,28	4,07
1954	4 070 750	600 916	96 380	10 388	2,36	1,72
1955	3 217 100	761 100	274 100	23 261	8,52	3,05
1956	3 114 002	858 208	26 902	7 040	8,63	8,20
1957	4 188 035	1 339 673	154 010	30 736	3,67	2,29
1958
1959	4 678 336	2 020 813	907 440	52 634	4,43	2,60
1960	4 728 741	2 447 284	211 795	50 555	4,47	2,06
1961	5 085 706	3 141 863	185 200	57 740	3,64	1,83
1962	5 608 668	4 660 341	179 500	75 950	3,20	1,62
1963	5 815 997	8 129 129	117 669	92 509	2,02	1,13
1964	4 873 604	15 996 735	80 745	94 619	1,65	0,59
1965	6 070 181	33 630	124 720	538	2,05	1,60
1966	6 559 105	50 165	126 900	695	1,93	1,38
1967	6 137 277	6 252 105	152 000	112 000	2,47	1,79

* O valor utilizado é o cruzeiro antigo em vigor a partir de 1964

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 39

CULTURA PERMANENTE - PÉRA - MUNICÍPIOS DE:
IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1952/1967

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1952	611 630	84 580	94 230	3 736	15,40	4,41
1953	597 600	78 045	53 500	4 490	8,95	5,75
1954	704 900	99 733	63 170	6 317	8 96	6,33
1955	485 437	110 801	65 937	7 487	13,58	6,75
1956	700 138	138 437	65 172	11 747	9,59	8,48
1957	581 390	126 656	54 180	40 643	9,31	32,08
1958
1959	942 027	328 140	56 488	15 284	5,99	4,65
1960	918 494	371 318	66 105	12 566	7,19	3,38
1961	901 219	457 225	40 680	13 730	4,51	3,00
1962	1 016 850	937 117	52 100	25 110	5,12	3,40
1963	1 027 456	1 109 757	53 370	40 290	5,19	3,63
1964	1 040 120	1 642 364	54 800	74 800	5,26	4,55
1965	986 063	3 026	57 850	98	5,86	3,26
1966
1967	1 014 338	765 904	51 760	30 112	5,10	3,93

* O valor utilizado é o cruzeiro antigo em vigor a partir de 1964

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 40
CULTURA PERMANENTE - UVA - MUNICIPIOS DE:
IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL - 1944/1967

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1944	6 664 200	84 731	268 000	5 832	4,02	6,88
1945	7 354 490	93 533	497 000	3 570	6,75	3,81
1946	8 264 105	125 434	304 000	4 180	3,67	3,33
1947	8 724 440	170 456	502 000	8 100	5,75	4,75
1948	10 247 860	180 636	584 900	10 524	5,70	5,54
1949	11 878 340	225 300	1 145 000	18 870	9,63	8,37
1950	11 130 040	200 073	484 300	10 361	4,34	5,17
1951	2 711 560	358 198	421 050	10 888	15,52	3,03
1952	13 767 180	546 587	482 580	12 001	3,50	2,19
1953	12 279 600	505 998	505 200	14 658	4,11	2,89
1954	12 658 910	653 673	503 700	17 176	3,97	2,62
1955	13 738 220	658 219	557 300	20 075	4,05	3,04
1956	13 130 870	905 979	568 430	33 343	4,32	3,68
1957	17 198 190	1 025 377	391 100	37 503	4,01	3,65
1958
1959	17 568 550	1 569 941	693 500	62 350	3,92	3,97
1960	20 552 565	2 445 171	650 750	82 095	3,16	3,35
1961	21 047 590	3 021 571	688 800	117 636	3,27	3,89
1962	22 539 680	5 285 442	655 000	157 250	2,90	2,97
1963	22 692 310	9 638 895	679 500	290 950	2,99	3,01
1964	19 905 280	15 823 299	660 500	646 100	3,31	4,08
1965	24 944 130	31 921	661 250	758	2,65	2,37
1966	22 092 400	40 822	653 800	992	2,95	2,43
1967	16 185 200	5 912 691	537 400	172 305	3,32	2,91

* O valor utilizado é o cruzeiro antigo em vigor a partir de 1964.

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

QUADRO Nº 41

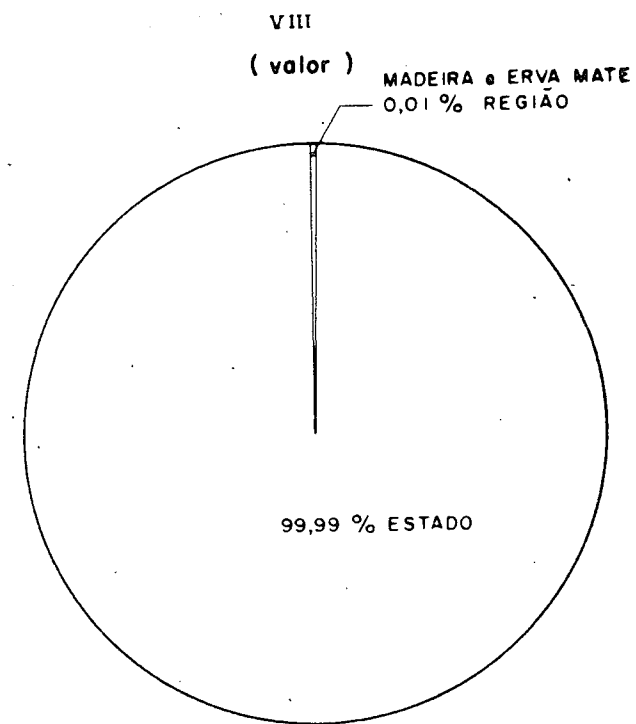
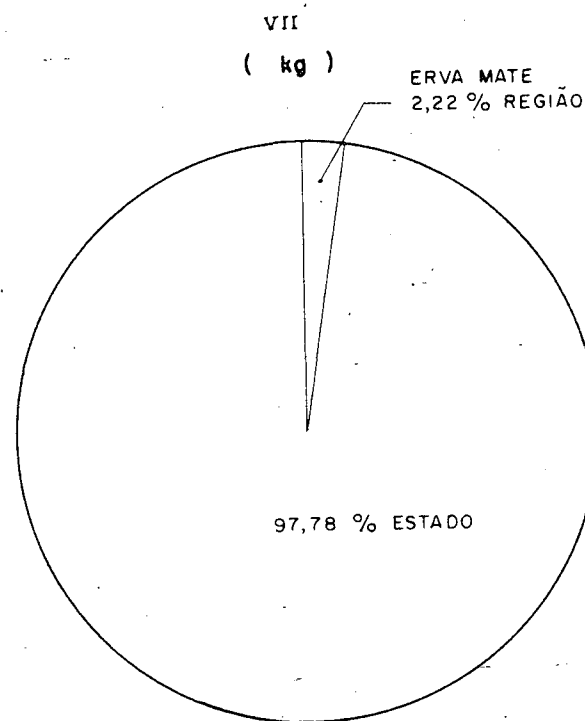
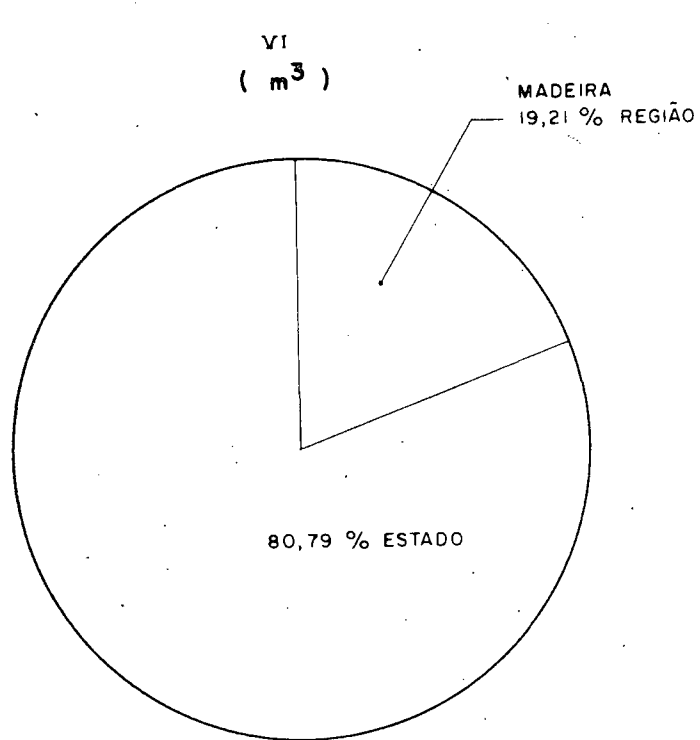
CULTURA PERMANENTE - TANGERINA - REGIÕES DE:
IRATI, IMBITUVA, PRUDENTÓPOLIS, REBOUÇAS E RIO AZUL. - 1952/1967.

ANO	ESTADO		REGIÃO		PERCENTAGEM %	
	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (Cr\$)	QUANTIDADE	VALOR
1952	1 755 640	193 667	72 200	4 224	4,11	2,18
1953	2 805 180	327 704	67 420	6 302	2,40	1,92
1954	2 461 766	450 312	42 745	4 372	1,73	9,70
1955	2 394 147	468 517	42 745	5 165	1,68	1,10
1956	1 353 900	313 279	14 680	3 540	10,84	1,13
1957	1 919 870	509 310	31 655	618 865	1,64	1,25
1958
1959	386 910	69 916	42 804	11 173	11,06	16,21
1960	2 164 334	975 253	42 180	14 580	1,94	1,49
1961	2 334 915	1 255 179	41 910	17 616
1962	2 594 766	2 039 897	49 000	34 600	1,88	1,69
1963	2 782 355	3 683 307	34 120	34 870	1,22	0,24
1964	2 423 186	7 301 936	16 450	32 900	0,67	0,45
1965	5 737 456	18 080	34 430	126	0,60	0,69
1966
1967	16 185 200	5 912 691	537 400	172 305	3,32	2,96

* O valor utilizado é o cruzeiro antigo em vigor a partir de 1964.

FONTE: DELEGACIA ESTATÍSTICA DO PARANÁ.

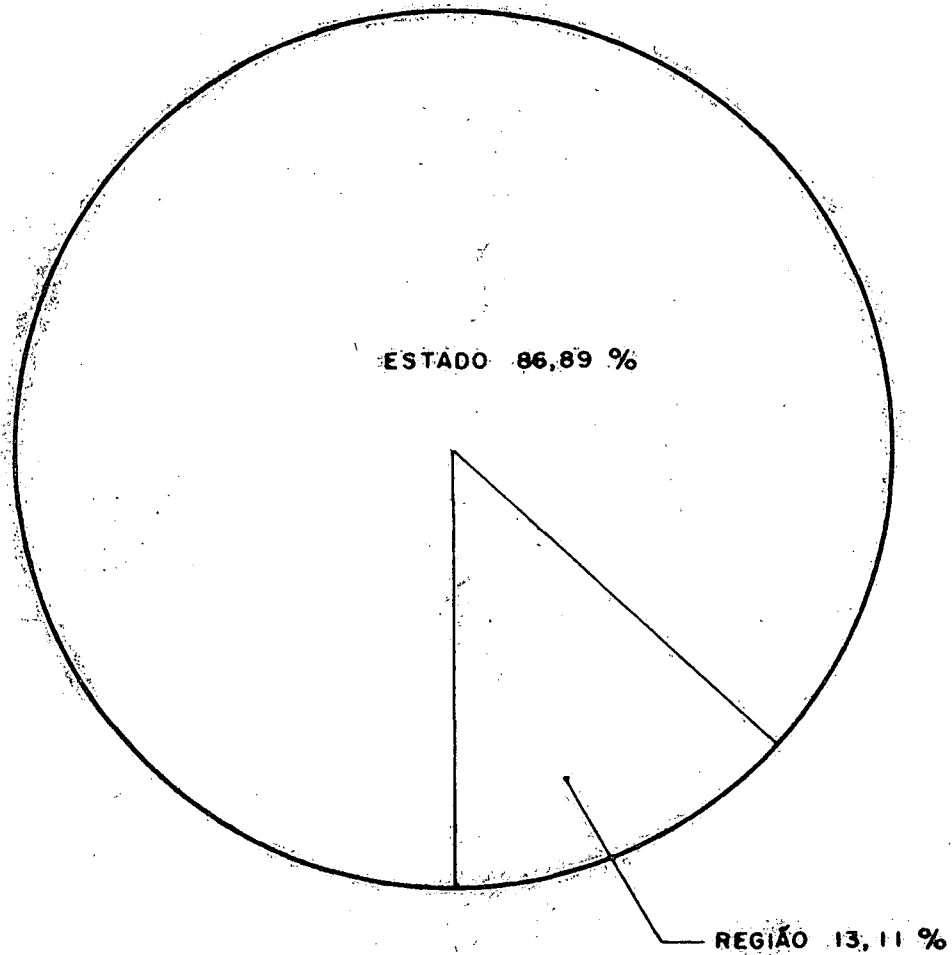
PRODUÇÃO DE MADEIRA E ERVA MATE: NA REGIÃO E NO ESTADO. 1947-1967



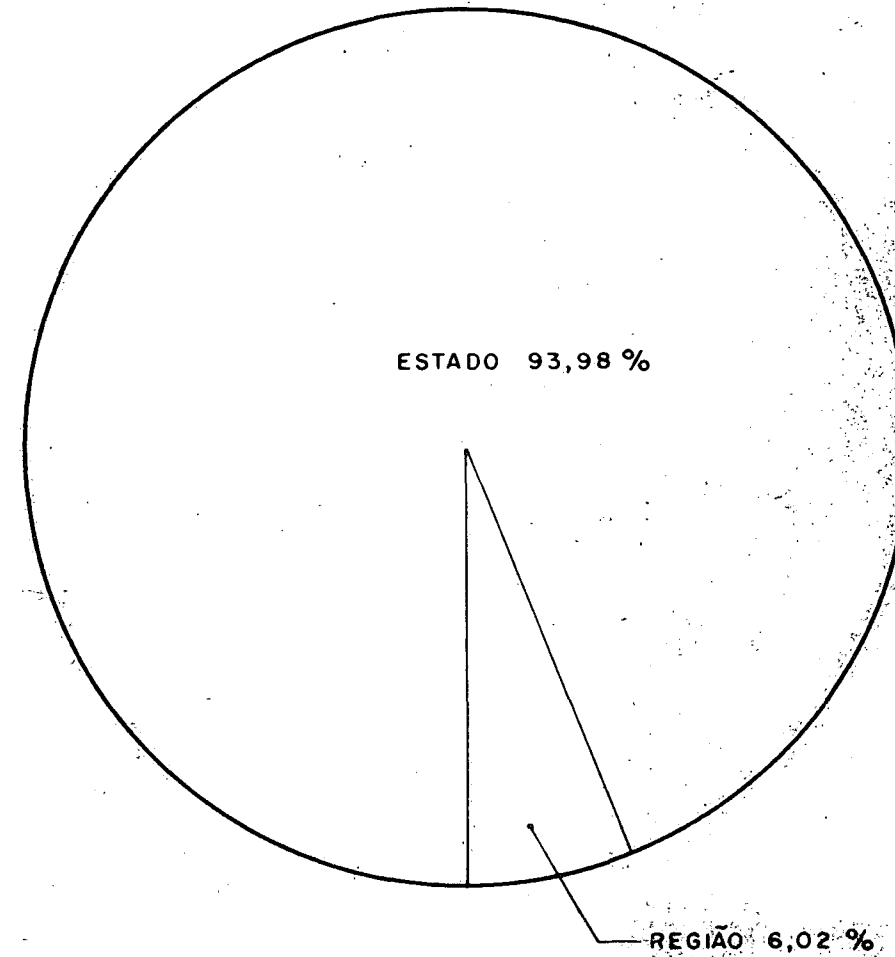
Fonte: Arquivos da Delegacia Estadual de Estatística.

PRODUÇÃO DA ZONA DE IRATI DAS CULTURAS
TEMPORÁRIAS. 1944 - 1967

IX
(em t)



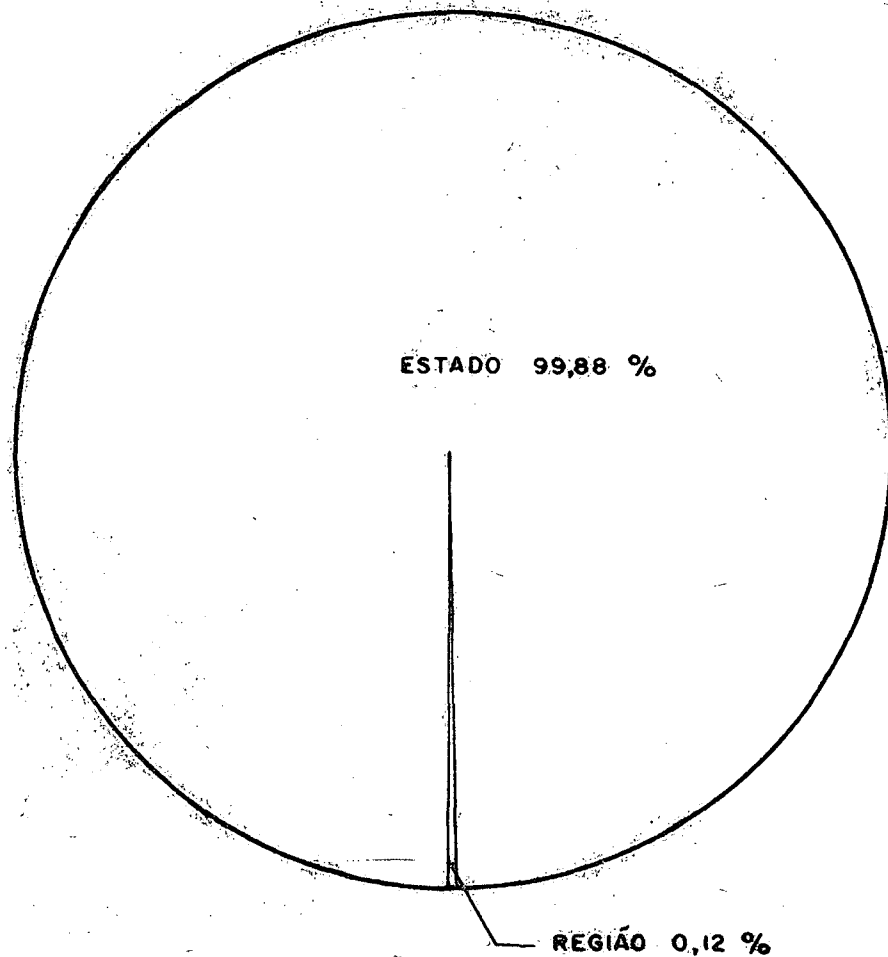
X
(valor)



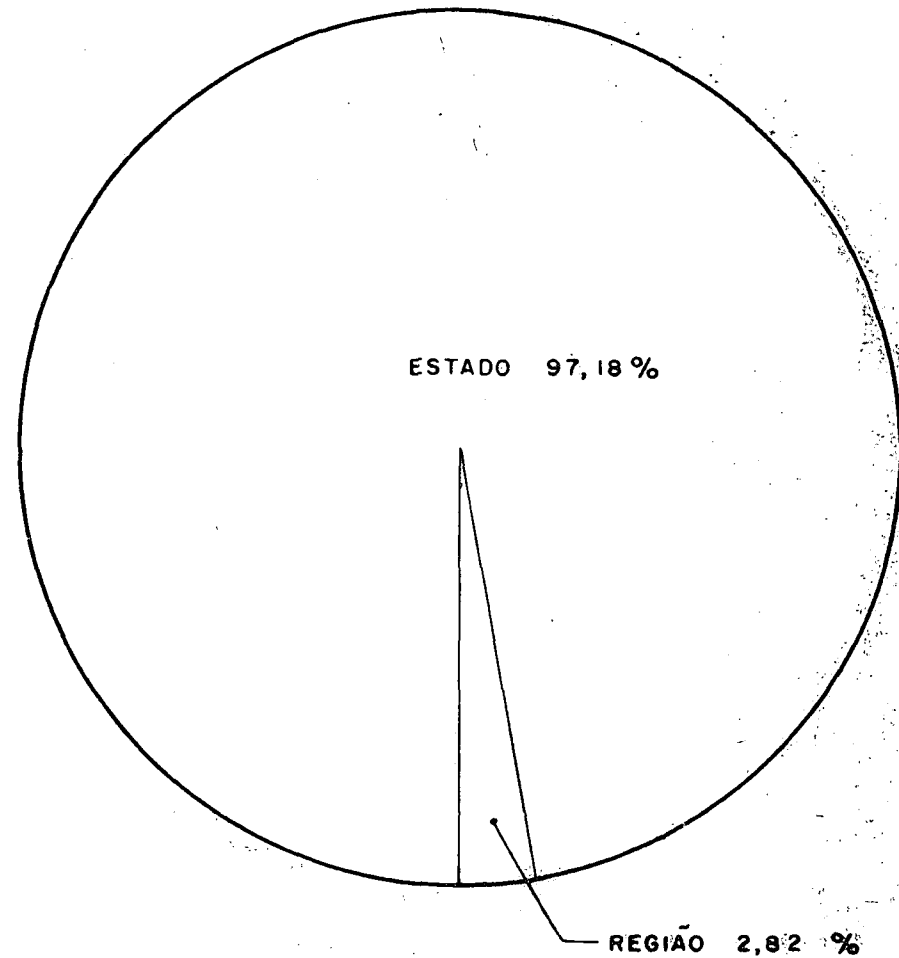
Fonte: Estimativa de produção agrícola. 1944 - 1967
Delegacia Estadual de Estatística.

**PRODUÇÃO DA ZONA DE IRATI DAS CULTURAS
PERMANENTES 1944 - 1967.**

**XI
(em t)**



**XII
(valor)**



**Fonte: Estimativa de produção agrícola 1944 - 1967
Delegacia Estadual de Estatística.**

7.1.2 Levantamento Econômico dos Municípios.

7.1.2.1. Irati

Origens históricas - A fundação de Irati data de 1865 quando várias famílias se estabeleceram em área territorial do Município de Imbituva formando um pequeno povoado que foi denominado Covôzinho ou Covalzinho.

O primeiro projeto de sua localização foi o da Vila de São João conhecida como Irati Velho. Esta gleba de terras foi adquirida em 1899 pelo coronel Francisco de Paula Pires e por Emilio Batista Gomes.

Situada em lugar alto, plano e pitoresco com a aspiração de ser, futuramente servida pelos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Com a fundação da estação ferroviária, o povoado de Covalzinho, transformou-se em pólo de atração de toda a região que passou a chamar-se Irati.

Em 1900, a estação freguesia foi elevada à categoria de Distrito Policial, e em 1902 a de Distrito Judiciário.

Ainda em 1900, foi instalada em Irati, a Agência de Correios e Telégrafos, e no ano seguinte aparecia a primeira escola primária na sede distrital.

Em 1907, pela Lei nº 716 de 2 de abril, Irati foi elevada à categoria de Município com território desmembrado de Imbituva; imigrantes alemães, poloneses e de outras nacionalidades deram o expressivo impulso ao progresso do município que está situado a 812 metros acima do nível do mar, possuindo uma área de 783 Km². 127

População - No Município de Irati, encontra-se a maior concentração populacional da zona.

127 ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. p. 257-258.

Quadro nº 42

Evolução Populacional do Município de Irati

1940 - 1950 - 1960.

ANO	POP. TOTAL	CREC. %	%POP. URBANA	HAB. Km2	%POP. RURAL	ESTRAN.	%
1940	23.074	-	20,6	24	79,4	2.210	9,6
1950	25.491	10,5	27,5	27	72,5	1.600	6,3
1960	30.817	20,8	41,3	33	58,7	-	-

Fonte: Censos Gerais - I.B.G.E. 1940 - 1950 - 1960

Com o êxodo decorrente dos problemas rurais, o município de Irati a partir das datas indicadas, que coincidem com a decadência da exportação da erva mate, começa a tornar-se um núcleo urbano propriamente dito. Semelhante ao aumento de população de 20,8% em dez anos, é também o crescimento da densidade até 33 pessoas por Km2, o que não acontece nas áreas rurais. Nota-se também no quadro, a forte percentagem de estrangeiros, os quais, desde o início da fundação do município, se envolveram no processo econômico da região.

7.1.2.1.1. Atividades Econômicas

a - Estrutura Agrária

No contexto da Região Sul, Irati caracteriza-se em sua estrutura agrária pelos seguintes aspectos: a agricultura ocupa uma grande área do município, isto é, 73,1%. Esta área é ocupada para lavoura. A maioria das propriedades são pequenas e homogêneas, mostrando um índice muito baixo de diferenciação, na comparação ponderada das diversas dimensões das propriedades.

A frequência de minifúndios e médias propriedades ocorre em proporções normais, conforme as características da região.

Por outro lado, as grandes propriedades e os latifúndios são muito pouco representados, constituindo juntos apenas 4% do número total das propriedades, ocupando 26% das terras aproximadamente. Encontrava-se, portanto, apenas uma proprieda

de com um pouco mais de 1.000 hectares, 3m 1960.

Entre 1950-1960 constata-se que o ritmo de crescimento de propriedades é lento; o que mais cresce é o minifúndio, a média propriedade aumenta um pouco e o latifúndio, está em retrocesso.

Estes aspectos são demonstrados no quadro abaixo:

Quadro nº 43

Estudo agrária do Município de Irati

1950 - 1960

Categorias (ha.)	Ano	Nº de Propriedades		Área Ocupada		Área Média (ha.)
		Abs.	%	Abs.	%	
10	1950	371	21,1	2.111	3,2	5,6
	1960	561	26,0	3.582	5,2	6,3
10-100	1950	1.288	73,3	43.142	65,5	33,4
	1960	1.507	69,8	47.616	68,8	51,5
100-1000	1950	97	5,5	18.143	27,6	187,0
	1960	90	4,1	16.418	23,7	182,4
1000-10000	1950	2	0,1	2.468	3,7	1.234,0
	1960	1	0,04	1.621	2,3	1.621,0
	1950	1.758	100,0	65.864	100,0(1)	37,4
	1960	2.159	100,0	69.237	100,0(2)	32,0

Fonte: Censo Agrícola: 1950-1960

Em relação aos principais produtos agrícolas, na faixa de decréscimo da erva mate, o quadro seguinte mostra uma evolução relativa.

Quadro nº 44

Situação das 3 principais culturas agrícolas

Anos	ÁREA CULTIVADA (ha)			QUANTIDADE (t)		
	Batata inglesa	Trigo	Milho	Batata inglesa	Trigo	Milho.
1950	3.200	7.000	5.500	28.800	4.900	11.400
1951	3.200	8.000	5.500	28.800	2.240	11.700
1952	3.500	8.000	5.500	18.900	6.400	11.400
1953	3.500	11.000	5.500	36.000	7.040	13.200
1954	4.500	10.550	6.800	33.000	8.400	14.400
1955	5.000	10.590	7.400	36.000	8.470	13.800

Fonte: I.B.G.E.

Quadro nº 45

Produção da Erva Mate

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr\$)
1947	66	133
1948	250	292
1949	-	-
1950	400	600
1951	450	810
1952	450	885
1953	52	198
1954	32	247
1955	65	230
1956	56	561
1957	66	667
1958	112	1.125
1959	83	835
1960	76	912
1961	68	1.379
1962	90	2.724
1963	207	7.274
1964	220	13.200
1965	260	39.000
1966	285	62.700
1967	260	65.000
Total	2.649	191.498

Fonte: Delegacia de Estatística do Paraná

Apesar de ter sido uma das áreas mais significativas de erva mate, no período levantado, o Município apresenta uma produção fraca, com características estacionárias, em condições piores do que aquelas de outros municípios pesquisados.

b - Setor industrial

A indústria dominante é a de beneficiamento de madeira, havendo ainda duas indústrias químicas, olarias, máquinas agrícolas, vidros e curtume.

O setor absorveu 1.195 pessoas entre 1950-1960, sem alteração significativa no espaço de dez anos, com um pequeno número de operários em 21 indústrias, de pequeno porte.

Quadro nº 46

Principais indústrias do Município de Irati

INDÚSTRIAS	PRODUTOS
Cia. Fósforos Irati	Fósforos
Puquerios e Cia.	Telhas e Tijolos
Boleslau Golfriert	Palhões p/acond. garrafas
Godful & Cia.	Farinha de milho
Augusto V. Der Laars e Filhos	Telhas e Tijolos
Miguel Romanciuk	Móveis de Madeira
G. Varella	Caixas de pinho
Ind. de Deriv. de Mad. Carvorite	Carvão ativo
Ind. de Madeira Menemar	Madeira serrada
Dallegrave Moreira S/A	Madeira Beneficiária
Emílio B. Gomes e Filhos S/A	Caixas de madeira
Lamil Laminados e Comp. Ltda.	Laminados e com. de mad.
S/A Moageira e Agrícola	Moinho de cereais
Vva. Stroparo e Cia. Ltda.	Farinha de Milho
Toms e Renato	Máquinas agrícolas
Olaria Sta. Teresinha Ltda.	Telhas e tijolos
Cristaleira de Irati Ltda.	Vidros em geral
Augusto Anciutti Sobrinho	Telhas e tijolos de bar
J. Waslewski & Cia. Ltda	Panificadora
Henrique Meyer	Curtume
Imobiliária Irati Ltda	Telhas e tijolos

Fonte: I.B.G.E.

7.1.2.2. Imbituva

Origens históricas - Dentre as diversas expedições enviadas aos Campos Gerais, com o objetivo de promover o seu povoamento, cumpre citar a que foi comandada por Diogo Pinto Portugal em 1809. Rasgando algumas léguas de sertão, rumou ao ocidente e devassou o território que hoje constitui o município de Imbituva.

Seu povoamento foi iniciado em 1871 às margens do caminho de Viamão, e era denominada Arraial do Cupim.

Em 1881, em 25 de março, de acordo com a Lei nº 651 a povoação foi elevada à categoria de Vila, e recebeu o nome de Santo Antonio de Imbituva, mais tarde simplificado para Imbituva.

Em abril de 1910, conforme a Lei nº 938, foi elevada à Comarca de Segunda Entrância.

O seu território pertencia ao município de Ponta Grossa, abrangendo inicialmente a área que hoje forma os municípios de Irati e Prudentópolis.

Está situado a 968 metros acima do nível do mar, cobrindo uma área de 1017 Km².¹²⁸

População:

Quadro nº 47

Evolução Populacional do Município de Imbituva; 1940-60

ANO	POP. TOTAL	CRESC. %	% POP. URB.	HAB. Km2	% POP. RURAL	ESTR.	%
1940	17.358	-	9,6	16,0	93,4	39,4	2,3
1950	17.510	1	11,7	16,2	88,3	17,7	1,1
1960	18.742	7	17,9	17,3	82,1	-	-
1962	19.500	4	18,0	18,0	82,0	-	-

Fonte: IBGE - Censo Geral

¹²⁸ Ibid., p. 252-253

Sem escapar da norma geral, o núcleo urbano cresce em detrimento da área rural. Entretanto, o aumento populacional não é muito forte, denotando crescimento lento. Contingentes estrangeiros estabeleceram-se no município desde as últimas décadas do século XIX, predominando os alemães e italianos.

7.1.2.2.1. Atividades econômicas:

Estrutura Agrária:

No município de Imbituva a agricultura ocupa, relativamente, a maior área, 85% do total. Quanto ao grau de aproveitamento desta área ocupada para a lavoura, é regular, como em todas as partes da região.

Prevalece a média propriedade; o latifúndio, isto é, propriedade com mais de 1.000 hectares, aparece em número pequeno. A ocorrência das propriedades com mais de 100 hectares já é mais frequente; quanto à ocupação dessas áreas é proporcionalmente menor que a situação geral da região em estudo.

Acelerou-se o crescimento de propriedades destinadas a lavoura entre 1950 e 1960, triplicando o seu número. Os minifúndios multiplicaram-se quase vinte vezes, ao passo que as médias propriedades aumentaram dentro de características normais. As grandes propriedades entraram proporcionalmente em retrocesso e os latifúndios se conservaram ao mesmo número, mas expandiram suas propriedades.

Os dados mais detalhados são apresentados no quadro seguinte.

Quadro nº 48

Estrutura Agrária do Município de Imituva

1950 - 1960

Categorias (ha)	Ano	Nº de Propriedades		Área ocupada		Área Méd. (ha)
		Abs.	%	Abs.	%	
10	'50	15	2,9	129	0,2	8,6
	'60	291	19,1	1.794	2,0	6,1
10-100	'50	351	68,2	15.612	27,2	44,4
	'60	1.031	67,8	37.681	41,3	36,5
100-1000	'50	145	28,1	31.431	54,7	216,7
	'60	194	12,8	40.379	44,3	208,1
1000-10000	'50	4	0,8	10.285	17,9	2.571,2
	'60	4	0,3	11.301	12,4	2.825,2
Totais	'50	515	100,0	57.457	100,0(1)	111,5
	'60	1.520	100,0	91.155	100,0(2)	59,9

Fonte: Censo Agrícola - 1950 - 1960

Reside na agricultura a atividade fundamental de economia do Município, secundada pela indústria extrativa e a pecuária. Segundo as informações do IBGE, as pessoas ocupadas na agricultura dobraram em dez anos, havendo inclusive uma certa evolução técnica pela introdução de alguns (7) tratores, os quais, antes de 1950, não eram utilizados no município.

Quadro nº 49

Produção da Erva Mate.

<u>ANO</u>	<u>QUANTIDADE (t)</u>	<u>VALOR (Cr\$)</u>
1947	1.585	1.934
1948	890	1.167
1949	-	-
1950	1.781	1.781
1951	2.350	2.358
1952	1.728	2.303
1953	1.917	3.834
1954	2.913	10.197
1955	3.500	14.000
1956	3.500	17.500
1957	3.200	18.000
1958	4.000	24.000
1959	4.000	40.000
1960	2.500	25.000
1961	2.700	68.580
1962	2.900	46.400
1963	2.300	73.600
1964	5.000	150.000
1965	2.330	151.450
1966	2.500	415.000
1967	2.100	315.000
TOTAL	53.694	1.380.104

Fonte: Delegacia Estatística do Paraná

A produção ervateira também neste quadro apresenta característica estacionária. O aumento relativo aos valores da produção não significa a valorização do produto em si, mas a inflação, a política cambial do governo jânio Quadros a partir de 1961, e oscilações de preços do mercado externo.

Setor industrial

As fábricas são pequenas, absorvendo em média 4 pessoas, acentuando um caráter nitidamente familiar. A indústria situa-se preferencialmente no ramo extrativo da erva mate, mineral, e a de produtos alimentares.

7.1.2.3. Prudentópolis

Origens históricas - A fundação de Prudentópolis acha-se

ligada à instalação da linha telegráfica pelo governo do Estado do Paraná, a fim de que este obtivesse comunicação com Guarapuava.

Em 1822, foi construída a primeira capela por Firmino Mendes de Queiroz.

Com a passagem da estrada que liga Guarapuava à Curitiba, iniciou-se o povoamento da localidade que passou a ser chamada de Vilinha, e a 26 de janeiro de 1886, de acordo com a Lei nº 25, foi elevada à categoria de Distrito com o nome de São João de Capanema. Ali se estabeleceram famílias de diversas procedências, acrescidas em 1895 do contingente de imigrantes, poloneses. A partir desse episódio a região passou a chamar-se Prudentópolis. Em 1906, pela Lei nº 615, foi elevado à categoria de Município, sendo desmembrado de Guarapuava. Em 14 de março de 1929, pela Lei nº 2.614, foi criada a Comarca de Prudentópolis. A área total é de 2.402 Km², sua altitude é de 730 m.¹²⁹

População:

Quadro nº 50

Evolução populacional do Município de Prudentópolis

1940 - 1950 - 1960

ANO	POP. TOTAL	CRESC. %	% POP. URB.	HAB. p/Km2	% POP. RURAL	ESTRAN.	%
1940	24.836	-	8	9,1	92	2.575	10,4
1950	27.958	12,5	10	10,8	90	1.768	6,3
1960	30.182	8,0	15	11,2	85	-	-

Fonte: I.B.G.E. - Censos: 1940 - 1950 - 1960

A evolução populacional é lenta embora haja um contingente imigratório expressivo. Entre 1950-1960 o crescimento foi menor que entre 1940-1950, verificando-se o contrário na população urbana.

¹²⁹ Ibid., p. 415-416.

7.1.2.3.1. Atividade econômicas

a - Estrutura agrária:

A agricultura ocupa, no município, uma área regular de 64%, índice pouco menor que o geral da região, como também o grau de aproveitamento para a lavoura, não é muito significativo. Quanto às propriedades, são relativamente pequenas.

Os minifúndios são encontrados em proporção regular, pouco inferior ao que normalmente ocorre na região; as médias propriedades aparecem em grande frequência, enquanto que as propriedades com mais de 100 hectares, como as de grande extensão, isto é, além de 1000 hectares, ocupam numericamente pequenas proporções, e em seu conjunto, englobam relativamente uma área muito pequena.

As propriedades destinadas à lavoura, entre 1950-1960, apresentam um crescimento regular, os minifúndios crescem expressivamente. Este aumento de propriedades, poderia ser mais acelerado, mas o município perdeu uma parte do distrito de Jaciaba para Guarapuava, justamente a região que apresentava maior índice de crescimento em relação do aumento numérico de propriedades.

Quadro nº 51

Estrutura Agrária do Município de Prudentópolis 1950 - 1960.

Categorias (ha)	Ano	Nº de Propriedades		Área Ocupada		Área Méd. (ha.)
		Abs.	%	Abs.	%	
10	'50	148	6,0	793	0,5	5,3
	'60	886	21,5	5.205	3,1	5,8
10-100	'50	1.980	80,7	82.115	52,2	41,4
	'60	2.930	71,1	105.243	63,1	35,9
100-1000	'50	315	12,9	57.575	36,6	182,7
	'60	302	7,3	50.770	30,5	168,1
1000-10000	'50	10	0,4	16.730	10,7	1.673,0
	'60	4	0,1	5.450	3,3	1.362,5
Totais	'50	2.453	100,0	157.213	100,0(1)	64,0
	'60	4.122	100,0	166.668	100,0(2)	40,4

Fonte: Censo Agrícola 1950 - 1960

A agricultura, pecuária e silvicultura são considerados os ramos mais importantes da atividade econômica da região. São partes integrantes desta economia, a produção da madeira e a extração da erva mate. O principal rebanho é de suínos, além do setor avícola.

Quadro nº 52
Produção de Erva Mate

<u>ANO</u>	<u>QUANTIDADE (t)</u>	<u>VALOR (Cr\$)</u>
1947	2.440	2.939
1948	2.000	2.180
1949	-	-
1950	1.023	1.053
1951	1.800	2.448
1952	2.000	2.600
1953	1.400	2.520
1954	2.100	5.400
1955	2.300	9.430
1956	2.400	14.400
1957	2.800	22.400
1958	3.500	28.000
1959	3.300	30.800
1960	3.550	35.500
1961	2.800	56.000
1962	3.500	87.500
1963	3.200	102.400
1964	3.400	225.000
1965	3.450	552.000
1966	3.200	531.200
1967	3.000	480.000
TOTAL	53.163	2.193.770

Fonte: Delegacia Estatística do Paraná.

A produção ervateira apresenta, sem fugir à regra, os mesmos aspectos estacionários, apesar de se constituir em um dos elementos básicos da economia do Município em questão.

b - Setor Industrial

Dos estabelecimentos existentes apenas 8 são de certa importância, ressaltando ainda que estão em mão de imigrantes, e suas atividades são ligadas à madeira.

Quadro nº 53
Estabelecimentos industriais importantes do Município
de Prudentópolis

Nº	DENOMINAÇÃO	FIRMA	ATIVIDADES
1	Laminação Paraná	Newton Agibert	Lâminas de Pinho
2		Kurt Achlumberger	Madeira Serrada
3	Serraria São João	Irmãos Dihel	" "
4		Irmãos Nilanski	" "
5	Santo Antônio	Santo Aleixo	" "
6	Laminação Esperança	Geórgio Wowk	Lâminas de Pinho
7	São Bento	Domingos Luiz	Telhas e Tijolos
8		Irmãos Agibert	Pasta Mecânica

Fonte: I.B.G.E.

7.1.2.4. Teixeira Soares

Origens históricas - As primeiras penetrações no território foram feitas, a partir da segunda metade do século passado, por tropeiros que cruzavam a região, através de picadas, com destino a Ponta Grossa, procedentes do Sul do Estado.

Em 1890 surgiu, portanto, uma nova localidade com o nome de Boa Vista. Quando em 1900 foi inaugurada a Estação Ferroviária, passou a chamar-se Teixeira Soares.

Foi elevada a categoria de Município em 1917 pela Lei nº 1696. Sua altitude é de 920 metros e absorve uma área de 1240 Km².¹³⁰

População:

Embora este Município não tenha sofrido desmembramento, o número de habitantes diminuiu a partir de 1950, por falta de condições de vida.

¹³⁰ Ibid., p. 496-497.

Quadro nº 54
Evolução Populacional do Município de Teixeira Soares
1940 - 1960.

ANO	POP.TOTAL	CRESC. %	% POP. URBANA	% POP. RURAL	HAB.P/km ²	ESTR.	%
1940	8.219	-	8,7	91,3	10,6	386	2,7
1950	14.055	69,0	7,0	93,0	10,3	186	1,3
1960	11.624	17,0	7,9	82,1	8,5	-	
1962	11.000	5,2	-	-	8,0	-	

Fonte: I.B.G.E.

Neste quadro aparece o estranho fenômeno de diminuição da população com um grau bastante forte. Na década de 1940-1950 houve um crescimento rápido devido à exploração da madeira, e esta atividade também se processou rapidamente, conforme as características quase nômades desse tipo de extração. Este problema acontece em quase todas as regiões produtoras de madeira, provocando a devastação de áreas imensas. Quando terminou a euforia da madeira em Teixeira Soares, só permaneceram os caboclos na zona rural, em situação de penúria.

7.1.2.4.1. Atividades econômicas

Estrutura agrária:

A agricultura cobre uma área de aproximadamente 56%, e seu aproveitamento é deficiente.

Quanto ao regime de propriedades, os minifúndios aumentaram relativamente, a média propriedade atinge 59%, e as propriedades entre 100 - 1000 hectares diminuíram no período de 10 anos de 22,4 para 10,3. As propriedades com mais de 1000 hectares que eram em número de 14 em 1950, diminuíram para 10 em 1960. Verifica-se, portanto, que o minifúndio se multiplicou quase dez vezes, a média propriedade aumentou em número, mas proporcionalmente perde em importância, por falta de condições lucrativas, e as grandes propriedades entram em retrocesso.

Quadro nº 55
Estrutura Agrária do Município de Teixeira Soares.
1950 - 1960

Categorias. (ha.)	Ano	Nº de Propriedades		Área Ocupada		Área Méd. (ha.)
		Abs.	%	Abs.	%	
10	'50	28	5,0	197	0,2	6,0
	'60	275	29,5	1.671	2,2	6,0
10-100	'50	387	69,9	16.511	16,9	42,6
	'60	551	59,0	20.826	27,5	37,7
100-1000	'50	124	22,4	29.085	29,8	234,5
	'60	96	10,3	25.027	33,0	260,6
1000-10000	'50	14	2,5	39.295	40,3	2.806,7
	'60	10	1,1	28.261	37,3	2.826,1
Totais	'50	554	100,0	85.088	100,0(1)	176,0
	'60	932	100,0	75.785	100,0(2)	81,2

Fonte: Censo Agrícola 1950-1960

Apoiando-se na agricultura e na pecuária a região apresenta dados negativos com a diminuição do número de pessoas ocupadas na lavoura. O beneficiamento da madeira passou a absorver apenas 171 pessoas.

Quadro nº 56
Produção de Erva Mate.

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr\$)
1947	1527	1.909
1948	1650	1.920
1949	-	-
1950	2000	2.000
1951	2000	2.000
1952	1500	2.250
1953	1000	2.000
1954	1000	3.500
1955	1500	6.000
1956	1800	8.640
1957	664	4.652
1958	700	5.600
1959	950	7.600
1960	1000	10.000
1961	900	13.500
1962	2000	40.000
1963	1700	56.180
1964	1750	84.000
1965	734	45.537
1966	750	135.000
1967	672	134.528
Total	25797	566.816

Fonte: Delegacia Estatística do Paraná.

A produção ervateira revela-se fraca com fases instáveis, diminuindo nos anos de 1957-58-59, com uma pequena reação entre 1960-61-62-63-64, torna a baixar nos últimos anos do presente levantamento.

7.1.2.5. Rebouças

Origens históricas - Pertencente ao território de São João do Triunfo, surgiu em 1902, uma localidade denominada Rio Azul, que daria origem ao Município de Rebouças.

Em 1904, passou a chamar-se Antonio Rebouças, e foi elevado à categoria de Município pela Lei nº 2758, de 31 de março de 1930, sendo, portanto, desmembrado de São João de Triunfo. Pelo decreto nº 5907, de 1º de dezembro de 1937, foi elevado à Comarca, e posteriormente, seu nome foi simplificado para Rebouças.

Situado a 778 metros acima do nível do mar, sua área é pequena, abrangendo 425 Km².¹³¹

População:

Quadro nº 57

Evolução Populacional do Município de Rebouças - 1940 - 1960

ANO	POP.TOT.	CRESC. %	%POP. URBANA	HAB./Km ²	%POP. RURAL	ESTR.	%
1940	9.793	-	10,5	18,8	81,5	369	3,7
1950	10.708	9,4	19,0	20,5	81,0	284	2,6
1960	9.885	-7,9	23,0	18,9	76,7	-	-
1964	8.585	-3,0	-	-	-	-	-

Fonte: I.B.G.E.

Este é mais um Município com decréscimo de população, desde 1950, não tão acentuado como em Teixeira Soares, mas ainda assim notável. A densidade populacional é grande por causa da pequena superfície e da existência de um núcleo urbano. Isto não significa que haja na cidade alguma dinamização industrial ou comercial expressiva, porque a principal atividade econômica continua sendo a agricultura.

A indústria e o comércio são setores precários, com poucas oportunidades de emprego. Entretanto, oferecem condições

¹³¹ Ibid. p. 430.

mais razoáveis que Teixeira Soares. Tanto as indústrias como as serrarias são pequenas, colaborando para a situação econômica deficiente da região, o que provocou o fenômeno da diminuição da população.

7.1.2.5.1. Atividade Econômica

Estrutura Agrária:

A área ocupada no Município é de 68%, e é aproveitada inteiramente para a lavoura, mas toda a sua produção é enviada para Irati que é seu pólo econômico.

Em relação ao tamanho das propriedades, esta região apresenta o maior índice de minifúndios. É o único município onde os minifúndios constituem mais da metade do número total de propriedades e, portanto, superam o número de médias propriedades.

Quanto a estas últimas, são relativamente muito pequenas apresentando a menor área média da região Sul. No que se refere às propriedades com mais de 1000 hectares, verifica-se que não são mais encontradas em 1960, perdendo sua importância sobretudo a partir de 1950, tanto em número como em proporções.

Quadro nº 58

Estrutura Agrária do Município de Rebouças 1950 - 1960.

Categorias (ha.)	Ano	Nº de Propriedades		Área Ocupada		Área Méd. (ha.)
		Abs.	%	Abs.	%	
10	'50	267	32,3	1.531	4,0	5,7
	'60	762	52,7	3.518	10,0	4,6
10-100	'50	488	58,9	16.130	42,0	33,0
	'60	629	43,5	20.950	59,4	33,3
100-1000	'50	69	8,3	12.994	33,9	188,3
	'60	54	3,7	10.806	30,6	200,1
1000-10000	'50	4	0,5	7.724	20,1	1.931,0
Totais	'50	828	100,0	38.879	100,0(1)	46,4
	'60	1445	100,0	35.274	100,0(2)	24,3

Fonte: Censo Agrícola: 1950 - 1960

O setor básico da economia é a produção agrícola, aproveitando ainda os últimos resquícios da madeira e da erva mate. Sua produção mais importante é de batata inglesa, cebola, fei-

jão, mandioca, milho e centeio.

Quadro nº 59
Produção da Erva Mate

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr\$)
1947	1.182	1.536
1948	1.250	1.450
1949	-	-
1950	-	-
1951	950	978
1952	-	-
1953	850	1.445
1954	450	1.350
1955	980	3.724
1956	850	4.250
1957	1.100	7.700
1958	1.300	11.700
1959	1.200	10.440
1960	1.100	9.900
1961	1.200	16.200
1962	7	225
1963	920	32.200
1964	796	54.464
1965	34	7.965
1966	236	71
1967	227	68.246
TOTAL	14.632	233.844

Fonte: Delegacia Estatística do Paraná

O nível de produção é um dos mais baixos da zona de Irati.

A inexistência de dados nos anos de 1950 a 1952, não significa falta de produção, mas parece que os órgãos especializados em levantamentos estatísticos não conseguiram localizá-los.

De modo geral, apesar da existência de uma cooperativa de mate, o quadro revela as condições medíocres de um produto que outrora foi praticamente o responsável pelo aparecimento do Município.

7.1.2.6. Rio Azul

Origens históricas - O trabalho de penetração e desbra-

vamento do sertão de Rio Azul começou a ser feito em 1885, quando os desejos de expansão e conquista do solo se tornaram mais efetivos e constantes. Em 1902, a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande trouxe apreciável soma de benefícios e melhoramentos à povoação: a agricultura recebeu grande incremento; a indústria extrativa de madeira e erva mate progrediram de maneira acentuada e uma leva extraordinária de pessoas das mais diferentes origens e diversidade profissional aportou em Rio Azul, estabelecendo-se com indústria e comércio e ampliando as atividades agrícolas e pastoris da região. Em 1918, foi a povoação, essencialmente formada de colonos europeus, como poloneses e ucranianos, elevada a Município pela Lei 1759, de 26 de março. Alguns anos mais tarde foi cassada a sua autonomia, voltando a ser simples Distrito Administrativo, fazendo parte do território de Mallet.

Em 1932, pela Lei nº 2231, de 15 de setembro, voltou a ser elevado à categoria de Município.

A área total do Município é de 714 Km² e está situada a 856 metros acima do nível do mar.¹³²

População:

Quadro nº 60

Evolução Populacional do Município de Rio Azul 1940/1960

ANO	POP. TOTAL	CRESC. %	% POP. URBANA	HAB. P/Km ²	% POP. RURAL	ESTR.	%
1940	9.776	-	12,0	15.5	88,0	525	5,4
1950	10.573	7,0	14,0	16.7	86,0	356	3,4
1960	10.059	-4,0	16,3	16.0	83,7	-	-

Fonte: I.B.G.E.

A partir de 1950, não houve aumento de população, tendo mesmo diminuído. O Município, apesar de pequeno, oferece possibilidades econômicas, que não foram devidamente exploradas.

A população ativa situa-se quase totalmente na agricultura e atividades domésticas, em virtude da ausência de indús-

¹³² Ibid., p. 433.

trias. Este panorama justifica o aspecto de estagnação da população, que ocasiona a defasagem para os centros urbanos mais promissores.

7.1.2.6.1. Atividades Econômicas

Estrutura agrária:

A área municipal é ocupada em 70,1% pela agricultura. O grau de aproveitamento da lavoura é um dos mais altos da região.

As propriedades de tamanho médio apresentam maior incidência, constituindo 70% do número total de propriedades destinadas à lavoura.

O número de minifúndios é crescente conforme as características gerais da zona de Irati, e as grandes propriedades abrangendo apenas 5,5% do número total de estabelecimentos, são pouco representativas.

Não havia nenhuma propriedade com mais de 1000 hectares, em 1960.

Quadro nº 61

Estrutura Agrária do Município de Rio Azul: 1950-1960

Categorias (ha.)	Ano	Nº de Propriedades		Área Ocupada		Área Méd. (ha.)
		Abs.	%	Abs.	%	
10	'50	62	8,3	463	1,1	7,4
	'60	293	24,4	1.758	4,0	6,0
10-100	'50	607	81,5	23.178	57,4	38,1
	'60	842	70,1	29.636	67,8	35,1
100-1000	'50	74	9,9	14.485	35,9	195,7
	'60	66	5,5	12.309	28,2	186,5
1000-10000	'50	2	0,3	2.262	5,6	1.131,0
Totais	'50	745	100,0	40.389	100,0(1)	54,2
	'60	1.201	100,0	43.	100,0(2)	36,3

Fonte: Censo Agrícola 1950 - 1960

A produção agrícola está baseada em cereais e batatas. Existem algumas serrarias que exploram o precário setor madeireiro.

Quadro nº 62
Produção da Erva Mate.

<u>ANO</u>	<u>QUANTIDADE (t)</u>	<u>VALOR (Cr\$)</u>
1947	180	216
1948	103	119
1949	-	-
1950	150	150
1951	650	780
1952	660	792
1953	522	1.104
1954	1.512	5.293
1955	1.200	4.920
1956	1.500	6.750
1957	2.000	16.000
1958	3.000	27.300
1959	2.000	16.000
1960	1.500	13.500
1961	1.600	24.000
1962	1.200	27.600
1963	800	20.800
1964	700	70.000
1965	500	100.000
1966	549	164.729
1967	572	171.804
TOTAL	20.898	671.857

Fonte: Delegacia Estatística do Paraná.

O período entre 1954 e 1962, apresenta uma pequena alta em proporção à fraca produção dos anos anteriores e posteriores. De 1963 a 1967 o decréscimo é bem definido. Por outro lado, neste mesmo período nota-se um certo aumento no valor do produto, como ocorre na produção dos demais municípios, resultante da inflação e das transformações cambiais.

8. O SURTO CAFEEIRO E A TRANSFORMAÇÃO RADICAL DA ECONOMIA PARANAENSE

No mesmo período em que aos poucos se vai delineando a decadência da erva mate, verifica-se a ascensão cafeeira responsável pela mudança do quadro econômico do Estado.

Os aspectos abordados nos relatórios e mensagens do governo Manoel Ribas, denotam a nova disposição da política econômica em derivar para outros setores, cujas ascendências evitariam a queda do nível de renda estadual.

Em fins da década de 1930, a madeira assume a liderança das exportações paranaenses, sendo seguida pelo café, cuja valorização era crescente; e a erva mate perde em definitivo o seu papel preponderante, encerrando praticamente a fase da economia tradicional. Em contrapartida a dinamização decorrente da expansão cafeeira daria uma nova feição ao contexto.

A ocupação das terras roxas do Norte do Paraná teve seu início de forma espontânea e desordenada no século XIX. Apresentava em estrutura, o caráter fundiário das grandes propriedades da cafeicultura paulista.

Inicialmente surgiu o Norte Pioneiro, com os povoados da Colônia Mineira, Tomazina, Santo Antônio da Platina, Wenceslau Braz e outros.

No começo deste século apareceram Jacarézinho, Cambará, Bandeirantes e Cornélio Procopio.

O processo de dinamização da região, atualmente conhecida como Norte Novo, só se fez sentir com a vinda de empresários ingleses que por intermédio da Companhia de Terras do Norte do Paraná, subsidiária da "Paraná Plantations", iniciaram as gestões junto ao Governo do Estado para a compra de alqueires a fim de efetuar a ocupação e exploração da área. Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, o patrimônio foi vendido a empresários paulistas que denominaram o órgão de Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná.

O grupo anterior já havia comprado o acervo da ferrovia Cambará-Ourinhos, construída pelos primeiros colonizadores, para garantir o escoamento do produto.¹³³

Apesar de ser uma economia de periferia, voltada para o comércio exterior, a valorização constante do café, ao contrário da erva mate, permitiu que se estruturasse em diretrizes basicamente capitalistas.

A produção cafeeira, apesar de estar sujeita a problemas climáticos e flutuações de mercado, transformou radicalmente a economia paranaense, tradicionalmente apoiada na indústria extrativa da região sul.

¹³³ BALHANA, Altiva Pilatti et alii. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v. 1, p. 221-224.

A partir de 1939, o café já começava a definir o novo quadro econômico do Paraná, bem como a participação do Estado na Produção Nacional.

Nesta época as perspectivas da erva mate já estavam praticamente traçadas, mas o nível de renda estadual não chegou a ser propriamente atingido, porque o lucro de exportação cafeeira substituiu, com vantagens, a rentabilidade do produto tradicional.

Quadro nº 63
EXPORTAÇÃO DO CAFÉ - PARANÁ

ANOS	QUANTIDADE/T	VALOR Cr\$
1939	30.943	59.672,00
1940
1941	53.713	140.759,99
1942
1943
1944
1945	4.043	21.562,00
1946
1947	117.413
1948	69.845	603.233,00
1949	116.143	4.149.099,30
1950	113.233	2.161.971,00
1951	...	22.497.180,60
1952	188.875	3.829.456,00
1953	599.481	67.357,00
1954	1.823.682	4.194.516,00
1955	1.817.987	3.995.718,00
1956	3.858.731	6.388.569,00
1957	2.114.797	4.375.348,00

FONTE: ANUARIOS ESTATÍSTICO DO BRASIL - IBGE.

QUADRO Nº 64

CAFÉ

ÁREA CULTIVADA (ha)				PRODUÇÃO - QUANTIDADE (+)			VALOR (Cr\$ 1.000)		
ANO	PARANÁ	BRASIL	%	PARANÁ	BRASIL	%	PARANÁ	BRASIL	%
1939	166200	-	-	66479	-	5,7	86423	-	-
1940	132719	2519111	5,3	57069	1002062	6,4	58211	1377833	4,2
1941	100303	-	-	50151	-	5,2	72218	-	-
1942	73275	-	-	32974	-	3,9	62980	-	-
1943	38565	-	-	12330	-	1,3	36056	-	-
1944	82650	-	-	41322	-	6,5	144627	-	-
1945	113277	2381561	4,8	53075	834916	6,3	301743	3717173	8,1
1946	129867	-	-	74419	-	8,1	474010	-	-
1947	142121	-	-	76527	-	8,4	497432	-	11,7
1948	198139	2463996	8,0	115481	1037465	11,1	753556	6450919	11,7
1949	241838	2437851	9,5	150255	1068283	14,1	1236958	8485763	14,6
1950	267259	2663117	10,0	202452	1071437	18,9	3042890	15884691	19,2
1951	292371	2738180	10,7	173542	1080189	16,1	2693627	16578164	16,2
1952	332138	2823003	11,8	263307	1125406	23,4	4528878	19021223	23,8
1953	372233	2918919	12,8	201643	1110606	18,2	4565594	21450670	21,3
1954	389793	30040565	13,0	117563	1036987	11,3	3902677	29796864	13,1
1955	567472	3265541	17,4	342308	1369759	25,0	11156831	41557570	37,2
1956	635427	3411651	18,6	1115026	979278	11,7	3639030	30528310	11,9
1957	807555	-	-	277780	-	27,2	9974017	-	-

FONTES: Anuários Estatísticos do Brasil - I.B.G.E.

No quadro abaixo verifica-se a nova situação do Paraná como participante da renda nacional na fase em que o Estado coloca-se como principal produtor brasileiro de café.

Quadro nº 65

Paraná - Participação na Renda Nacional (1948-1955)

ANOS	PARANÁ	BRASIL	% SOBRE O TOTAL NACIO NAL
1948	6,7	167,3	4,0
1949	7,9	190,9	4,1
1950	10,5	221,6	4,7
1951	12,2	263,4	4,6
1952	16,0	305,8	5,2
1953	19,6	374,3	5,2
1954	21,0	461,1	4,5
1955	32,8	575,5	5,7

Fonte: Revista Brasileira de Economia, dez. 1955/56

Este período representa acima de tudo, a situação privilegiada do Paraná no contexto nacional, porque dentre todas as unidades da Federação foi o Estado que apresentou maior crescimento relativo da renda territorial. Chegou a ultrapassar em importância a Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, constituindo-se na época a quinta unidade da Federação em volume de renda.¹³⁴

O fator determinante desta evolução foi a produção cafeeira. Mesmo sofrendo os efeitos das intempéries e das oscilações de mercado, as baixas que aparecem são perfeitamente recuperáveis como demonstra o quadro seguinte. Por exemplo, a crise de 1953 foi compensada pela produção de 1955.

Os preços do café colocaram-no em uma posição preponderante em relação a outros produtos agrícolas:

¹³⁴ CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Estudos... p. 34 - 35.

Quadro nº 66

Paraná - Posição Percentual da Produção Cafeeira no Conjunto do Produto Agrícola e da Renda Territorial

ANOS	VALOR DA PRODUÇÃO DE CAFÉ	% S/PRODUTO AGRÍCOLA	% S/A RENDA TERRITORIAL
1948	753,6	22,1	11,2
1949	1.236,9	30,6	15,7
1950	3.042,9	51,0	28,9
1951	2.693,6	41,6	22,1
1952	4.528,9	48,3	28,3
1953	4.565,6	39,3	23,2
1954	3.902,7	32,7	18,6
1955	11.156,8	52,0	34,0

Fonte: CAPES - Estudos de Desenvolvimento Regional.

A ocupação e colonização das chamadas frentes pioneiras de alto rendimento em função da produção cafeeira, foram os fatores condicionantes para o deslocamento do eixo econômico do Estado, bem como para a evolução de seus níveis de renda.¹³⁵

Um dos reflexos mais significativos da nova situação econômica foi a questão demográfica.

A área tradicional, localizada no sul do Estado, foi a que mais acolheu contingentes imigratórios, desde meados do século XIX até o atual, favorecendo inclusive a penetração das áreas florestais extrativas.

A região, portanto, foi responsável, por alguns decênios pela prosperidade econômica do Estado.

O declínio da exportação ervateira ocasionou, entretanto, a decadência das regiões produtoras, cuja agricultura de subsistência, e também de produtos permanentes e temporários à procura de mercado, não conseguiram cobrir os prejuízos, nem substituir a erva mate. Verifica-se então, a partir da década de 1940, defasagem populacional em algumas regiões, e cresci -

¹³⁵ Ibid., p. 40.

mento lento em outras, caracterizando a área como estacionária, em contraposição ao aumento da população do Norte do Estado.

Quadro nº 67

Incremento Populacional por Zona Geográfica no Paraná
1940 - 1960

ZONAS FISIO GRÁFICAS	POP.AUMENTO 1940/1950			AUMENTO 1950/1960			
	1940	1950	ABSOL.	%	1960	ABSOL.	%
Estado	1236300	2115547	879247	71,1	4277760	2162213	102,2
Norte	272307	537764	447919	164,5	1213918	493692	68,5
Curitiba	197906	309053	111147	56,6	520535	211422	68,4
C. Gerais	154239	169055	15216	9,8	288881	118746	78,8
Irati	123510	143796	20286	15,6	152058	8262	5,7
Alto Avai	89107	106069	16962	19,0	114715	8646	8,2
Tomazina	82700	119456	33356	39,1	189041	69585	58,3
C.do Oeste	69700	85221	15521	22,2	124350	39129	45,9
Litoral	53700	57808	4108	7,7	77253	19445	33,6
A.Ribeira	44500	52564	8164	18,2	56079	3515	6,7
Castro	34697	41036	6339	18,1	44198	3162	7,7
Oeste	24885	311263	286378	115,0	1556815	1245522	400,0

Fonte: I.B.G.E.

A zona de Irati apresenta os mais sérios aspectos do problema, porque além do êxodo rural em direção aos núcleos urbanos, algumas cidades denotam decréscimo populacional.

Quadro nº 68
Censo Populacional da Zona de Irati
1940 - 1960.

MUNICÍPIOS	1940	1950	1960
Irati	23.074	25.491	30.817
Imbituva	17.358	17.520	18.742
Prudentópolis	24.836	27.958	30.817
Imbituva	17.358	17.520	18.742
Prudentópolis	24.836	27.958	30.162
Teixeira Soares	14.406	14.011	11.642
Rebouças	9.793	10.708	9.885
Rio Azul	9.776	10.462	10.059

Fonte: Delegacia de Estatística e Boletim Estatístico (I.B.G.E.)

Por outro lado, é interessante observar que a partir de 1930, verifica-se no Paraná o maior índice de imigração interna, motivada pelo surto cafeeiro. O Norte do Estado, com um empreendimento tipicamente capitalista envolvendo o mercado externo, glebas, financiamentos e investimentos, comercialização, etc, que promoveram a expansão dos centros urbanos, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, rede bancária, outros estabelecimentos e setores decorrentes da evolução econômica e da região. Estes fatores condicionaram o advento de uma população oriunda de locais economicamente saturados, atraída pelas perspectivas de participar do processo cafeeiro.

O resultado foi o movimento populacional crescente na área, como também o surgimento de novas cidades. O que se segue apresenta o aumento de população das cidades mais representativas do Norte Novo, considerando que de Londrina foram desmembradas algumas cidades, como o caso de Cambé que no censo de 1950, já possuía 19.166 habitantes.

Quadro nº 69

Censo Populacional de Alguns Núcleos Cafeeiros
do Norte Novo.

MUNICÍPIO	1940	1950	1960
Londrina	10.531	33.095	74.110
Arapongas	-	11.645	21.210
Apucarana	-	11.981	21.203
Rolândia	3.493	7.735	10.023
Paranavaí	-	1.874	22.141
Maringá	-	7.270	42.228

Fonte: I.B.G.E.

9. CONCLUSÃO

A economia ervateira sempre se caracterizou como uma economia instável em função da demanda externa. Este aspecto, refletia nas arrecadações pouco significativas, que não permitia ao Estado a formação de uma infra-estrutura compatível com a necessidade do desenvolvimento econômico.

O Paraná que, durante algumas décadas, apoiou sua economia na produção e exportação da erva mate, em virtude dos motivos expostos vivia na dependência financeira do Governo Federal e de empréstimos públicos.

A decadência da atividade ervateira se processou em razão da falta de planejamento e racionalização da produção, situação esta devidamente afetada quando começou a ocorrer a diminuição da importação argentina, seu principal consumidor.

O Instituto Nacional do Mate criado quando já se fazia sentir o declínio da exportação, não conseguiu cumprir suas atribuições. O excesso de burocratização da autarquia, que exigia gastos dispendiosos, não apenas no Brasil, mas também em suas agências no exterior, prejudicou sua atuação comercial. Além disso, os fatores inerentes aos países consumidores da América Latina, constantemente abalados por crises político-econômicas provocavam a queda da exportação. Estas circunstâncias e

xigiam a conquista de novos mercados, tarefa que o Instituto Nacional do Mate não conseguiu realizar a contento. Quanto aos problemas internos não houve possibilidade da entidade efetuar um trabalho intensivo de controle e fiscalização da produção; nem conseguiu readaptar o consumo do mate às condições da vida moderna visando à ampliação no mercado interno.

A participação das cooperativas no processo, nunca se desenvolveu tranquilamente, porque além das dificuldades de créditos e financiamentos, jamais entrou em consonância com o Instituto Nacional do Mate. Estabelecendo-se, portanto, um antagonismo entre os produtores e o órgão por eles considerado como beneficiário dos industriais. Estas divergências, acrescentadas ao sistema de fixação de preços que não satisfazia aos produtores constituíam-se num empecilho aos trâmites da política ervateira.

No decorrer da década de 1930, a erva mate vai cedendo lugar aos produtos de maior rentabilidade no mercado exterior: sua desvalorização constante não permitia que as crises fossem recuperáveis. A despeito da situação, o nível de renda estadual não chegou a ser atingido porque na mesma conjuntura em que ocorreu a queda da exportação ervateira a produção cafeeira com critérios de renovação tipicamente capitalistas começava ascender no quadro econômico paranaense.

A medida que o centro de interesse econômico se deslocava para o Norte do Paraná, as áreas tradicionais produtoras da erva mate e madeira começaram a sentir os efeitos de uma economia decadente, através do êxodo rural e da defasagem populacional.

Nas antigas regiões ervateiras, em especial na Zona de Irati, foram sendo delineados caracteres da estagnação, ocasionados por sua estrutura agrícola.

A desvalorização crescente da erva mate não proporcionou a renovação tecnológica necessária a uma atividade que sempre se processou de forma anacrônica, em função do mecanismo comercial.

Em plena conjuntura cafeeira a região passa a subsistir, apoiada em suas culturas temporárias e permanentes, inferiorizadas, face a maior valorização agrícola do Estado decorrente do café. A agricultura permanente apresenta baixa produtividade.

de, insignificante em termos comerciais. A região procura, entretanto, manter-se através de alguns produtos temporários que atingem bom grau de produção, embora estejam sujeitos a certos fenômenos, como fases de má colheita e saturação de mercado.

Fica dependendo de cinco ou seis produtos temporários, entre os quais, só um ou dois têm relativa importância. Por outro lado, os referidos produtos não são raros e muitas vezes produzidos em melhores condições em outros locais do Estado. Outro fato a ser destacado, é a concentração das principais culturas em alguns municípios, indicando tendências para a monocultura.

Estes fatores condicionam a estrutura agrária da região, onde o alto índice de minifúndios é o resultado do desmembramento de terras, num contexto carente de implementos. Essa divisão de propriedades é também ocasionada pela majoração de impostos; pela aplicação de capitais em outras fontes mais lucrativas; pela falta de interesse dos proprietários em terras menos férteis; ou venda de terrenos que possuíam pinheiros para a extração, bem como o abandono de terras exauridas.

As possibilidades industriais são limitadas, porque estão, sobretudo, ligadas ao setor primário. A ausência de educação técnica e de um mercado regional forte, não permitem o desenvolvimento industrial da região, cujo setor absorve uma percentagem mínima da população ativa, em pequenas empresas de caráter familiar.

A renovação do quadro econômico do Paraná, efetivou-se, através da produção cafeeira que, ao contrário da conjuntura do mate, foi planejada em bases capitalistas, criando uma infra-estrutura que proporcionaria a dinamização do Norte do Estado, e o consequente aumento de população.

A Zona de Irati, conforme os dados levantados, pode ser caracterizada por fatores que nitidamente configuram sua estagnação sócio-econômica.

O trabalho em questão pretendeu assim responder a problemática inicial, analisando o contexto ervateiro, focando antigas regiões detentoras da economia tradicional, face à conjuntura cafeeira que não permitiu a queda do nível de renda estadual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Fontes Primárias

- 1 - COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO MATE. Relatório; 1943. s.n.t. datilogr. 45 p.
- 2 - CONGRESSO COOPERATIVO DOS ERVATEIROS DO BRASIL, 1., Curitiba, 1945. Anais. s.n.t. 116 p.
- 3 - COOPERATIVA AGRO-MATE. Circular; 1968. s.n.t.
- 4 - DEELEN, G. J. Diocese de Ponta Grossa dentro do contexto do Estado do Paraná e do resto do país. s.n.t. datilogr. 405 p.
- 5 - ESCRITÓRIO TÉCNICO DE PLANEJAMENTO. Relatório; março de 1968. s.n.t. datilogr.
- 6 - INSTITUTO NACIONAL DO MATE. Agência da República Argentina. Relatório semestral apresentado ao Instituto Nacional do Mate pela Agência da República Argentina; 17 de agosto de 1967. s.n.t.
- 7 - INSTITUTO NACIONAL DO MATE: Boletim estatístico; 1940 - 1957. s.n.t. mimeogr. 44 f.
- 8 - _____. Ofício nº 1200; do Dr. Harry Wekerlin, Presidente do Instituto Nacional do Mate, ao Embaixador Manoel Pío Corrêa Jr., Ministro interino das Relações Exteriores; 28 de setembro de 1966. s.n.t.
- 9 - JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Livro de contratos; 1892-1896. s.n.t.
Registros de firmas:
nº 3 - Paula Xavier & Macedo - 31-10-1892.
nº 10 - Suplicy & Rocha - 7-12-1892.
nº 43 - Costa, Lisboa & Loyola - 1-1-1893.
nº 54 - A.E. Leão Jr. & Cia. - 4-7-1894.
nº 62 - David Carneiro & Cia - 15-9-1894.
nº 69 - M. Miró Jr. & Cia - 2-1-1895.
nº 98 - Corrêa de Lacerda & Cia - 1-3-1895.
nº 140 - Silva & Polidoro - 5-2-1896.
nº 158 - A. L. Santos & Cia. - 21-3-1896.
nº 169 - Saboia, Ribas & Cia - 1-2-1896.
- 10 - _____. Livro de contratos; 1897-1901. s.n.t.
Registros de firmas:
nº 224 - Almeida, Barros & Cia - 9-10-1897.

nº 238 - Stoquero Bortolo & Cia - 24-12-1897.
 nº 241 - David Carneiro & Cia - 10-11-1897.
 nº 385 - Burmester, Thon & Cia - 1-1-1899.
 nº 404 - J. Mery, Fontaine & Cia - 11-3-1893.
 nº 420 - Lacerda & Cia. - 8-8-1899.
 nº 434 - Oliveira, Bley & Cia. - 18-12-1899.
 nº 440 - H. Burmester & Cia - 28-1-1900.
 nº 441 - Leão, Correia & Cia - 31-1-1900.
 nº 447 - Guimarães & Cia - 8-2-1900.
 nº 454 - S. Lobo & Cia - 1-3-1900.
 nº 455 - David Carneiro & Cia - 6-3-1900.
 nº 456 - Armando Cunha & Lima. - 15-3-1900.
 nº 488 - Cunha & Paula - 1-2-1901.
 nº 504 - B. R. de Azevedo & Cia - 8-3-1901.
 nº 521 - Pereira & Sibut - 10-6-1901.
 nº 538 - Macedo & Filhos - 9-12-1901.

11 - PARANÁ. Delegacia Estadual de Estatística.

Livro IX - 1944
 Livro X - 1945
 Livro XI - 1946
 Livro XII - 1947
 Livro XIII - 1948
 -
 Livro XV - 1950
 Livro XVI - 1951
 Livro XVII - 1952
 Livro XVIII - 1953
 Livro XIX - 1954
 Livro XX - 1955
 Livro XXI - 1956
 Livro XXII - 1957
 Livro XXIII - 1958
 Livro XXIV - 1959
 Livro XXV - 1960
 Livro XXVI - 1961
 Livro XXVII - 1962
 Livro XXVIII - 1963
 Livro XXIX - 1964
 Livro XXX - 1965
 Livro XXXI - 1966
 Livro XXXII - 1967

b) Fontes Secundárias

- 1 - ARGENTINA e Brasil numa propaganda comum. Boletim do Instituto Nacional do Mate, Rio de Janeiro, 1(1):53, jul. 1940.
- 2 - ASSADOURIAN, C. S. et alii. História argentina; de la conquista a la independencia. Buenos Aires, Paidós, 1972. 382 p.
- 3 - BACILLA, Antonio. O drama da erva mate. Curitiba, Guaíra, s. d. 231 p.
- 4 - BALHANA, Altina Pilatti et alii. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. 4 v.
- 5 - BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento do Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 14(4):68, out./dez. 1952.
- 6 - BERNARDES, Lysia Maria Cavalcante. Crescimento da população do Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 13(2):265-274, abr./jun. 1951.
- 7 - BOGARDUS, Emory S. Princípios de cooperação. Rio de Janeiro, Lidador, 1964. 91 p.
- 8 - BRASILs Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao Dr. Geminiano de Lyra Castro, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, por Arthur Torres Filho, Diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, 1927-1928. Rio de Janeiro, H. Ribeiro, 1929.
- 9 - BURLAMAQUE, Polidoro Cezar. Relatório do Presidente Polidoro Cezar Burlamaque à Assembléia Legislativa do Paraná. Curitiba, Typ. C. M. Lopes, 1867.
- 10 - CAMARGO, Afonso Alves de. Mensagem presidencial, 1927-1928, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t.
- 11 - _____. Mensagem presidencial, 1928-1929, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t.
- 12 - CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Estudos de desenvolvimento regional; Paraná. Rio de Janeiro, 1959. 126 p. (Série Levantamentos e Análises, 15).
- 13 - CARVALHO, Antonio Luiz Afonso de. Relatório do Presidente Antonio Luiz Afonso de Carvalho à Assembléia Legislativa do Paraná. Curitiba, Typ. C. M. Lopes, 1870.

- 14 - CASTRO CALDAS, Eugenio. Formas de exploração da propriedade rústica. Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1947. 365 p.
- 15 - CENTROS dos exportadores de erva mate. Boletim Informativo das Divisões da Defesa da Produção e Controle do Mercado, Rio de Janeiro (1):13, jul. 1939.
- 16 - CORRÊA FILHO, Virgílio. Ervais do Brasil e ervateiros. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1957. 88 p. (Documentário da Vida Rural, 12).
- 17 - COSTA, Samuel Guimarães da. Economia ervateira. s.l., Centro Nacional de Estudos Cooperativos, s.d. 33 p.
- 18 - ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.
- 19 - EXPORTAÇÃO. Boletim Informativo das Divisões da Defesa da Produção e Controle do Mercado, Rio de Janeiro (1): 10, jul. 1939.
- 20 - FERRER, Aldo. La economía argentina; las etapas de su desarrollo y problemas actuales. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1971. 266 p.
- 21 - FINANCIAMENTO aos produtores. Boletim do Instituto Nacional do Mate, Rio de Janeiro, 1(1):33-37, jul. 1940.
- 22 - FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino americano. In: _____ et alii. Urbanização e desenvolvimento. Trad. de Duarte Lago Pacheco. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. 199 p.
- 23 - FUNDAÇÃO IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística. Anuário estatístico do Brasil; 1967. Rio de Janeiro, 1968.
- 24 - _____. Departamento de Censos. Estado do Paraná; resultados para o conjunto do Estado. In: _____. Censo agrícola de 1960; Paraná-Santa Catarina. Rio de Janeiro, s.d. (Série Regional, v. 2, tomo 12, parte 2)
- 25 - HOLYOAKE, G. J. Os 28 tecelões de Rochdale; historia dos probos pioneiros de Rochdale. Trad. por Archimedes Tabor da. Rio de Janeiro, F. Alves, 1933. 125 p.
- 26 - IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. 312 p.
- 27 - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. Anuário estatístico do Brasil; 1939-1940. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1941.

- 28 - _____. Anuário estatístico do Brasil; 1941-1945. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1946.
- 29 - _____. Anuário estatístico do Brasil; 1946-1966 Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1947-1967. 21 v
- 30 - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Serviço Nacional de Recenseamento. Censo agrícola. In: _____. Estado do Paraná; censos demográfico e econômico. Rio de Janeiro, 1955. (Série Regional, 26).
- 31 - JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Anexo. In: PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Chichorro Junior ao Governador Xavier da Silva. Curitiba, Typ. A República, 1908.
- 32 - LINHARES, Temístocles. História econômica do mate. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969. 522 p.
- 33 - LUZ, Nícia Viléla. A década de 1920 e suas crises. São Paulo, s. ed., 1969. 75 p. Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.
- 34 - MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba (28):31-52, jan./fev. 1972.
- 35 - MARTINS, Romário. Ilex Mate; chá sul americano. Curitiba, Empresa Paranaense, 1926. 315 p.
- 36 - MONT'ALEGRE, Omer. Capital & capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972. 437 p.
- 37 - MOURA, Valdiki. Diretrizes cooperativistas; notas e comentários. São Paulo, Brasiliense, 1946. 349 p.
- 38 - MUNHOZ DA ROCHA, Caetano. Mensagem presidencial, 1919-1920, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t.
- 39 - _____. Mensagem presidencial, 1920-1921, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t.
- 40 - _____. Mensagem presidencial, 1921-1922, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t.
- 41 - _____. Mensagem presidencial, 1922-1923, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t.
- 42 - _____. Mensagem presidencial, 1924-1925, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t.

- 43 - . Mensagem presidencial, 1925-1926, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t.
- 44 - . Mensagem presidencial, 1926-1927, à Assembléia Legislativa do Estado. s.n.t.
- 45 - PADILHA, Dráuzio Leme. Sociedades cooperativas; organização, contabilidade e legislação. São Paulo, Atlas, 1966. 285 p.
- 46 - PARANÁ. Secretaria da Agricultura. Relatório do Secretário da Agricultura Ernesto Luiz Oliveira ao Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curityba, Typ. do Diário Oficial, 1913.
- 47 - PARANÁ. Secretaria de Finanças. Relatório do Secretário de Finanças Luis Antonio Xavier ao Governador Xavier da Silva, exercício 1894. Curityba, Atelier Novo Mundo, 1895.
- 48 - . Relatório do Secretário de Finanças Luís Antonio Xavier, exercício 1895-1896, ao Governador Xavier da Silva. Curityba, Atelier Novo Mundo, 1897.
- 49 - . Relatório do Secretário de Finanças ao Governador Santos Andrade, exercício 1896-1897. Curityba, Atelier Novo Mundo, 1897.
- 50 - . Relatório do Secretário de Finanças Antonio Augusto Carvalho Chaves ao Governador Xavier da Silva. Curityba, Atelier Novo Mundo, 1901.
- 51 - . Relatório do Secretário de Finanças Antonio Augusto Carvalho Chaves ao Governador Xavier da Silva. Curityba, Typ. d'A Republica, 1903.
- 52 - . Relatório do Secretário de Finanças Javert Madureira ao Governador Vicente Machado. Curityba, Atelier Novo Mundo, 1905.
- 53 - . Relatório do Secretário de Finanças Caetano Munhoz da Rocha, exercício 1916-1917, ao Presidente Afonso Alves de Camargo. Curityba, Typ. A República, 1918.
- 54 - . Relatório do Secretário de Finanças Caetano Munhoz da Rocha, exercício 1917-1918, ao Presidente Afonso Alves de Camargo. Curityba, Typ. A República, 1918.
- 55 - PARANÁ. Secretaria dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas. Relatório do Secretário de Negócios da Fazenda e Obras Públicas Rivaldavia Macedo, 1931-1933, ao Governador Manoel Ribas. s.n.t.

- 56 - _____. Relatório do Secretário dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas Othon Mader, 1934, ao Governador Manoel Ribas. s.n.t.
- 57 - PENTEADO, Jurema E. Batata inglesa. In: _____. Produção agrícola no Paraná; 1960-1970. Curitiba, Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1970. p. 103-105. Separata da Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba (19) jul./ago. 1970.
- 58 - PLANIFICAÇÃO cooperativista do mate. s.n.t. 15 p. Separata de O Observador Econômico e Financeiro, 15(172) maio 1950.
- 59 - RAMOS, R. Antonio. La politica del Brasil en el Paraguay; bajo la dictadura del Dr. Francia. Buenos Aires, Nizza, 1959. 229 p.
- 60 - RIBAS, Manoel. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Estado. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1936.
- 61 - _____. Relatório do Interventor Manoel Ribas, 1932-1939. s.n.t.
- 62 - _____. Relatório do Interventor Manoel Ribas, 1940-1941. s.n.t.
- 62 - A SECÇÃO de pesquisas. Boletim do Instituto Nacional do Mate, Rio de Janeiro, 1(2)99-100, dez. 1940.
- 64 - O SIGNIFICADO do mercado argentino na nossa economia erva-mateira. Boletim do Instituto Nacional do Mate, Rio de Janeiro, 1(2):39-45, dez. 1940.
- 65 - STRAUCH, Lourdes Manhães de Mattos. Contribuição ao estudo geográfico da erva-mate. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 17(1):94-104, jan./mar. 1955.
- 66 - TOURINHO, Mario. Mensagem do Interventor General Mario Tourinho, 1931. s.n.t.
- 67 - VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município. Curitiba, Museu Paranaense, Secção de História, 1951. 2 v.
- 68 - WESTPHALEN, Cecilia Maria. Navios e mercadorias no Porto de Paranaguá, nos meados do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., Campinas, 1969. Anais; portos, rotas e comércio. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1971. 587 p.

- 69 - _____. O porto de Paranaguá no ano de 1826; estudos de microconjuntura. Boletim da Universidade do Paraná, Curitiba (2):38, dez. 1962.